

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Bibliotecas Públicas Provinciais e desafios da acção cultural
em Moçambique**

Henriqueta da Rosa Durão Mola

Dissertação de Mestrado orientada pela Mestre Maria Carla Proença e
co-orientada pelo Prof. Doutor Manuel Valente Mangué

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Bibliotecas Públicas Provinciais e desafios da acção cultural
em Moçambique**

Henriqueta da Rosa Durão Mola

Dissertação de Mestrado orientada pela Mestre Maria Carla Proença e
co-orientada pelo Prof. Doutor Manuel Valente Mangué

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Área de Especialização em Biblioteconomia

2015

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos meus pais Durão e Rosa,
aos meus irmãos,
à minha prima Lúcia Jofrice,

às minhas estrelas de inspiração, meu namorado Simone Faresin e meu filho Sirius Faresin.
A todos, os louvores deste trabalho!

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado contou com o imprescindível apoio de um elevado número de profissionais (pessoas e instituições), professores e amigos, sem os quais não teria sido possível a sua conclusão.

Um reconhecimento particular é devido aos orientadores Mestre Maria Carla Proença e Prof. Doutor Manuel Mangué pelas disponibilidades, apoios, opiniões e críticas no melhor encaminhamento da pesquisa.

Um agradecimento ao director da Biblioteca Nacional de Moçambique, Dr. Jorge Jairoce e a todos os directores das Bibliotecas Públicas Provinciais de Moçambique por se terem disponibilizado, cada um, a preencher um questionário que compôs os dados em análise.

Igualmente, o reconhecimento e apreço ao Prof. Doutor Lourenço Rosário, à Dra. Wanda do Amaral, à Dra. Susana Damasceno e ao escritor Mia Couto por colaborarem com opiniões precisas e sinceras e experiências por meio de entrevistas.

Aos técnicos da Biblioteca Municipal José Saramago de Loures (Portugal), Dra. Ana Cristina Monteiro e Doutor Pedro Torres, pela disponibilidade em testarem a versão preliminar do questionário e respectivas sugestões.

Aos colegas da área da cultura, de uma forma geral, e em particular à Dra. Dânia Laice, à Dra. Lurdes Balbina Rodrigues, à Dra. Edina Mola, à Dra. Maria João Carrilho Diniz, ao Dr. Rufus Maculuve e à Dra. Yula Haméne por terem apoiado a recolha e prestação de informação.

À Prof. Doutora Fátima Mendonça, ao Doutor Guilherme Mendonça, ao Prof. Doutor Lourenço Rosário e à Dra. Wanda do Amaral pelo apoio, confiança e amizade transmitidos de forma continuada.

E por último, não menos importante, a todos os que muito, directa ou indirectamente, apoiaram incondicionalmente com amizade, paciência e encorajamento na superação dos obstáculos ocorridos em todo o processo.

Falar de bibliotecas populares significa, sobretudo, falar, entre muitas outras questões, “do problema da leitura e da escrita. Não da leitura de palavras e da sua escrita em si próprias, como se lê-las e escrevê-las não implicasse uma outra leitura, prévia e concomitante àquela, a leitura da realidade mesma” .

Em sociedades cuja cultura tem uma memória predominantemente oral e não existe nenhum programa que promova a oralidade a nível infra-estrutural, o dilema vivido não é o da leitura da palavra mas o da realidade circundante, que sempre precede a leitura da palavra (FREIRE, 2000, p. 22) .

Em Moçambique, o actual dilema de iliteracia funcional generalizada depara-se com um contexto de estudantes que saem do ensino fundamental, médio e até superior sem saber *ler e compreender*¹ os textos que leem, os filmes que assistem, as músicas que escutam (tornando-se assim, reféns dos sistemas impostos). A colmatação desta lacuna requer que o Estado forneça serviços educativos não apenas do ponto de vista quantitativo mas sobretudo qualitativo. As escolas não são, contudo, as únicas entidades com responsabilidades nesta matéria. As Bibliotecas Públicas têm, também, imprescindivelmente este papel.

¹**Ler e Compreender** é nome de um programa promovido pelo Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP) de promoção da leitura generalizada, visando contribuir para a inversão da situação de iliteracia em Moçambique, que impede uma melhor compreensão dos fenómenos e limita a análise da realidade circundante. Este programa visa, de igual modo, apoiar a melhoria da qualidade de expressão do pensamento através da elevação dos níveis de literacia entre toda a população moçambicana, com maior incidência na população juvenil.

Resumo

A partir do conceito de ‘acção cultural’ proposto por Freire (1982), de actividade dialógica, consciencializada, educativa e libertadora, este estudo procurou perceber em que medida as Bibliotecas Públicas Provinciais moçambicanas desenvolvem acção cultural e que impacto estes sistemas apresentam no desenvolvimento humano da sociedade moçambicana. Procurou-se identificar, especificamente, os aspectos normativos destes sistemas, descrever os respectivos processos de acção cultural; explicar o envolvimento dos utilizadores nas diferentes actividades; e, por último, verificar qual o impacto das Bibliotecas Públicas Provinciais no desenvolvimento humano.

Com recurso a técnicas de inquérito por questionário e a entrevistas, foram inquiridos os dirigentes das Bibliotecas Públicas Provinciais e algumas personalidades ligadas ao Livro, Leitura e Bibliotecas, sobre o contexto das políticas culturais existentes em Moçambique e sobre o funcionamento destes sistemas a fim de responderem às necessidades informacionais da população moçambicana.

Os dados analisados permitem concluir que apesar de se poderem observar algumas dinâmicas inovadoras, as actividades das entidades supra mencionadas se centram mais na animação e menos na acção cultural. Pode constatar-se, também, que tais actividades são levadas a cabo de forma isolada, sem periodicidade regular e sem qualquer plano político-estratégico para a sua realização. Verifica-se, por outro lado, a carência de quadros com competências e formação em áreas de gestão administrativa, programas informáticos e projectos culturais que possam constituir a base de uma estrutura funcional. A ausência de funcionamento em rede destes sistemas é outra das omissões constatadas face às recomendações internacionais.

Paralelamente, foi possível concluir que, as Bibliotecas Públicas Provinciais têm funcionando como peça fundamental de todo processo de ensino e aprendizagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento humano desta população.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Bibliotecas Públicas; Animação Sociocultural; Acção Cultural e Desenvolvimento Humano.

Abstract

Taking as a departure point Freire's (1982) understanding of 'cultural action' — as a dialogic, conscientious, educational and liberating activity — this study tries to assess to what extent Mozambique's Provincial Public Libraries forward 'cultural action' activities and whether the system has any impact in the development of the population.

Specifically it tries to: identify normative aspects of these systems; describe the 'cultural action' activities; explain how the public is involved in the activities, and assess the impact of Mozambique's Provincial Public Libraries on the population.

Public personalities linked to literature, libraries and the publishing world as well as the directors of the Provincial Public Libraries were inquired via written questionnaires and via interviews. The questions focused on cultural policies and the performance of public libraries in what concerns the needs of the Mozambican population.

The data shows that, in spite of some innovation and dynamism, most entities concentrate their activity on animation activities rather than on 'cultural action'. There is no sense of a policy, no calendar of activities put in to place, and no network of activities and institutions. In addition to this there is an obvious lack of trained personnel in management, I.T., and in several areas of cultural production.

In spite of all this the study suggest that Mozambique's Provincial Public Libraries have had a paramount role on the education and the development of the population.

Keywords: Cultural Policies, Public Libraries, Cultural and Social Activities, Cultural Action, Human Development.

Índice

Índice de Tabelas	5
Índice de Figuras e Gráficos	5
Siglas e Abreviaturas.....	6
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Justificação	9
1.2 Formulação do Problema.....	11
1.3 Hipóteses	14
1.3.1 Principal.....	14
1.3.2 Secundárias	15
1.4 Objectivos	16
1.4.1 Geral	16
1.4.2 Específicos	16
1.5 Plano Geral e Orientações Metodológicas	16
2 CONTEXTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MOÇAMBIQUE.....	18
2.1 Geografia Física e Humana.....	18
2.2 Educação e Alfabetização.....	21
2.3 Bibliotecas Públicas.....	24
2.3.1 Biblioteca Nacional de Moçambique	27
2.3.2 Bibliotecas Públicas Provinciais.....	28
2.4 Perfis dos Profissionais de Documentação e Informação.....	31
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	34
3.1 Políticas Públicas Culturais.....	34
3.2 Bibliotecas Públicas.....	43
3.2.1 Conceptualização	44
3.2.2 Papel e objectivos	47
3.2.3 Missão	49
3.2.4 Enquadramento Legal e Financeiro.....	52
3.2.5 Cooperação e Partilha de Recursos.....	54
3.2.5.1 Cooperação com as Bibliotecas Escolares.....	55
3.2.6 Acesso a Serviços	57
3.2.7 Divulgação.....	58
3.2.8 Recursos Humanos.....	59
3.2.9 Serviços.....	60
3.2.10 Redes de Bibliotecas Públicas.....	63
3.2.11 Bibliotecas Públicas em África	65
3.3 Acção Cultural vs Animação Sociocultural	74
3.3.1 Animação sociocultural.....	74
3.3.2 Acção Cultural	76
3.3.2.1 Acção Cultural em Bibliotecas Públicas.....	81
3.4 Bibliotecas Públicas e Desenvolvimento Humano.....	86
4 METODOLOGIA.....	90
4.1 Objecto de estudo.....	91
4.2 Instrumentos de Recolha de Dados.....	91
4.2.1 Inquéritos por Questionário	92
4.2.1.1 Aspectos Metodológicos da Elaboração dos Questionários	95
4.2.2 Entrevistas Semi-estruturadas	96

4.2.2.1	Processo Metodológico da Elaboração dos Guiões das Entrevistas.....	98
4.3	Análise e Interpretação dos Dados	99
4.3.1	Inquéritos por Questionário	99
4.3.2	Entrevistas.....	100
4.4	Alguns Constrangimentos.....	100
5	ANÁLISE DE DADOS	102
5.1	Políticas Públicas, Legislação e Bibliotecas Públicas	102
5.2	Bibliotecas Públicas como Instrumentos Culturais.....	114
5.2.1	Conceito e Importância das Bibliotecas Públicas	114
5.2.2	Serviços.....	117
5.2.2.1	Actividades de Acção Cultural	122
5.3	Coordenação das Bibliotecas Públicas.....	132
5.4	Impacto das Bibliotecas Públicas no Desenvolvimento Humano da Sociedade Moçambicana	140
6.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	141
6.1	Conclusões.....	141
6.2	Recomendações	144
6.3	Limitações e Trabalhos Futuros	145
6.3.1	Limitações.....	145
6.3.2	Trabalhos Futuros.....	146
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
	ANEXOS.....	160
	Anexo 1: Nota de Envio de Inquérito ao Director da Biblioteca Nacional de Moçambique	161
	Anexo 2: Nota de Envio de Inquérito aos Directores das Bibliotecas Públicas Provinciais.....	162
	Anexo 3: Inquérito ao Director da Biblioteca Nacional de Moçambique	163
	Anexo 4: Inquérito aos Directores das Bibliotecas Públicas Provinciais	170
	Anexo 5: Nota informativa sobre o prazo de envio do Inquérito - Director da Biblioteca Nacional de Moçambique	177
	Anexo 6: Nota informativa sobre o prazo de envio do Inquérito - Directores das Bibliotecas Públicas Provinciais.....	178
	Anexo 7: Guiões de Entrevistas	179
	Guião de entrevista 1	179
	Guião de entrevista 2.....	181
	Guião de entrevista 3	184
	Guião de entrevista 4.....	186

Índice de Tabelas

Tabela 1: Percentagem de analfabetismo em Moçambique (2005-2010)	23
Tabela 2: Serviços prestados pelas Bibliotecas	61
Tabela 3: Biblioteca Tradicional e Biblioteca-acção Cultural: diferenças	84
Tabela 4: Posicionamento face ao contexto biblioteconómico e Políticas Culturais	105
Tabela 5: Concordância e discordância da Biblioteca Nacional de Moçambique sobre o contexto biblioteconómico e as Políticas Culturais	106
Tabela 6: Tempo de exercício na função dirigente.....	107
Tabela 7: Área e nível de formação.....	108
Tabela 8: Serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais.....	118
Tabela 9: Actividades de acção cultural prestadas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais	123
Tabela 10: Tipos de apoios existentes nas Bibliotecas Públicas Provinciais	126
Tabela 11: Importância atribuída às actividades de coordenação das Bibliotecas Públicas Provinciais	133
Tabela 12: Instituições parceiras da Biblioteca Nacional de Moçambique.....	134
Tabela 13: Estágio das actividades de coordenação das Bibliotecas Públicas Provinciais	135

Índice de Figuras e Gráficos

Figura 1: Moçambique, divisão administrativa e superfície	20
Gráfico 1: Frequência de leitores das bibliotecas	26
Gráfico 2: Competências dos Bibliotecários	110
Gráfico 3: Necessidades de formação dos dirigentes das Bibliotecas Públicas Provinciais	111
Gráfico 4: Principais dificuldades sentidas pelos directores das Bibliotecas Públicas Provinciais	113
Gráfico 5: Importância atribuída às actividades das Bibliotecas Públicas	117
Gráfico 6: Serviços à comunidade prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais.....	120
Gráfico 7: Serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais a diferentes segmentos etários.....	120
Gráfico 8: Colectivos específicos	121
Gráfico 9: Formação de utilizadores	122
Gráfico 10: Actividades de acção cultural prestadas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais ..	124
Gráfico 11: Parcerias das Bibliotecas Públicas Provinciais	127
Gráfico 12: Meios de divulgação utilizados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais	129
Gráfico 13: Dificuldades enfrentadas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais	132
Gráfico 14: Dificuldades de coordenação das Bibliotecas Públicas Provinciais.....	137

Siglas e Abreviaturas

AIDGLOBAL	Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
AHILA	Association for Health Information and Libraries in Africa
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
ALA	American Library Association
ANASC	Associação Nacional de Animadores Socioculturais do Brasil
AVLIN	African Virtual Libraries Information Network
BNM	Biblioteca Nacional de Moçambique
BPD	Biblioteca Pública Distrital
BPP	Biblioteca Pública Provincial
CEDIMO	Centro de Documentação e Informação em Moçambique
CIDOC	Instituto Médio de Ciências Documentais
ESJ	Escola Superior de Jornalismo
FBLP	Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISARC	Instituto Superior de Artes e Cultura
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PQG	Programa Quinquenal do Governo
SIC	Serviço de Informação à Comunidade
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization/Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WALA	Associação de Bibliotecários da África Ocidental

1 INTRODUÇÃO

“uma das principais mudanças do nosso tempo passa-se no domínio da cultura, e sob o signo da diversidade.”

(SILVA, 1997, p. 1)

Como herança individual e social, a cultura tem um papel muito importante no desenvolvimento humano, social e económico da sociedade. A sua diversidade enriquece ainda mais este desenvolvimento. A cultura traduzida em eventos culturais de longo prazo, envolvendo diferentes públicos como homens, mulheres, crianças, idosos, iletrados, entre outros, traz muitos benefícios para o desenvolvimento da sociedade. O efectivo desenvolvimento ocorre, porém, mediante a definição de estratégias políticas precisas que orientem o enquadramento das acções culturais.

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) propôs aos governos o reconhecimento das acções culturais como inerentes às políticas públicas e definição de *política cultural* como o conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a acção cultural do Estado (UNESCO, 1969).

As Bibliotecas Públicas são organismos culturais, depositários e disseminadores de valores, elementos, ideias que definem as diferentes identidades culturais da humanidade. A preocupação com as Bibliotecas deve fazer parte de qualquer política pública que se envolva realmente com a cultura (MAYER, 2004).

Face aos reduzidos níveis de educação em Moçambique, as Bibliotecas Públicas têm funcionando como peça fundamental de todo processo de ensino e aprendizagem, tornando-se, assim, um elemento impulsionador da mudança da sociedade. Do mesmo modo, estes sistemas devem também preservar e promover a cultura local, através da realização de eventos culturais capazes de divulgar os costumes e as tradições da sociedade moçambicana.

Moçambique debate-se com a questão de falta de políticas públicas de informação, inclusive no respeitante ao sector das Bibliotecas Públicas (NHARRELUGA, 2009). Esta situação, sugere a reformulação da prestação dos serviços destes sistemas propondo, antes de mais, um debate sobre o enquadramento

normativo das Bibliotecas Públicas, respectiva acção cultural e o impacto que estes sistemas têm para o desenvolvimento humano da sociedade moçambicana.

Por conseguinte, pensar actualmente as Bibliotecas Públicas, significa anunciar uma mudança a nível dos valores culturais destes sistemas. As Bibliotecas Públicas do século XXI devem expandir os seus serviços, contrariando a tendência da sua obsolescência; devem pautar-se pela inovação e pela oferta de novos serviços bibliotecários que satisfaçam os problemas informacionais da sociedade à qual se destinam. Estes sistemas não devem viver isolados dos demais sistemas culturais, sociais e económicos da comunidade (LOZANO DÍAZ, 2006).

A pesquisa “Bibliotecas Públicas Provinciais e desafios da acção cultural em Moçambique”, tomou como modelo de construção, definição do problema e respectivos objectivos, o estudo “Ação cultural e Biblioteca Pública, novos caminhos para Educação e o Desenvolvimento Humano” de Ribeiro e Cunha (2007). Contudo, acabou por assumir instrumentos e procedimentos metodológicos diferentes, em função da realidade estudada (o contexto moçambicano), o que lhe conferiu, naturalmente, um desenvolvimento e resolução própria.

O trabalho correspondeu a uma perspectiva de análise dividida em três eixos referenciais. O primeiro, consistiu nos serviços de acção cultural prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais, interpretados a partir das experiências e das opiniões dos gestores destas unidades documentais sobre as condições e dificuldades na execução das actividades culturais, assim como o seu enquadramento legislativo. Constituiu uma segunda análise, as opiniões e experiência de personalidades e instituições ligadas ao sector do Livro e das Bibliotecas sobre a actuação das Bibliotecas em Moçambique, seu contexto político e social e a importância destes sistemas no contexto moçambicano. A terceira e última análise, observou o impacto que as Bibliotecas Públicas Provinciais têm na sociedade moçambicana. Em síntese, procurou-se perceber se as Bibliotecas têm ou não contribuído para o desenvolvimento humano da sociedade moçambicana e consciência respectiva.

1.1 Justificação

A presente pesquisa assenta em razões de natureza académica-profissional. Surge, na continuidade dos trabalhos desenvolvidos no mestrado relacionados com a temática de Gestão das Bibliotecas Públicas, sendo que a maior parte das hipóteses levantadas apontavam para a necessidade de definição de políticas públicas culturais e de uma gestão dos sistemas em Rede. No âmbito profissional, o interesse decorre, por um lado: do vínculo laboral com o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP)², uma instituição pública de fomento que vem desenvolvendo, desde 1998, projectos nas áreas da Língua Portuguesa³, Livro, Leitura e Bibliotecas, nas componentes de incentivo à sua correcta utilização e respectiva promoção; por outro, do exercício de funções como gestora de projectos específicos de apoio à revitalização das Bibliotecas Públicas de Moçambique, através da parceria e do apoio à Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM)⁴ no desenvolvimento e actualização dos respectivos fundos documentais, na formação técnica dos profissionais de informação, no apoio à apresentação de propostas de normas e legislação para a criação e funcionamento destes sistemas.

Este propósito ganha *corpus*, sobretudo, em primeira instância, na experiência adquirida durante a gestão dos projectos e contacto directo com os profissionais de informação em Moçambique, suas condições de trabalho e respectivas estruturas físicas; e, num segundo plano, através dos resultados e recomendações surgidas destas actividades, especificamente⁵ (FBLP, 2012):

- *normalização e padronização do funcionamento das unidades documentais (tornando-se imperiosa para o desenvolvimento harmonioso deste sector no País);*
- *criação de estruturas de coordenação para o sector (ex: Rede Nacional de Leitura Pública);*
- *definição de estatuto e criação de associações profissionais;*

²Pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira. O FBLP, na sua vertente plurinacional, tem por função coordenar, administrar e gerir os projectos decorrentes das acções de promoção do livro e da leitura nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

³ Língua oficial, língua de ensino e de intercomunicação no espaço nacional.

⁴A BNM é, por lei, o órgão coordenador das Bibliotecas Públicas do País.

⁵Dados do relatório do Seminário Nacional de Arquivos, Centro de Documentação, Bibliotecas e Museus e Encontros Regionais 2003-2011.

- *maior colaboração e troca de experiências entre os profissionais das diferentes unidades documentais, de forma a encontrar plataformas comuns de trabalho técnico;*
- *estabelecimento de parcerias com países mais experientes na área.*

Num terceiro plano, face à problemática do analfabetismo e da iliteracia funcional generalizada existente em Moçambique, que obriga o Estado a trabalhar em campanhas de reestruturação dos serviços educativos, sobretudo sob o ponto de vista qualitativo, para atenderem às demandas da sociedade moçambicana. A educação formal, por si só, não consegue dar resposta às exigências informacionais das sociedades em desenvolvimento. Os recursos educativos oferecidos por outras entidades têm sido quase inexistentes ou de difícil acesso. A resposta a estas necessidades poderá passar pelo acesso à informação e ao conhecimento através de outros sistemas como Bibliotecas Públicas, Escolares ou os próprios serviços de extensão, como bibliotecas móveis.

Num quarto plano, reconhecendo (i) a necessidade dos serviços das Bibliotecas Públicas em compor uma amplitude cultural mais dinâmica, para assumirem a acção transformadora e impulsionadora do desenvolvimento humano das sociedades; (ii) o importante papel dos profissionais de informação como mediadores nas acções culturais e no atendimento dos diferentes públicos; e, (iii) o importante lugar que estes públicos devem ocupar como agentes participantes em todo o processo de elaboração e execução das acções culturais.

Há a plena consciência de que tais mudanças pressupõem, primeiramente, um trabalho em Rede, de parcerias entre os sistemas de informação, assim como com outros sectores de serviços. Não obstante, esta acção exige condições financeiras, recursos humanos, entre outros meios, que constituem desafios que estão aquém de simples vontades políticas ou meros procedimentos técnicos, cabendo aos profissionais desenharem uma estratégia política de implementação eficaz das suas actividades.

O estudo deste tema para a comunidade académica, torna-se relevante na medida em que a questão da acção cultural tem suscitado reflexão crescente sobre a prestação dos serviços das Bibliotecas Públicas do século XXI. No contexto moçambicano, esta abordagem torna-se ainda importante pelo facto de grande parte das pesquisas efectuadas abordarem mais assuntos ligados às Bibliotecas Escolares e

Universitárias, e muito pouco o contexto das Bibliotecas Públicas, principalmente no que diz respeito às condições em que estes sistemas desenvolvem as suas actividades e encaram os respectivos desafios.

1.2 Formulação do Problema

A demanda de um modelo de gestão de Bibliotecas Públicas que atenda às necessidades da sociedade, tem servido de mecanismo para a formulação de políticas públicas no sector de Informação e Documentação. Este modelo perpassa pela reformulação do conceito de Biblioteca Pública, materializado em edifícios, equipamentos adequados, colecções diversificadas, pessoal qualificado, novos serviços entre outros aspectos. Nesta perspectiva, estes sistemas devem ser compreendidos como instrumentos de transformação social.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994), define estes sistemas como a porta de acesso local ao conhecimento, fornecendo as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.

As linhas mestras definidas para as bibliotecas, públicas e privadas, apontam funções de “pesquisa, aquisição, tratamento e difusão da sua colecção para consulta pelos interessados para fins de estudo ou deleite” (MOÇAMBIQUE, 2004)⁶. O modelo de Bibliotecas Públicas actualmente almejado é também caracterizado pela atenção orientada para as acções culturais nelas desenvolvidas e respectivas estratégias, a fim de torná-las um canal de intermediação entre a sociedade e a informação (FERREIRA, 2006).

A *acção cultural*, desenvolvida nas bibliotecas, visa a democratização da cultura por meio de uma prática profissional comprometida com os grupos menos privilegiados da sociedade. Esta acção permite que os indivíduos possam manifestar as suas mais variadas formas de expressão cultural, artística e literária (CABRAL, 1989). A *acção cultural* “centra-se na criação de condições necessárias para as pessoas inventarem os seus próprios fins e assim se tornarem sujeitos da cultura” (COELHO, 2001 *apud* RIBEIRO e CUNHA, 2007).

⁶Boletim da República de 22 de Dezembro de 2004.

Em Moçambique, o desenvolvimento cultural tem sido guiado por uma política cujos pressupostos se fundamentam no reconhecimento do papel da cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da Unidade Nacional, da identidade individual e de grupo (MOÇAMBIQUE, 1997)⁷.

O quadro institucional moçambicano é caracterizado pela fragilidade de estruturas de informação e pela ausência de políticas públicas de informação, o que influencia negativamente o desenvolvimento dos processos e acções inerentes à informação como recurso ao desenvolvimento (NHARRELUGA, 2009). Os diferentes textos constitucionais e programas governamentais têm sido, segundo este autor, omissos na questão da informação e nos objectivos perseguidos pelos programas aí apresentados, não ficando patente a acção das Bibliotecas, entre outros sistemas de informação e documentação, muito menos a perspectiva de desenvolvimento e ampliação destas unidades documentais no âmbito dos referidos programas.

Pelas razões apresentadas, ainda que o sector das bibliotecas tenha uma representação estrutural, consubstanciada pela existência da BNM enquanto órgão coordenador das Bibliotecas Públicas, as Bibliotecas Públicas funcionam em condições – infraestruturais, materiais e financeiras – muito precárias, inclusive sem capacidade humana qualificada para a realização das suas tarefas (NHARRELUGA, 2009).

De forma geral, este sector é caracterizado: (a) pela fragilidade de estruturas de informação; (b) bem como, pela ausência de políticas públicas de informação e de desenvolvimento dos processos e acções inerentes à informação como recurso do desenvolvimento; (c) pela inexistência de legislação que sinalize o grau de institucionalização de acções governamentais no campo da informação (NHARRELUGA, 2009).

Em Moçambique, as unidades documentais caracterizam-se também, especificamente, e segundo Issak (2005), por:

- a) *Situação de abandono decorrente da falta de planificação e de um estudo que assegure a necessidade da sua criação;*

⁷MOÇAMBIQUE. Resolução n.º 12/97, de 10 de Junho de 1997.

- b) *Funcionamento em espaços físicos que não foram construídos de raiz para o efeito;*
- c) *Oferecerem, essencialmente, serviços de leitura de presença;*
- d) *Funcionamento supletivo das Bibliotecas Públicas como Bibliotecas Escolares.*

Embora existam iniciativas tendentes a melhorar as actividades das Bibliotecas Públicas através da criação de mecanismos de facilitação da circulação do livro produzido dentro e fora do País, entre outras acções (MOÇAMBIQUE, 1997)⁸, há poucas estratégias de acção e de implementação e estudos que demonstrem, concretamente, o investimento do Estado moçambicano e de outros actores sociais na área das bibliotecas.

Reconhecendo, por um lado, as dificuldades enfrentadas pelas Bibliotecas Públicas em termos de recursos financeiros, de recursos humanos habilitados e de actividades permanentes de formação e adequação dos recursos tecnológicos; por outro, que as Bibliotecas Públicas têm mantido, desde a sua criação, uma função meramente educacional - situação esta motivada pela inexistência ou precariedade das Bibliotecas Escolares, que exigem que assumam esse outro papel; considerando, ainda, a importante relação crescente entre Bibliotecas e Cultura, contemplando a *acção cultural* nas suas prioridades, a questão fundamental a que se pretende dar resposta com esta dissertação é: *em que medida as Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique desenvolvem acção cultural e que impacto apresentam no desenvolvimento humano?*

Objectiva-se conhecer, designadamente:

- a) Quais são os aspectos normativos das Bibliotecas Públicas Provinciais?
- b) Como se dá o processo de acção cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais?
- c) Qual é o envolvimento dos utilizadores nas actividades de acção cultural das Bibliotecas Públicas Provinciais?
- d) Qual é o impacto das Bibliotecas Públicas Provinciais no desenvolvimento humano?

⁸MOÇAMBIQUE. Resolução n. 12/97, de 10 de Junho de 1997, p. 44.

1.3 Hipóteses

1.3.1 Principal

São muitos os desafios que se colocam às Bibliotecas Públicas em Moçambique, nos mais variados aspectos, (i) *sociais*: relacionados, nomeadamente, com o facto de grande parte dos moçambicanos (60%) não falar português, e com a predominância de jovens oriundos de famílias com baixos níveis de escolaridade, com pouca apetência pela leitura e pela escrita; (ii) *educativos*: o acesso limitado à educação associado à baixa escolaridade da maioria da população, aliado à herança de várias décadas de uma política de exclusão de que não prevalecem hábitos ou apetência pela leitura, carência de Bibliotecas Escolares e práticas pedagógicas subsistentes que também não contribuem para o desenvolvimento de hábitos de leitura nas camadas jovens; e, (iii) *culturais*: relacionados com a tradição oral da sociedade, a ausência de livros nos lares, por razões culturais ou devido ao seu custo elevado para o rendimento familiar médio, o que também não motiva os hábitos de leitura.

Dentre os muitos constrangimentos económicos com que as Bibliotecas Públicas se defrontam, o País debate-se, também, com o problema da debilidade da infraestrutura da formação académica e profissional dos seus recursos. Entretanto, existiram e continuam a existir diversos organismos como a BNM, o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM)⁹, o Centro de Documentação e Informação em Moçambique (CEDIMO), o Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC), entre outros, que têm realizado acções de formação não chegando, no entanto, a cobrir as necessidades das bibliotecas existentes (AMARAL, 1994).

Relativamente aos profissionais de Informação em Moçambique, verifica-se, de um modo geral, uma evolução do perfil dos mesmos. Tal melhoria não representa, contudo, na mesma proporção, um aumento em termos de qualificação específica. Por conseguinte, não existem ainda técnicos qualificados em número suficiente para ocuparem os lugares de gestores das unidades documentais (ISSAK, 2005).

À parte a questão da formação, não há um quadro legislativo que regule a gestão dos serviços/actividades desenvolvidos pelas Bibliotecas Públicas. Constata-se, ainda, que grande parte destes sistemas oferecem serviços/actividades de apoio ao

⁹O curso de Licenciatura em Ciências da Informação da UEM é o mais recente e teve início em 2008.

processo educativo, disponibilizando colecções compostas, essencialmente, por manuais escolares e obras de referência. Outros serviços como mediateca, hemeroteca, gestão de projectos ou elaboração e manutenção de sítios web - são menos frequentes, com 3,1%, 4,2%, 8,3% e 8,3%, respectivamente (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014)¹⁰.

1.3.2 Secundárias

Em Moçambique, o contexto legal de suporte das Bibliotecas Públicas é muito recente. Existem instrumentos legais que regulam as práticas culturais, mas a sua organização e estruturação é pouco coerente relativamente às dinâmicas socioculturais moçambicanas, uma vez que não existem instrumentos e estratégias claras para a sua divulgação e implementação, bem como para a sua acessibilidade pela maioria da população (MARRENGULA, 2012).

A BNM tem vindo, ao longo dos anos, a formar os recursos humanos que gerem estas unidades documentais, a elaborar a legislação de suporte às Bibliotecas Públicas através do Decreto n.º 46/2007 de 10 de Outubro, assim como a definir a sua classificação, padrões de estrutura e de funcionamento, através do Decreto n.º 60/2009 de 22 de Abril (AMARAL, 2014).

O desconhecimento do conceito de *acção cultural* tem feito com que os profissionais de informação permaneçam passivos quanto à possível realização das respectivas actividades. No entanto, o êxito de tais actividades depende das respostas às exigências de uma determinada comunidade, com os serviços oferecidos e as acções desencadeadas (MILANESI, 2002 *apud* RIBEIRO e CUNHA, 2007).

Neste âmbito, tem-se verificado que os bibliotecários que praticam acção cultural estão conscientes do importante compromisso assumido com a comunidade mas, por praticidade, acabam por realizar apenas as actividades com que estão mais familiarizados ou que, talvez, sejam mais exequíveis e cómodas para si próprios (RIBEIRO e CUNHA, 2007). Tal, contribui para que promovam animação cultural e não *acção cultural*, como argumenta Silva (1991).

¹⁰Dados apresentados no relatório técnico e recolhidos do Questionário endereçado aos profissionais que actuam na área de informação.

1.4 Objectivos

1.4.1 Geral

- Analisar em que medida as Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique desenvolvem acção cultural e que impacto apresentam no desenvolvimento humano.

1.4.2 Específicos

- a) Identificar os aspectos normativos das Bibliotecas Públicas Provinciais;
- b) Descrever o processo de acção cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais;
- c) Definir o envolvimento dos utilizadores nas actividades de acção cultural das Bibliotecas Públicas Provinciais;
- d) Verificar qual o impacto das Bibliotecas Públicas Provinciais no desenvolvimento humano.

1.5 Plano Geral e Orientações Metodológicas

A organização do eixos referenciais em estudo apresenta-se estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo compreende a Introdução, composta por Justificação e Relevância do tema de pesquisa, a Problematização, com indicação das Hipóteses e dos Objectivos.

Segue-se a contextualização do tema, constituída por uma breve descrição geográfica e demográfica de Moçambique, a caracterização das Bibliotecas Públicas Provinciais e outras e o perfil profissional de informação, figurando no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, são investigados os conceitos e teorias que fundamentam o estudo. Apresenta-se o enquadramento teórico do tema da pesquisa e que compreende uma análise sobre a questão das Políticas Culturais, das Bibliotecas Públicas e os conceitos de Animação Sociocultural, Acção Cultural e Desenvolvimento Humano.

Os processos metodológicos de elaboração da pesquisa, os instrumentos e métodos usados são apresentados no quarto capítulo, no qual se descrevem, ainda, as

diferentes etapas de produção dos questionários e entrevistas, assim como os dados orientadores da interpretação dos instrumentos de pesquisa.

O quinto capítulo compõe a análise dos dados correspondentes ao cruzamento de informações obtidas através dos inquéritos e entrevistas com o referencial teórico, apresentado no segundo capítulo. Foram confrontados aspectos de Moçambique relacionados com as políticas culturais, perfis profissionais, serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais e respectivo processo de desenvolvimento; assim como, opiniões e sugestão dos diferentes profissionais sobre os desafios destes sistemas.

As Conclusões e Recomendações, resultantes da análise dos dados, são apresentadas no sexto e último capítulo, do qual consta não apenas uma síntese do que foi discutido, mas se propõem perspectivas de reflexão para trabalhos futuros.

2 CONTEXTO POLÍTICO E INSTITUCIONAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MOÇAMBIQUE

2.1 Geografia Física e Humana

Moçambique localiza-se na costa oriental da África Austral, faz fronteira a Norte com a República da Tanzânia, a Noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a Oeste com o Zimbabwe e a República da África do Sul e a Sul com a Suazilândia e ainda com a África do Sul, na faixa Este. É banhado pelo Oceano Índico e possui uma superfície total de 799 380 km².

Está subdividido, em termos administrativos, em províncias, distritos, postos administrativos e localidades. As províncias¹¹ dividem-se em três regiões, Maputo (capital do País) Cidade e Província, Gaza e Inhambane na região Sul; Sofala, Manica, Zambézia e Tete na região Centro; Niassa, Nampula e Cabo Delgado na região Norte (*vide* Mapa 1). As províncias dividem-se em 150 distritos¹², que por sua vez se dividem em 405 postos administrativos e estes em 53 localidades ou municípios (WIKIPÉDIA, 2014).

Moçambique caracteriza-se por possuir uma sociedade com uma grande diversidade sociocultural, étnica, linguística e geográfica, possuindo hoje, aproximadamente, 25 milhões (25.727.911)¹³ de habitantes distribuídos pelas diferentes províncias, das quais Nampula e Zambézia são as mais populosas, com quase 40% da população. 70% da população vive na zona rural. Na capital do País, a Cidade de Maputo, vive cerca de 5,3% da população. Os dados dos censos e as projecções demográficas revelam uma tendência crescente de evolução populacional (INE, 2012).

Do ponto de vista da estrutura etária e segundo o Censo de 2007, mais de metade da população (52%) está situada no grupo etário dos 0-18 anos e 20% no grupo etário dos 6-12 anos. A população do País apresenta, assim, uma estrutura

¹¹Moçambique está dividido em onze províncias, diferenciando Maputo Província de Maputo Cidade, que tem estatuto de província. Contudo, é muito frequente, mesmo oficialmente, referir-se como tendo apenas dez províncias, quando se junta Cidade e Província de Maputo.

¹²Já existiam, desde 1986, 128 distritos. A Assembleia da República criou, em 2013, mais 22 novos distritos; 10 destes distritos têm nomes que coincidem com as capitais provinciais (menos a cidade de Maputo). Outros 13 novos distritos foram criados nas províncias de Manica, Nampula, Tete e Zambézia. Nesta reforma administrativa registou-se, também, a mudança de nome de alguns distritos e de transferências territoriais, entre outros.

¹³Fonte: INE (2015).

etária muito jovem¹⁴, estando, na sua maioria, concentrada na faixa etária abaixo dos 15 anos, representando mais de 45% do total de habitantes em 2013. A população adulta representa a maior percentagem da população (52%), seguindo-se os jovens (45%); os idosos, com idades superiores a 65 anos, representam apenas 3%. Esta situação está relacionada com as contínuas elevadas taxas de fecundidade, como consequência do baixo nível de escolaridade das mulheres e fraco nível de uso de serviços de planeamento familiar (INE¹⁵, 2013). Moçambique enfrenta um desafio demográfico de base, resultante do crescimento da população infantil e adolescente muito superior à população adulta e idosa. O facto de os idosos apresentarem uma proporção pequena carece de maior atenção das autoridades políticas, uma vez que esta situação decorre da baixa esperança média de vida da população (SUGAHARA e FRANCISCO, 2012). A esperança de vida está relacionada com o respectivo nível de desenvolvimento humano,¹⁶ designadamente com aspectos como o limitado acesso à saúde, educação, cultura e informação, de forma geral.

A distribuição da população por sexos mostra, ainda, que a população é maioritariamente feminina (12 614 263 de mulheres, contra 11 751 849 de homens) (INE, 2013).

A língua oficial de Moçambique é o Português. Independentemente do seu estatuto, este idioma é apenas falado por 40% da população. Paralelamente ao contexto do uso e domínio da língua portuguesa, o País caracteriza-se por ser linguisticamente heterogéneo (à semelhança da maioria dos países africanos), onde coexistem diversas línguas, nomeadamente, línguas nacionais ou “moçambicanas” de origem bantu, faladas pela maioria da população (mais de 23 línguas). As línguas mais faladas são Emakhuwa, Xichangana, Elomwe, Cisena e Echuwabo, diversas línguas estrangeiras e outras línguas de imigrantes oriundos do continente asiático e/ou seus descendentes (FIRMINO, 2008).

As línguas nacionais em Moçambique são enquadradas de acordo com as características étnicas, divididas em quatro grandes grupos: de Sul para Norte encontram-se (i) o grupo dos *Tongas*, (ocupam o Sul do Save, com ramificações no distrito de Tete). Por sua vez, estes dividem-se pelos seguintes subgrupos principais: *Changans*, *Chopes*, *Tsuas* e *Rongas*; (ii) o grupo dos *Caranga*, situa-se entre os rios

¹⁴“países nascentes”.

¹⁵ Instituto Nacional de Estatística.

¹⁶O conceito de desenvolvimento humano é discutido no capítulo 3.4: Bibliotecas Públicas e Desenvolvimento Humano.

Save e Zambeze; (iii) o grupo *Nhanja*, cobre o noroeste da província de Niassa e parte importante do Vale do Zambeze. Estes, subdividem-se em: *Ajana*, *Senga*, *Maganja*, *Anguro*, *Vanhúnguês* e *Atande*; e (iv) o grupo *Macua*, situado nas províncias de Nampula e Cabo Delgado e parte da província da Zambézia, dividem-se pelos principais subgrupos: *Lómuês*, *Chacas*, *Medos*, *Macondes*, *Podzos* e *Achirimas* (BOLÉO, 1971 *apud* ALI, 2011).

O Sistema Nacional de Ensino, por um lado, e os linguistas, por outro, têm desenvolvido programas de promoção das línguas nacionais - de que é exemplo o ensino bilingue, implementado oficialmente em 2004 - contrariando o seu esquecimento político durante o Período Colonial, sobretudo em locais públicos e de sociabilidade como escolas, centros de formação de professores, entre outras repartições públicas, por terem sido consideradas línguas de baixo prestígio.



Figura 1: Moçambique, divisão administrativa e superfície¹⁷

O Português, como língua oficial de Moçambique, é a língua mais usada nos estabelecimentos de ensino. O conhecimento da língua é analisado, nesta perspectiva, em termos de saber ou não saber falar. Em 2007, a Província e a Cidade de Maputo

¹⁷Fonte: Moçambique - Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas e Indicadores Sociais, 2012-2013.

registaram as maiores percentagens da população que sabe falar a língua portuguesa, contrariamente às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete. Entre 1997 e 2007, verificou-se um decréscimo em todas as províncias, da população que não sabe falar português (INE, 2012).

O contexto multilingue, multicultural e sociolinguisticamente complexo de Moçambique evidencia que, em geral, os moçambicanos são falantes bilingues ou trilingues num mesmo grupo linguístico. Tal situação é verificável a partir do Censo Populacional de 1997, o qual indicava que 94% da população possuía uma língua bantu como primeira língua e apenas 6% tinha o Português como língua materna. 39% da população usa o Português como língua segunda (Firmino, 2000). Contudo, os sistemas educativos, administrativos e do sector público, de uma forma geral, usam o Português¹⁸ como a língua de comunicação mais ampla; exercendo, também, o estatuto de língua da Unidade Nacional.

2.2 Educação e Alfabetização

Os direitos humanos são direitos universais, inalienáveis e indivisíveis. Dão a todas as pessoas direitos morais sobre os comportamentos individuais e a concepção das disposições sociais. (PNUD, 2000)¹⁹

Os países com menor desenvolvimento humano tendem a ter maior desigualdade em várias dimensões sócio-económicas e, por conseguinte, maiores perdas no respectivo progresso. O progresso na educação reflecte, essencialmente, o aumento da escolaridade e igualdade de acesso à educação entre rapazes e raparigas (PNUD, 2010).

Moçambique encontra-se entre os países com um Índice de Desenvolvimento Humano muito baixo (0,393% em 2013) e apresenta níveis de alfabetização de 50,6% de Adultos²⁰ e 67,1% de Jovens²¹ (PNUD, 2014).

Não obstante estas taxas, o Governo da República de Moçambique desde a Independência que vem perspectivando a construção da sociedade moçambicana e o combate à pobreza através da Educação - “ um direito fundamental de cada cidadão,

¹⁸ Como língua oficial de Moçambique, o Português é a língua de comunicação mais ampla e os cidadãos relacionam-na com a mobilidade social e económica (Firmino, 2000).

¹⁹ Relatório de Desenvolvimento Humano.

²⁰ % com 15 anos ou mais.

²¹ % entre os 15 e os 24 anos.

um instrumento para a afirmação e a integração do indivíduo na vida social, económica e política, um factor indispensável” (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 9)²².

A Educação é um dos pilares importantes para o desenvolvimento de um país em todos os domínios: político, económico e social. O nível de alfabetização em Moçambique²³ foi estimado, num período de 10 anos, por um aumento de cerca de 10 pontos percentuais de 1997 (39.5%) a 2007 (49.7%) de pessoas alfabetizadas.

O Governo tem priorizado o acesso à Educação a toda a população, através da promoção e expansão quantitativa e qualitativa do Ensino Primário, Secundário, Técnico-Profissional e Superior. No entanto, são ainda muitas as pessoas sem acesso à educação (Plano Estratégico da Educação 2012-2016, 2012).

Numa sociedade em que os níveis de educação da população são baixos, e quando o sistema educativo começa a desenvolver-se, este tende a beneficiar sobretudo as gerações mais novas. A maior parte da população alfabetizada em Moçambique encontra-se entre as idades 15-19 e 20-24 anos e, em menor percentagem, com 60 e mais anos. A taxa de alfabetização decresce com a idade, tanto para os homens como para as mulheres. Registam-se grandes diferenças por sexo, onde as mulheres apresentam taxas de alfabetização muito baixas (INE, 2012). A taxa de analfabetismo (de 46,4%) representa, assim, um constrangimento para o crescimento sócio-económico do País e Índice de Desenvolvimento Humano (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 9)²⁴.

As taxas de alfabetização, por províncias e sexos, evidenciam Maputo Província e Cidade e Gaza como possuindo as taxas de alfabetização mais elevadas, enquanto isso, todas as províncias da região norte e a Província de Zambézia apresentam baixas taxas, onde as diferenças entre mulheres e homens não são significativas. Em todas as províncias, as mulheres são, contudo, as que apresentam menores taxas de alfabetização (INE, 2012).

Em 2007, a percentagem da população analfabeta era maior nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete, e mínima nas províncias de Gaza, Maputo e Cidade de Maputo. Entre 1997 e 2007 deu-se uma redução em todas as províncias. O quadro da variação revela, no entanto, um maior crescimento na Cidade

²² Plano Estratégico da Educação 2012-2016.

²³ O conceito de Taxa de Analfabetismo corresponde à relação entre a população de cinco ou mais anos que não sabe ler nem escrever e à população com cinco ou mais anos de idade, expressa em percentagem (TSANDZANA, 2010).

²⁴ Plano Estratégico da Educação 2012-2016.

de Maputo. A Cidade de Maputo é uma província 100% urbana onde, apesar da insuficiência da rede escolar em albergar um número cada vez maior da população, se regista grande vantagem da participação de privados, situação que não se observa nas áreas rurais (*vide* mais em Tabela 1) (TSANDZANA, 2010).

Deste modo, alguns dos desafios ao progresso de desenvolvimento do País estão, sobretudo, relacionados com os sectores de educação. Face à estrutura etária maioritariamente jovem da população moçambicana, coloca-se um grande desafio ao Estado, que deve redobrar esforços com vista a elevar a sua capacidade de poder satisfazer, de forma quantitativa e qualitativa, as necessidades de educação da população.

Tabela 1: Percentagem de analfabetismo em Moçambique (2002-2009)

	2002	2003	2004	2005	2007	2008	2009
Total	53,3	53,3	51,9	51,9	50,3	48,1	49,9
Homem	36,7	36,7	34,3	34,3	34,5	31,4	33,2
Mulher	68	68	66,7	66,7	64,1	62,7	63,9

Fonte: Estatísticas da CPLP (2012).

No respeitante à literacia, entendida como a “ capacidade de processamento na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos)” (GOMES, 2000, p. 1 *apud* PROENÇA, 2015)²⁵, constata-se em Moçambique a grande necessidade de elevar os índices de literacia e de educação de adultos. Não obstante o crescente desenvolvimento que o País tem demonstrado desde a Independência (1975), em 1978 a taxa de iliteracia era de 97%, contra uma descida para 72%, em 1982. Em 2004, a média geral de iliteracia entre os adultos era cerca de 53.6%, sendo mais alta nas áreas rurais (65.7%) comparativamente com distritos urbanos (30.3%). No respeitante à diferença de género, as mulheres apresentavam valores mais elevados (68%) que os homens (37.7%)(LUÍS, 2012).

Nas regiões, as taxas de iliteracia variaram muito de província para província. Quanto à variação por idades, entre os jovens era de 37.9% entre os 20 e os 29 anos, 48% entre 15-19 anos (jovens do sexo feminino) e 50.7% entre 20-29 anos. Os dados mais actuais (2010) não revelam variações significativas dos valores demonstrados.

²⁵Para Gomes (2000), a Literacia tem como características nucleares: a análise da capacidade efectiva das competências de leitura, escrita e cálculo e um desenvolvimento continuado de competências em níveis de literacia em graus de dificuldades distintos.

Contudo, constata-se que as taxas de iliteracia se mantêm muito elevadas entre as mulheres (60%) (LUÍS, 2012).

De uma forma geral, as alterações económicas, ao longo dos últimos anos, têm possibilitado a expansão do acesso à educação, saúde e padrões de vida e consequente melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano da sociedade moçambicana. Entre 2002 e 2008, verificou-se um aumento do acesso da população à educação escolar de 30,8%. Entre 2001 e 2008, constatou-se, por consequência, uma diminuição da taxa de analfabetismo de 60,1% para 48,1% (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 9)²⁶.

As propostas orçamentais do Estado, fundamentadas no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) (2011-2013) e no Programa Quinquenal do Governo (PQG) (2010-2014), têm apresentado como prioridades o combate à pobreza e o alcance de um desenvolvimento inclusivo. O PQG tem desempenhado um papel fundamental em estimular o desenvolvimento do capital humano, objectivando garantir a adequação de infra-estruturas de apoio económico e social, e fornecer bens e serviços básicos para a população (CARVALHO, 2013).

Deste modo, reconhecendo a importância do livro e da leitura, como produtos e actos fundamentais para o desenvolvimento humano, o Governo de Moçambique pretende incrementar um Plano Nacional de Leitura e Escrita (processo em curso). Para tal, foi criada uma Comissão Nacional de Promoção da Leitura, composta por um grupo multisectorial, que integra membros e técnicos representantes de diferentes instituições, nomeadamente: Ministérios da Cultura, Educação, Justiça, Finanças; UEM, Universidade Pedagógica; FBLP; Televisão de Moçambique; Rádio Moçambique; associações afins (MOÇAMBIQUE, 2014)²⁷.

Segundo esta Comissão, o Plano Nacional de Leitura e Escrita deve reflectir a realidade sócio cultural de Moçambique, integrando assuntos respeitantes não apenas à Língua Portuguesa, língua oficial, como às restantes línguas nacionais e estrangeiras (Inglês e Francês), previstas no ensino em Moçambique.

2.3 Bibliotecas Públicas

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todo o indivíduo tem o direito de procurar, receber e difundir, sem considerações de fronteiras,

²⁶ Plano Estratégico da Educação 2012-2016.

²⁷ Comissão Nacional de Promoção da Leitura e Escrita.

informações e ideias por qualquer meio de expressão (expresso no artigo 19.º); de igual modo, aponta o direito de todos de informarem, de se informarem e de serem informados, sem impedimento nem discriminações (expresso no artigo 37.º). Desta forma, “para que o direito à informação se traduza numa prática social efectiva e generalizada de consumo de informação, é necessário viabilizar o respectivo acesso.” Tais direitos requerem o desenvolvimento de competências em diferentes níveis: literacia, informacionais e tecnológicas (PROENÇA, 2015).

A Década de 1990 marca a entrada das Bibliotecas Públicas na agenda das políticas governamentais de Moçambique Pós-Colonial (AMARAL, 2014). Este marco contribuiu significativamente para o processo educativo, servindo de fonte de informação para a comunidade estudantil e promovendo o gosto pela leitura. Em 1992, foi aprovado pelo Governo o Diploma Ministerial n.º 103/92, de 22 de Julho – que define o Estatuto Orgânico da BNM como instituição coordenadora das Bibliotecas Públicas. Este Diploma constituiu a primeira acção política de reconhecimento da actividade das Bibliotecas Públicas após a Independência Nacional. No sector da cultura, de forma geral, cita-se também o caso, da Resolução no.º 12/97, de 10 de Junho – que aprova a Política Cultural e Estratégia de sua implementação (ALI, 2011).

Moçambique herdou, do Período Colonial, um conjunto de serviços de informação fragmentados, em muitos casos inadequados às necessidades locais, e geograficamente distribuídos de forma desigual (AMARAL, 1994). Este contexto tem vindo a mudar significativamente com a criação de diferentes tipos de bibliotecas; assim como, com a criação de cursos de formação, quer na área da Documentação e Informação, quer noutros sectores da cultura.

As bibliotecas moçambicanas classificam-se segundo as seguintes categorias: Nacional, Universitárias, Públicas Provinciais, Públicas Distritais, Públicas Municipais, Privadas e Especializadas (NASSABE e MONDLANE, 2013). As bibliotecas universitárias são as que se encontram melhor apetrechadas, possuem recursos provenientes das universidades em que estão inseridas, entre outros apoios nacionais e internacionais, seguidas das públicas provinciais. Existem, ainda, outros tipos de bibliotecas associadas a organismos como institutos culturais, bancos, institutos religiosos, organizações não governamentais, entre outras.

Relativamente aos leitores das bibliotecas, observa-se a seguinte participação da população por cada 100 mil habitantes, segundo dados de 2011, Maputo Cidade

registrou a maior taxa, com mais de 34 mil leitores; Maputo Província e Tete registaram a menor frequência com 141 e 642 leitores, respectivamente, (vide Gráfico 1) (NASSABE e MONDLANE, 2013):²⁸

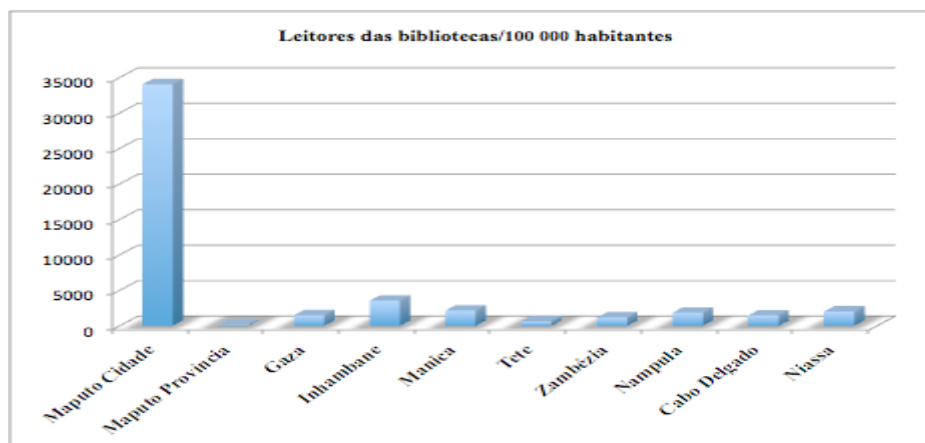


Gráfico 1: Frequência de leitores das bibliotecas
Fonte: INE - Estatísticas da Cultura, 2011.

A distribuição percentual de estudantes que frequentaram bibliotecas por nível de ensino é de: (a) 52% leitores do ensino secundário; seguida de, (b) 43% do ensino superior. Apenas 5% destes leitores são do ensino primário. Deste total, são consultadas as seguintes áreas de pesquisa: com maior percentagem, as ciências puras (21%); em segunda categoria, a história, geografia e biografias, com cerca de 17% das consultas; e, as colecções moçambicanas, com menos de 1% (INE, 2011).

O estudo “Bibliotecas Públicas e Construção da Cidadania” (ALI, 2011), evidencia o papel indispensável da Biblioteca Provincial de Nampula para a respectiva população, ao concluir que ao privilegiar as actividades de (i) apoio aos processos de ensino aprendizagem e investigação; (ii) promoção do livro e dos hábitos de leitura; e, (iii) disseminação da informação da imprensa jornalística, a Biblioteca Provincial de Nampula revelou ser um espaço/local privilegiado de acesso público à informação, como por exemplo de âmbito académico ou de consulta da imprensa jornalística, sobretudo por jovens e adultos desempregados na demanda de informação utilitária, sobre vagas e/ou concursos para emprego. Contudo, ressalta a necessidade deste sistema, ter como desafio, “ultrapassar a visão segundo a qual a informação a ser disseminada por ela é restrita apenas àquela que é produzida pelos

²⁸Recolha de informação efectuada pelo INE, em 2011, a 66 bibliotecas dispersas pelo País, sendo 12 da Cidade de Maputo. Esta informação não incluiu a totalidade das bibliotecas existentes, servindo apenas para dar um contexto da situação geral das bibliotecas.

órgãos de comunicação social (jornais) e/ou para fins escolares (material didáctico, enciclopédias, literatura etc.)” (ALI, 2011, p. 156).

2.3.1 Biblioteca Nacional de Moçambique

A BNM foi criada em 1961, pelo Diploma Legislativo n.º 2116 de 28 de Agosto, funcionando como fiel depositária legal da bibliografia nacional, subordinada ao Ministério da Cultura.

Com a proclamação da Independência, em 1975, a BNM teve que encerrar ao público devido ao abandono dos seus quadros séniores. Reabriu em 1978, já com uma nova estrutura. A redefinição do seu Estatuto Orgânico seria aprovada pelo Diploma Ministerial n.º 103/92 de 22 de Julho.

A BNM apresenta um fundo documental composto por, aproximadamente, 20.080 monografias disponíveis ao público, sendo: 15.120 da Bibliografia geral; 4.030 da Bibliografia Nacional, e, 930 do Sector de Preservação. Como instituição de cultura e investigação, tem como finalidades (MOÇAMBIQUE, 2015):

- *Assegurar a aquisição, conservação, tratamento e disponibilização do património documental produzido em Moçambique, referente a Moçambique e com interesse para Moçambique;*
- *Por outro lado, tem como função superintender os trabalhos do Serviço Nacional de Bibliotecas; bem como, funcionar como instituição normativa, de apoio técnico e metodológico.*

A BNM apresenta, por disposição do Diploma Ministerial n.º 103/92 de 22 de Julho, a seguinte estrutura orgânica nuclear: Direcção; Departamento Técnico e de Formação; Departamento de Preservação e Conservação e Repartição de Administração e Finanças.

No âmbito das suas funções, presta serviços ao público através de Leitura de presença, Acesso à Internet e digitalização de documentos e Apoio à pesquisa de catálogos. Por outro lado, superintende as Bibliotecas Públicas do País: Bibliotecas Provinciais, Distritais e Municipais.

Das categorias das Bibliotecas Públicas coordenadas pela BNM, as Bibliotecas Públicas Provinciais (BPP) são as que em melhor situação se encontram,

quer, quanto ao seu apetrechamento em termos de instalações, mobiliário e recursos humanos; quer, quanto ao desenvolvimento dos respectivos serviços. Tais condições influenciaram a definição das BPP como o objecto deste estudo.

2.3.2 Bibliotecas Públicas Provinciais

No Período Colonial, as Bibliotecas Públicas estavam sob a alçada das câmaras municipais, tendo sido referenciadas, em 1972, nove bibliotecas municipais. As mais antigas registadas, eram as de Maputo (1896), da Ilha de Moçambique (1935) e de Quelimane (1941) (AMARAL, 2014).

Um outro documento constata que as primeiras Bibliotecas Públicas no País foram criadas em 1965, nas províncias de Sofala e Inhambane, poucos anos depois da criação da BNM (1961). Estiveram, desde então, vinculadas às actividades das direcções de Educação e Cultura (FBLP, 2003, p. 27).

Após 1975, estes sistemas ou desapareceram ou passaram a ser da responsabilidade das direcções provinciais e distritais da Cultura que, entretanto, foram criando novas Bibliotecas. Existem, actualmente, cerca de 55 bibliotecas públicas entre provinciais (10) e distritais e municipais (44), estas criadas pelos conselhos municipais (AMARAL, 2014).

Estas Bibliotecas foram sendo desenvolvidas sem qualquer suporte legal. A BNM tem vindo a colmatar esta falha mediante elaboração de legislação de enquadramento e suporte (2007), a formar os recursos humanos que gerem estas unidades documentais, e a classificar e definir padrões para a respectiva estrutura e funcionamento (2009). Para todos os efeitos, conforme referido, é o início da Década de 1990 que é considerado o marco de entrada das Bibliotecas Públicas na agenda das políticas governamentais de Moçambique Pós-Colonial (AMARAL, 2014).

A Resolução n.º 12/97, de 10 de Junho – que aprova a Política Cultural e Estratégia de sua implementação, atribui às Bibliotecas Públicas a função de “pesquisa, aquisição, tratamento e difusão de material bibliográfico, cinematográfico, iconográfico e fonográfico para a consulta pelos interessados para fins de estudo e deleite” (MOÇAMBIQUE, 1997). Esta finalidade incide, no entanto, numa visão algo limitada do conceito de Biblioteca Pública.

A necessidade de um quadro legal de gestão das Bibliotecas Públicas Provinciais (BPP) contendo normas básicas da sua organização e funcionamento,

determinou a implementação do Decreto n.º 46/2007, de 10 de Outubro – que criou oficialmente as BPP e aprovou o respectivo Estatuto-Tipo pelo Conselho de Ministros, incorporando a dimensão informacional no quadro de objectivos e funções destes sistemas. O mesmo estatuto, conferiu a subordinação destas bibliotecas ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura.

São atribuição das Bibliotecas Públicas Provinciais (MOÇAMBIQUE, 2007):

- *Adquirir, tratar e difundir monografias (livros e brochuras), seriados (jornais, revistas, boletins, publicações periódicas) e outros documentos gráficos e audiovisuais;*
- *Funcionar como biblioteca normativa para as bibliotecas ao nível da província e proporcionar apoio técnico das mesmas;*
- *Organizar exposições, palestras e debates sobre temas diversos;*
- *Dar assistência técnica-profissional aos bibliotecários na respectiva província;*
- *Promover acções que contribuam para a criação do gosto e hábito de leitura.*

Quanto ao Estatuto-Tipo das BPP, os princípios gerais referentes à sua natureza, definem estes sistemas como instituições de carácter cultural que têm por objectivos proporcionar aos cidadãos leitura para apoio à investigação, ao processo de ensino-aprendizagem, à auto-formação e ao lazer.

O Estatuto estabelece, ainda, que as Bibliotecas Públicas Provinciais (MOÇAMBIQUE, 2007):

- *Gozam de autonomia administrativa e subordinam-se ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura;*
- *Recebem orientações técnicas e metodológicas da BNM;*
- *No exercício das suas atribuições, quando necessário, articulam e coordenam as suas actividades com os órgãos de autarquias locais e com outras pessoas colectivas públicas e privadas sediadas, ou não, na respectiva província.*

As Bibliotecas Públicas Provinciais têm como objectivos:

Proporcionar ao cidadão leitura para apoio à investigação, ensino-aprendizagem, auto-formação e para o lazer. Especificamente (MOÇAMBIQUE, 2007):

- *Promover o hábito da leitura e contribuir para a disseminação de informação;*
- *Apoiar o processo de investigação, de ensino e aprendizagem e auto-formação;*
- *Coordenar e dinamizar acções conducentes à implantação e expansão de uma rede de bibliotecas na respectiva província;*
- *Proporcionar leitura de lazer.*

São competências do Director das Bibliotecas Públicas Provinciais (MOÇAMBIQUE, 2007):

- *Promover a adopção de medidas necessárias à prossecução das atribuições das BPP;*
- *Dirigir os serviços, orientar as actividades e projectos das BPP e representar a instituição, dentro e fora do País;*
- *Emitir e aprovar instruções e regulamentos necessários à administração e funcionamento da BPP da província;*
- *Propor ao órgão provincial que superintende o sector da Cultura a aprovação de planos de actividade e orçamentos anuais das BPP;*
- *Gerir recursos humanos, financeiros, patrimoniais e materiais das BPP.*

Relativamente à disseminação e disponibilização nas suas diversas formas, o referido decreto estabelece que a actuação informacional das BPP, não deve limitar os seus serviços a fins de ensino formal, devendo promover, igualmente, actividades culturais.

As Bibliotecas Públicas têm enfrentado muitas dificuldades, de ordem política, económica e sociocultural. Entre outros problemas, a dissertação de Jairoce²⁹ sobre

²⁹ Director da BNM e docente de História na UEM.

“Bibliotecas Públicas, memória e educação” argumentou, especificamente, que o actual número de Bibliotecas Públicas em Moçambique não satisfaz as necessidades de pesquisa, leitura e aprendizagem dos estudantes e isso tem afectado negativamente o processo de instrução nos diferentes níveis. Para além destes problemas, o docente acrescenta que os seus fundos documentais não estão informatizados, encontrando-se ainda desactualizados. Há fraca ou quase inexistente expansão destes sistemas no País, e os funcionários não recebem qualquer formação profissional para o seu desempenho (MACANANDZE, 2014).

No que diz respeito, especificamente, ao atendimento ao público, Jairoce argumentou que se verifica uma fraca pesquisa da área pressupondo que, por falta de formação, o atendimento das Bibliotecas é deficiente. Assim sendo, “urge introduzir reformas com vista a transformar a biblioteca num meio de promoção do conhecimento e desenvolvimento do espírito de cidadania”. Para este docente, as Bibliotecas devem ir ao encontro dos alunos, deve incluir-se a componente cultural e o Governo deve “evitar” recursos humanos desqualificados (MACANANDZE, 2014).

2.4 Perfis dos Profissionais de Documentação e Informação

Em 1975, após a Independência de Moçambique, as unidades documentais encontravam-se deficientemente organizadas e com grave carência de profissionais com competências técnicas e organizativas. Para reverter este cenário, foram organizados vários cursos de curta duração. Estes cursos foram promovidos por instituições do País como a BNM, o CEDIMO, a UEM, o AHM, entre outras. Tais cursos não obedeceram a qualquer harmonização entre si, o que tornou impossível a sua avaliação, em termos de duração, conteúdos, requisitos de ingresso e procedimento de concessão de diplomas (AMARAL, 1999).

Contudo, o enfoque nas questões profissionais da Documentação e Informação só começaria a fazer-se sentir a partir da Década de 90 do século passado, com o início de um processo sistemático de formação de quadros, com a capacitação dos primeiros grupos de bibliotecários e arquivistas que se deslocaram a países estrangeiros. Nesta sequência, surgiu em 1998 o CIDOC, sob a tutela do FBLP. Em 2008, abriu a Escola Superior de Jornalismo (ESJ), que também ministra o curso de

Ciências da Documentação e Informação³⁰. Em 2009, foi criado o Curso de Graduação em Ciência da Informação na UEM (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014).

De um modo geral, no que se refere ao desempenho dos recursos humanos nesta área, grande parte destes profissionais está ligado a actividades de processamento técnico de documentos, nas diferentes unidades documentais, incluindo arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Predominam aqueles que têm o nível médio de escolaridade, perfazendo cerca de 39.5%; seguidos de licenciados, com cerca de 27,6%. Os que têm apenas o nível básico atingem os 19.2% (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014).

Relativamente ao tipo de formação, ainda predominam trabalhadores sem nenhuma formação específica, representando cerca de 45,2% (ensino geral). Apenas 1,6% tinham formação superior na área documental (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014).

O relatório dos autores acima citados lista, como áreas específicas de formação desses profissionais, Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação. No que se refere ao local da formação, a maioria dos profissionais concluiu a sua formação em Moçambique (93,7%). 3,8% são pessoas formadas no Brasil, apresentando-se este país como um parceiro estratégico na formação destes profissionais; com menor percentagem, destacam-se, ainda outros países como: África do Sul, Portugal, Reino Unido, Suécia, URSS.

Quanto à actuação dos profissionais de documentação e informação em Moçambique, segundo o relatório de González e Mangue (2014), de um modo geral, as Bibliotecas Públicas não realizam gestão de projectos, constatando-se ser uma prática desenvolvida por apenas 8, 3% dos profissionais das unidades documentais. Entretanto, 27,2% destes profissionais manifestou necessidade de formação profissional em gestão de projectos, contra 72,8% que não manifestaram interesse.

A nível dos *curricula* das instituições que oferecem cursos em Ciências da Documentação e Informação, o plano geral de estudos do curso médio em Ciências Documentais do CIDOC, a título de exemplo, apresenta como disciplinas de formação específica: Introdução à Documentação, Fundamentos de Biblioteconomia, Catalogação, Classificação, Indexação, Fundamentos de Arquivologia, Métodos de Arquivo e Avaliação, Arranjo e Descrição. Como disciplinas de formação

³⁰ Não houve acesso ao plano curricular deste curso.

complementar, contém: Administração, Conservação, Reprografia e Informática (MOÇAMBIQUE, 1999). O plano curricular do curso de licenciatura em Ciência da Informação da UEM apresenta como disciplinas nucleares: Informação, Cultura e Cidadania, Informática Aplicada, Fundamentos Teóricos da Informação, Informação para Negócios, TIC nas Unidades de Informação e Documentação I e II, Políticas de Informação, Conservação e Preservação do Acervo, Linguagens Documentais; sendo disciplinas específicas do ramo de Biblioteconomia: Fundamentos de Biblioteconomia, Organização e Controlo Bibliográfico, Práticas de Classificação e Indexação I e II, Fontes de Informação (G. e Especializadas), Representação Descritiva, Formação e Desenvolvimento de Acervos, Normalização Bibliográfica, Serviços de Referência, Gestão de Serviços e Unidades de Informação e Representação Descritiva de Materiais Especiais (UEM, 2011). Conclui-se, pois, que, tanto o CIDOC como a UEM não apresentam disciplinas específicas sobre Bibliotecas Públicas ou Acção Cultural, tendo apenas a UEM uma disciplina específica sobre aspectos culturais: Informação, Cultura e Cidadania.

Destaca-se, ainda, o Instituto Superior de Artes e Cultura (ISARC)³¹ que ministra, desde 2010, no curso de Licenciatura em Gestão e Estudos Culturais disciplinas específicas em animação sociocultural (Introdução à Animação Sócio-Cultural e Fundamentos de Animação Sócio-Cultural), entre outras relacionadas como: Dinâmicas de Grupos e Mediação Cultural (ISARC, 2015).

Relativamente à formação específica em animação sociocultural ou acção cultural, constata-se que houve em 1995, mediante protocolo estabelecido entre a Secretaria de Estado de Portugal e os Governos dos PALOP, uma *formação de animadores* na qual Moçambique participou, juntamente com Angola e Guiné. Fizeram parte desta formação áreas temáticas como: A imagem na imaginação; Estudo do meio (objectos da tradição oral); Expressão Dramática, Plástica e outras formas dinâmicas de animação.

Entende-se deste contexto, que o profissional da documentação e informação em Moçambique “é desafiado a aliar os seus conhecimentos técnicos com o de outras áreas e disciplinas”, competências que possibilitam a sua intervenção e actuação multidisciplinar e multiprofissional (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014, p. 1).

³¹Primeira instituição de ensino superior na área das artes e cultura em Moçambique.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo dedica-se a apresentar o sistema conceptual da pesquisa ou marco teórico. Esse delineamento refere-se, segundo Gil (2008), ao planeamento da pesquisa na sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados.

O estabelecimento deste sistema conceptual deriva, fundamentalmente, de exercícios lógicos, sendo essencial para que o problema assuma o seu significado científico. “ Torna-se, pois, necessário, para confrontar a visão teórica do problema com os dados da realidade, definir o delineamento da pesquisa” (GIL, 2008, p. 68). Todavia, por si só, estas tarefas não possibilitam colocar o problema em termos de verificação empírica.

3.1 Políticas Públicas Culturais

“ o Estado continua a deter um papel essencial [...] situar-se na continuidade do Estado democrático: procurar equilíbrios, atenuar assimetrias, estimular a participação de todos no que a todos diz respeito.”
(SILVA, 1997, p. 48)

O universo da cultura, como qualquer outro, deve ser fundamentado por políticas públicas³². Para tal, é crucial definir um plano estratégico, a nível das organizações, e um plano operacional, ao nível da sociedade em geral, sendo que ambos os planos devem funcionar em articulação. Sob o ponto de vista da estratégia política, a cultura perpassa, obrigatoriamente, todos os aspectos da vida em sociedade, perspectiva sem a qual os planos de desenvolvimento serão sempre incompletos e/ou de sucesso comprometido.

O plano estratégico incide numa discussão sobre o que se entende por cultura e qual a sua aplicação. Sobre esta questão são retiradas conclusões que, na sua maioria, apontam para a necessidade de formulação de políticas públicas mais incisivas, as quais, para serem eficazes, precisam de mecanismos capazes de mapear

³²Política pública é o conjunto das actividades dos governos que influenciam a vida dos cidadão. Esta acção pode ser empreendida directamente ou através de delegações (PETERS, 1986 *apud* SOUZA, 2006).

não apenas o universo da produção, mas também o da recepção junto da sociedade, nas suas diferentes facetas sociais (BOTELHO, 2001).

O entendimento do plano das *políticas públicas culturais* necessita, primeiramente, que se defina o conceito de “cultura” nelas aplicado. A cultura, em sentido lato e sob o ponto de vista antropológico, é produzida por todos. Esta perspectiva é, para Botelho (2001), identificada como a mais democrática e tem sido privilegiada pelo discurso político, principalmente em países em desenvolvimento onde os problemas sociais são mais marcantes e as respectivas economias são mais dependentes. O autor afirma, também, que “de qualquer forma, uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’, não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática.” (BOTELHO, 2001, p. 75). Assim, torna-se imprescindível identificar as estratégias operacionais destas políticas, com base no conceito de cultura de cada sociedade, para que se possam atingir resultados visíveis.

A cultura, para além dos seus múltiplos usos sociais e políticos, pode ser vista como um factor de atractividade, como motor de reordenamento de espaços, como instrumento de marketing, vector de interacção social, comunicação, promoção institucional de empresas, entre outros (SILVA, 1997).

Em Moçambique, o conceito de cultura está bem patente na *Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação*: compreende um conjunto complexo de maneiras de ser, estar, comportar-se, marcado pelos principais momentos do processo de integração social e de socialização ao longo da vida. Estes aspectos estão em constante interacção com as novas realidades e experiências. A cultura é, assim, considerada como um instrumento privilegiado de afirmação e valorização da identidade nacional (MOÇAMBIQUE, 1997).

A Constituição da República de Moçambique estabelece o princípio segundo qual o Estado promove o desenvolvimento da cultura e das personalidades nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores culturais da sociedade moçambicana. Do mesmo modo, o PQG (2009-2014) reafirma o valor da cultura e a necessidade da criação de condições para uma maior participação criativa, livre e democrática de cada um, e da sociedade civil no seu conjunto e o respeito pela diversidade de confissões religiosas e de origens étnicas (MOÇAMBIQUE, 1997).

As *políticas culturais* representam para a sociologia o objecto por excelência (COSTA, 1997). Combinam-se, de forma explícita, duas dimensões das relações

sociais: a *cultura* e o *poder*. Complementando este discurso, Silva (1997) refere que o campo das *políticas culturais* também pode ser visto sob uma perspectiva de interacção entre o Estado e a sociedade civil, em matéria de *acção cultural*, resumindo o leque das escolhas políticas em quatro pólos abrangentes: (i) *as políticas de património*; (ii) *as políticas de formação educativa de públicos*; (iii) *as políticas de sustentação da oferta cultural*, (iv) *as políticas de uso económico, social e político da cultura*.

Baseado em parâmetros de organizações internacionais, Costa (1997) classifica as diversas perspectivas conceptuais de análise das *políticas culturais* em: *políticas culturais carismáticas*, as que visam apoiar os criadores reconhecidos; *políticas de democratização da cultura*, propõem-se alargar o acesso às obras a um público vasto; e, *políticas de democracia cultural*, as que não se limitam a facilitar a criação artística e a democratizá-la, mas pretendem estimular largamente a criatividade cultural e propiciar a expressão cultural dos diversos grupos sociais.

Conforme referido na Introdução, a intervenção do Estado moçambicano, guia-se por uma política cultural cujos pressupostos se encontram estabelecidos na Constituição da República (2004), assim como na Lei do Património Cultural (1988), nas recomendações da Primeira Conferência Nacional sobre Cultura (1993) e no PQG (2009-2014) para o sector da cultura e nas experiências de governação moçambicanas e universais. Aliás, já em 1967 na reunião preparatória da Conferência de Veneza, a UNESCO propôs aos governos que reconhecessem as acções culturais como inerentes às políticas públicas e definiu *política cultural* como o conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a acção cultural do Estado (UNESCO, 1969).

Os princípios gerais da Política Cultural em Moçambique definem-se, evidentemente e por excelência, pela *política de democratização da cultura*, ao defender que “todos os cidadãos têm igual direito de participação na vida cultural e de acesso à fruição dos benefícios da cultura e arte” ou pelos objectivos:

Promover a difusão da cultura moçambicana, no plano nacional e internacional, e desenvolver acções com vista a fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais de outros povos;

Incentivar acções que promovam a igualdade de acesso dos cidadãos aos benefícios da Cultura e Arte (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 40).

As *políticas públicas culturais*, na perspectiva de Lopes (2000), caracterizam-se por três fases: (*primeira*) a *formulação da política* e que pressupõe a sistematização de um conjunto de cenários existentes que funcionam num trabalho em rede, ao invés de iniciativas e projectos isolados como se tem verificado, muitas vezes; (*segunda*) a *criação de meios inovadores* e que incidem na necessidade da actualização e diversificação dos programas, em função dos desafios e oportunidades existentes, por forma a criar-se coesão social, deve existir uma rede mínima de meios e equipamentos para que isso aconteça; (*terceira*) *um salto para o futuro*, a que representa a perspectiva de elaboração de planos e estratégias, visando um alargamento em função do contexto local/global. De igual importância, urge propiciar a estruturação de condições que alimentem uma pressão social que force a diversificação e a qualidade do circuito cultural local.

Entende-se assim, e de acordo com as fases apresentadas por Lopes (2000), que Moçambique se encontra ainda na primeira fase, tendo já sido criada uma política cultural carecendo, porém, de uma estruturação mais precisa do ponto de vista da sua implementação.

A difusão da cultura moçambicana, e das respectivas *políticas culturais*, constitui um desafio para as autoridades moçambicanas apontando, primeiramente, para a necessidade de mudança de atitudes dos profissionais em relação à respectiva aplicação; assim como, a crença do forte papel das Bibliotecas Públicas como sistemas potenciadores do desenvolvimento integral da sociedade e da respectiva economia. Aponta-se, contudo, para a necessidade de melhorar os instrumentos de intervenção dos profissionais de Informação, manifestado nas vontades políticas (MARRENGULA, 2012). A formação destes profissionais, também constitui um desafio do sector de informação em Moçambique, como se verifica na argumentação: “A formação é um instrumento de democratização cultural e a formação de profissionais nesta área poderá resolver os vazios da participação por parte dos cidadãos nas tomadas de decisão sobre as políticas culturais” (MARRENGULA, 2012, p. 14).

No respeitante ao financiamento dos custos relacionados com o sistema de *políticas culturais*, Lopes (2000) e Costa (1997) convergem ao considerar o *financiamento* como um factor determinante para a estratégia de implementação de qualquer política. Tal meio, proporciona as condições para uma intervenção directa na solução dos problemas identificados na sociedade. Contudo, Botelho (2001)

acrescenta que, para que um sistema efectivo de financiamento às actividades culturais funcione, deverão ser criadas parcerias, tanto entre os sectores do governo (plano horizontal), quanto entre as instâncias administrativas e as fontes privadas de financiamento (plano vertical) ressaltando, portanto, a fundamental importância de uma postura clara e precisa do Governo em relação à cultura e às artes.

As *políticas culturais* necessitam de prever, no seu planeamento, os recursos e meios de financiamento para as suas actividades artísticas e culturais. A clareza quanto às prioridades e metas a serem alcançadas, a curto, médio e longo prazo, possibilitará a definição de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento destas actividades. Desta forma, uma tal decisão deve ser da responsabilidade de cada instituição.

Embora, de um modo geral, a cultura tenda a não ser vista como fonte de desenvolvimento prioritário nas agendas políticas nacionais, sendo os seus orçamentos diminutos, o governo moçambicano possui fundos de apoio aos produtores culturais. O desembolso destes fundos passa, entretanto, por um processo bastante moroso e burocrático o que, até certo ponto, acaba limitando a implementação dos respectivos projectos (MARRENGULA, 2012).

Por outro lado, as *políticas culturais*, isoladamente, não conseguem atingir o plano da sociedade; necessitam de um investimento referente à área de cultura dentro do aparato governamental e de outro tipo de investimento de responsabilidade dos próprios interessados, a chamada estratégia do ponto de vista da demanda, em que o exercício real da cidadania exija e impulse a presença dos poderes públicos como resposta às questões concretas. Uma política cultural que queira cumprir os seus objectivos, tem de saber delimitar claramente o seu universo de actuação, em termos políticos e administrativos (BOTELHO, 2001).

A este respeito, frisando a necessidade de se definir a relação entre o Estado e a sociedade civil, de modo a distinguir-se os diversos níveis de intervenção para cada parte, Silva (1997) argumenta que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, a tensão da *acção cultural* não reside na dicotomia entre a promoção pública e a promoção privada.

As políticas públicas culturais devem, crescentemente, incorporar elementos de estimulação e co-responsabilização, de pluralidade de actores e de interesses que se exprimem na sociedade civil. A aplicação destas políticas deve, primeiramente, exigir

a garantia de suporte físico, humano, organizativo e financeiro para as respectivas actividades culturais (SILVA, 1997).

Entretanto, as medidas político-culturais contemporâneas não são exclusivamente de natureza estatal. O sector privado, nomeadamente através do mecenato, exerce cada vez mais um papel activo na promoção dos bens culturais através de fundações, associações e/ou empresas. “Esta é uma estratégia usada para chegar mais rapidamente a um maior número de públicos para além do público-alvo natural de cada entidade privada” (GRAÇA, 2012, p. 12).

Para Silva (1997), a dinâmica desta parceria constitui-se num plano de *concertação*. É necessário disciplinar as regras e as práticas da constituição da parceria e o Estado deve assumir a obrigação primeira. Assim, é necessário o enriquecimento desta parceria com a incorporação da pluralidade e a heterogeneidade de protagonistas dos campos culturais; ou seja, deve-se evitar limitar a parceria apenas à relação público-privado promovendo, também, parcerias diversas, especialmente no interior do próprio Estado, entre os níveis local, regional e central. Este movimento propicia a formação de trabalhos em rede.

Em Moçambique, um dos grande desafios para a efectiva implementação das políticas culturais, é o custo que uma política de democratização e democracia cultural acarreta. Do mesmo modo, a falta de técnicos qualificados na área da cultura, que possam influenciar a elaboração de leis claras e exequíveis, e a escassez de profissionais que poderiam servir de mediadores dos processos de desenvolvimento da cultura, bem como para a aplicação da cultura como instrumento de desenvolvimento de Moçambique (MARRENGULA, 2012).

Relativamente aos intervenientes principais da cultura, a Política Cultural de Moçambique é clara quanto à necessidade de intervenção dos diferentes sectores, argumentado num dos seus objectivos gerais: “Incentivar as associações, o empresariado e os líderes, comunitários e outras entidades colectivas e singulares a complementarem as acções do Estado no âmbito da promoção e valorização da cultural nacional, tanto no país como no estrangeiro”³³ (MOÇAMBIQUE, 1997, p. 6).

Importa, contudo, sublinhar a plena concordância com Silva (1997) ao referir que a presença do Estado (escala nacional) muitas vezes se anula na escala

³³Veja-se nos objectivos gerais da Política Cultural de Moçambique e estratégias de sua Implementação. Resolução n.º 12/97.

internacional. Para este autor, a globalização hiperboliza as mobilidades nacionais em torno de alegadas identidades e diferenças culturais.

De todas as formas, convém não esquecer que, para além de convocar, por si própria, uma rede de actividades económicas, a cultura constitui um factor de afirmação (competitiva) de atracção de recursos, investimentos e pessoas. A coesão dos tecidos sociais dá-se na revalorização de antigos e novos lugares, oportunidades, redes de associação e interacção cultural colectiva (SILVA, 1997).

Numa perspectiva mais contemporânea, a propósito do financiamento da cultura, Rosa (2009) argumenta que o paradigma destas políticas aponta para a necessidade de uma maior racionalidade do uso dos recursos, de procurar definir acções ou produtos capazes de se transformarem em multiplicadores destes activos culturais. A presente dissertação fundamenta-se nesta perspectiva relacionando, sobretudo, (o conceito) o reconhecimento de (todos os) intermediários como agentes de reflexão do desenvolvimento social e cultural da sociedade. Este desenvolvimento possibilita, para a sociedade, a autonomia de gerar novos conhecimentos.

A rede dos sistemas, das práticas de criação e de inovação, entre outros aspectos, não está, porém, ainda suficientemente apetrechada, em termos económico-financeiros (SILVA, 1997).

Nas Bibliotecas Públicas, é necessário reconhecer especificamente também, como afirma Usherwood (1999), que estes sistemas só obterão tal apoio quando os seus profissionais praticarem eficazmente as relações públicas, facilitando o contacto entre profissionais e políticos.

Quando as Bibliotecas Públicas necessitam captar a atenção dos seus políticos e da administração local, devem ter como seus aliados os cidadãos. Devem, igualmente, melhorando a qualidade dos serviços, elaborar um plano que trace o seu futuro, desenhar uma política de comunicação e difusão. Para tal, é imprescindível que demonstrem, com indicadores precisos, o seu impacto junto da comunidade e a rentabilidade social dos seus serviços (LOZANO DÍAZ, 2006).

Deste modo, a argumentação de Brettas (2010) parece ser a mais profunda e completa ao concluir que as Bibliotecas Públicas legitimam um sistema político dominante quando disponibilizam um fundo documental constituído de acordo com os interesses dos grupos sociais em que actuam proporcionando actividades que incentivam a leitura, o estudo, a pesquisa e a produção de trabalhos e obras literárias, por meio da preservação da memória e identidade local. Assim sendo, as Bibliotecas

criam possibilidades de mudança para uma nova ordem social, mais justa e inclusiva para todos os membros.

Sobre a posição dos responsáveis das Bibliotecas Públicas relativamente às políticas nacionais, o contexto africano é caracterizado por apresentar um quadro fraco e ausente de políticas culturais nacionais para as Bibliotecas Públicas. A título de exemplo, num estudo sobre políticas nacionais - “National Policies Supporting Public Libraries” (2012) - apresentado na conferência African Public Libraries Summit intitulado “Informing Africa, Developing Africa” (realizado a 19-21 de Setembro de 2012, Johannesburg, África do Sul), conclui que, de um universo de 40 directores nacionais de Bibliotecas Públicas africanas, 22 inquiridos (55%) informaram da inexistência de políticas nacionais de Bibliotecas Públicas nos respectivos países; 5 inquiridos (12,5%) não sabiam se existia ou não uma política nacional aplicada às respectivas Bibliotecas, contra 11 entrevistados (27,5%) que informaram existir uma política nacional aplicada às respectivas Bibliotecas Públicas (Moçambique faz parte desta lista) e 2 (5%) indicaram ter uma política nacional em curso de implementação. Concluiu-se que a ausência destas políticas se deve ao facto dos países apresentarem uma capacidade limitada de estratégia política de desenvolvimento e à falta de consciência do valor das políticas de apoio ao desenvolvimento e do papel das Bibliotecas Públicas (African Public Libraries Summit, 2012)³⁴.

Quanto ao posicionamento dos profissionais nas decisões políticas, tal como afirma Usherwood (1999), os mesmos deverão fazer por adquirir consciência política, sendo importante que se instale uma rede de gestão de Bibliotecas Públicas que advogue a favor destes sistemas junto dos decisores políticos. Esse *Lobby* deve procurar comunicar, de forma eficaz, o valor das Bibliotecas Públicas aos decisores políticos, aos órgãos de comunicação social e outras entidades susceptíveis de influenciar a opinião pública e a política social.

Sobre a gestão das Bibliotecas Públicas, o modelo que inspirou o seu desenvolvimento durante muitos anos, segundo Calixto e Parreira (2012), pressupunha a existência de um órgão coordenador e um conjunto de princípios

³⁴ Informação retirada de um inquérito feito aos directores nacionais de Bibliotecas Públicas de 40 países africanos, encomendado pela Fundação Bill e Melinda Gates.
Lista dos países que apresentam uma política nacional sobre Bibliotecas Públicas disponível em: WWW: <URL: http://www.african-public-libraries-summit.org/ressources/APLS2012/APLS_briefs/APLSBrief_NatlPolicyChart_EN.pdf>.

básicos como a liberdade de acesso a todos os cidadãos, a utilização gratuita dos respectivos serviços e a divisão de responsabilidades financeiras entre os municípios e a administração central. Estes processos devem ser regidos por legislação adequada que estimule a implementação dos diversos serviços.

Para Calixto e Parreira (2012) há, de facto, uma preocupação legislativa em determinar a posição legal das bibliotecas no quadro de uma política nacional de informação. Moçambique não foge à excepção. Constatou-se, efectivamente, uma consciencialização política de intervenção do Estado na questão da cultura aquando da 1ª Conferência Nacional sobre Cultura (1993), tendo-se recomendado que:

se estabeleça um quadro de referência legal que permita a plena participação de todos os intervenientes nos projectos e acções culturais que contribuam para melhorar a qualidade de vida do homem e da comunidade. Por exemplo, impõe-se o redimensionamento das metodologias utilizadas nos processos de produção e revisão das leis em ordem a possibilitar a participação de sectores mais representativos da sociedade civil, que consigam transmitir aos legisladores a sensibilidade e as vivências de ordem sócio-cultural susceptíveis de contribuir para o enriquecimento e aperfeiçoamento da lei e da administração da justiça.

que se priorize a acção cultural, atribuindo um orçamento adequado, recursos materiais e humanos que permitam a realização efectiva e consecução dos objectivos da Política Cultural de Moçambique (MOÇAMBIQUE, 1993, p. 4).

Do exposto, espera-se que o Estado cumpra o seu papel de garantir à população os seus direitos fundamentais que lhe permitam viver com dignidade, superando a problemática da iliteracia generalizada, recorrendo aos bens culturais para desenvolver níveis de competências. A população moçambicana não beneficia ainda plenamente destes direitos.

Assim, o facto das Bibliotecas Públicas gerirem e disponibilizarem ao público recursos tão importantes como a informação e o conhecimento, torna as Bibliotecas instrumentos essenciais na veiculação de ideias e princípios que a história política tem revelado serem um instrumento de legitimação, ou não, das mesmas (VITIELLO, 2000, *apud* CALIXTO e PARREIRA, 2012).

O objectivo das políticas culturais será chegar a uma conjugação de ideias, significados, teorias e à sua aplicação prática que irá sustentar a sua formulação - implementação - avaliação (SCULLION e GARCIA, 2005, p. 5).

3.2 Bibliotecas Públicas

O conceito de Biblioteca tem sido objecto de grande evolução e muito influenciado por profundas alterações sociais, económicas e avanços tecnológicos. Tradicionalmente, a Biblioteca é entendida como:

- 1) Qualquer colecção organizada de livros impressos e publicações em série, ou outros documentos gráficos, audiovisuais disponíveis para empréstimo ou consulta.
- 2) Agência, ou parte, cuja função principal é fornecer livros, manter, actualizar e facilitar a utilização dos documentos que requerem utilizadores, para satisfazer as suas necessidades de informação, pesquisa, ensino ou acção recreativa, contando com uma equipa especializada (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002).

Numa perspectiva mais apontada para a sua aplicação, Milanesi (2002) define Biblioteca como uma concentração de esforços de ordenação da produção intelectual, essencial ao desenvolvimento humano. A continuidade das Bibliotecas é determinada por um processo reflexivo e adaptativo de mudança que lhes confere actuação e vida. O processo de mudança e adaptação das Bibliotecas exige reflexão sobre sua actuação e valor que justifique a sua permanência.

Dentre os vários requisitos relativos à função das Bibliotecas, na sua acepção mais lata, incluem-se diferentes serviços e documentos, tanto do tipo tradicional como digital. Gómez Hernández (2002) conclui que as Bibliotecas são actualmente um serviço que visa, através do uso das suas colecções, recursos electrónicos incluídos, fornecer auxílio à sua utilização e resolver os problemas informacionais dos seus utilizadores.

Numa perspectiva de aplicação a determinado contexto multifuncional, entende-se por Bibliotecas espaços de aprendizagem, formal e informal, por meio de consulta, partilha e testemunho.

No decorrer da sua evolução, as Bibliotecas têm mantido uma escala de desenvolvimento notável, especialmente na definição de objectivos que procuram cumprir da forma mais fiável a sua missão e significado. Qualquer extensão de serviço ou departamento não deve significar, necessariamente, o desvio ou perda da sua identidade, mas antes um desenvolvimento em termos de dimensões dos serviços de documentação e uma maior especialização no processamento e divulgação dos conteúdos informacionais (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002).

As Bibliotecas Públicas são as que têm uma função vital, sendo insubstituíveis e imprescindíveis por serem as que atendem o público em geral, sem distinção de idade, sexo, religião condição social ou cultural (ESCARDÓ I BAS, 2005).

O elemento que estabelece as diferenças entre as Bibliotecas não é absolutamente a idade dos seus utilizadores nem o segmento social e cultural que abarcam. A diferença reside no automatismo e na prestação de serviços dos respectivos profissionais, objectivando educar ao invés de sair à caça de leitores para preencher grelhas estatísticas (ESCARDÓ I BAS, 2005).

3.2.1 Conceptualização

A biblioteca verdadeiramente pública é aquela que dá a palavra ao não-público, este processo envolve acção e reflexão, direito de expressar, de criar e recriar, de decidir, de optar, entre muitos outras formas de comunicação
(FLUSSER, 1991).

As Bibliotecas Públicas nasceram na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e Inglaterra, com a finalidade de fornecer livros para as classes sociais deles privados nos séculos anteriores. Objectivavam fornecer também, a tais classes, formação profissional e moral e acção recreativa. Desenvolveram-se, principalmente, ao longo do séc. XX (LÓPEZ YEPES, 2004).

A noção de Biblioteca Pública associa dois conceitos; *espaço*, no sentido lato; e, *público*. As Bibliotecas, como *espaços culturais*, foram já definidas no capítulo anterior (*vide* p. 23); o conceito de *público*, é aqui apresentado como equivalente de

grupo de pessoas consumidoras de um objecto cultural³⁵. Ao dar a palavra, as bibliotecas, verdadeiramente públicas, respondem à aspiração fundamental de igualdade (FLUSSER, 1980).

Como *espaço público*, as Bibliotecas Públicas são entendidas como o *locus* onde temas, ideias, informações se apresentam ao conhecimento geral; um domínio discursivo e de interacção social aberto a todos, sem distinção de credos, ideologias e condições sócio-políticas e económicas (IFLA/UNESCO, 1994).

Numa perspectiva pós-moderna, Coelho (1997) *apud* Dias (2006) define Biblioteca como o centro que privilegia o espaço cultural, em detrimento do acesso à colecção existente na mesma. Convergindo com esse conceito, Dias (2006) define Biblioteca como uma instituição que tem por objectivo democratizar a informação e a cultura, pressupondo uma aproximação de objectivos e de papel no contexto social.

Para Russo e Silva (2013), as Bibliotecas Públicas são uma instituição participante, activa do processo de desenvolvimento humano e de transformação das sociedades ao longo dos séculos, que influenciam e são influenciadas por estas alterações.

Segundo Pinto (2007), as Bibliotecas Públicas devem ser entendidas como equipamentos culturais possuidores de documentos em suportes diversificados, organizados em livre acesso destinados a satisfazer as necessidades de informação, dedicando especial atenção aos espaços e serviços prestados, contribuindo para a formação ao longo da vida. Tais sistemas promovem a democratização do acesso ao conhecimento e à informação e contribuem para o desenvolvimento social, para a melhoria da qualidade de vida e do nível educacional, cultural e artístico das comunidades em que se inserem.

Para Pinto (2007), tais sistemas modernos são, essencialmente, instrumentos responsáveis pela alteração de hábitos culturais. Na mesma perspectiva, Rebelo (2002) argumenta que as Bibliotecas Públicas são agentes locais de desenvolvimento que procuram captar públicos diversos e dar atenção às populações mais desfavorecidas.

O processo de transformação do conceito de Biblioteca Pública reforçou o papel do bibliotecário enquanto agente fundamental, ou seja, um intermediário indispensável entre a informação e as necessidades dos utilizadores (PINTO, 2007).

³⁵ Conceito apresentado por Flusser (1980).

Por conseguinte, pensar actualmente as Bibliotecas Públicas, significa anunciar uma mudança a nível dos valores culturais destes sistemas. As Bibliotecas Públicas do século XXI devem expandir os seus serviços, contrariando a tendência da sua obsolescência; devem pautar-se pela inovação e pela oferta de novos serviços bibliotecários; têm que empenhar-se em criar um espaço de troca e obtenção de informações, numa atmosfera sociável; e, converter-se em lugares tentadores e aconchegantes, convidando os seus utilizadores a por lá permanecerem. Estes sistemas não devem viver isolados dos demais sistemas culturais, sociais e económicos da comunidade, devendo antes estabelecer uma rede de colaboração e cooperação; devem ter, também, uma visão mais ampla sobre o futuro da comunidade (LOZANO DÍAZ, 2006).

Tais mudanças têm, entre outras causas (LOZANO DÍAZ, 2006):

- *as novas demandas sociais de informação e conhecimento;*
- *o processo de globalização e crescimento multi-cultural das sociedades;*
- *a interrupção e a extensão da intervenção das Bibliotecas Públicas;*
- *a redefinição do estado de “bem-estar”;*
- *as novas demandas e as novas expectativas dos cidadão sobre os serviços públicos;*
- *o interesse dos profissionais e da administração.*

A necessária transformação destes sistemas deve ocorrer a partir de um trabalho conjunto: um diagnóstico da situação (insatisfatória) da sociedade e a formulação de uma visão da disposição adequada, planificando a etapa de gestão da mudança e respectiva execução (LOZANO DÍAZ, 2006).

No entanto, dada a sua amplitude e extensão, é muito arriscado precisar o que é uma biblioteca. Os serviços que oferecem é que tornam mais ou menos ampla a importância das Bibliotecas no domínio cultural, entre outros. No meio de tudo isto, consta, também, que os bibliotecários são tratados como meros especialistas de livros, que não conhecem quase nada sobre gestão cultural (ESCARDÓ I BAS, 2005).

3.2.2 Papel e objectivos

No que diz respeito aos seus objectivos, as Bibliotecas Públicas procuram providenciar recursos e serviços através de meios variados para responder às necessidades de indivíduos e grupos nas áreas de educação, informação e desenvolvimento pessoal, incluindo a recreação e o lazer (IFLA, 2013). Tais sistemas desempenham um papel importante no desenvolvimento e manutenção das sociedades democráticas.

Estes objectivos são concretizados, conforme descrito pelo “Public Library Research Group” (1971), através do conceito de Biblioteca Pública enquanto agência multifacetada de informação-educação-cultura. A informação e ideias disponibilizadas pelas Bibliotecas Públicas constituem recursos nacionais valiosos devendo, portanto, ser considerados recursos vitais.

No entanto, a preocupação com a preservação não pode ser superior à da disseminação (ALMEIDA JÚNIOR, 2003). O autor destaca a existência de quatro funções acumuladas desde o surgimento destes sistemas em 1850, nos Estados Unidos e em Inglaterra, nomeadamente:

a) Educacional

As Bibliotecas são entendidas, desde os primórdios, como suporte, complemento e apoio educacional, tendo primeiro orientado a sua acção para a educação formal. Há discussões que defendem que o apoio à educação formal deve ser exercido pelas bibliotecas escolares. Contudo, a inexistência e precariedade de tais sistemas, nas escolas, obriga a que as Bibliotecas Públicas sirvam como Bibliotecas Escolares, como sucede em Moçambique.

b) *Cultural*

A componente cultural é agregada à função educacional. A cultura foi sempre entendida como sinónimo de erudição. As Bibliotecas devem, como consequência, proporcionar informação à população, para que as pessoas possam construir o seu conhecimento através de diferentes recursos documentais, especialmente através do livro.

c) *Recreativa ou de lazer*

As Bibliotecas Públicas são entendidas como espaços que devem oferecer entretenimento através da leitura, promovendo e intensificando o empréstimo de livros.

d) *Informacional*

A função informacional é também definida como “informação utilitária” “informação comunitária”, “informação social”, “informação para o quotidiano” e “informação para a cidadania”. Tal função, é fruto de um interesse das próprias Bibliotecas. Incide no atendimento ao público, de forma geral, quer para informações ligadas às Bibliotecas, quer para informações de outra natureza.

O foco do presente estudo foi fundamentalmente orientado para as Bibliotecas Públicas, na sua *função cultural*, associada à *função educacional*, defendida por Almeida Júnior (2003).

Desde a sua génese, as Bibliotecas Públicas têm estado directa ou indirectamente ligadas à educação. Segundo as directrizes da IFLA, em contextos em que existam serviços de Bibliotecas Públicas vocacionados para o apoio à educação formal, estas devem complementar este serviço, evitando duplicar recursos disponíveis noutros locais.

Ergue-se assim, mais um desafio para as Bibliotecas Públicas, em países com baixos níveis de alfabetização (como o caso de Moçambique); Estes sistemas devem orientar os seus serviços para atendimento de uma sociedade em que é prioritária a

necessidade do desenvolvimento educacional, apresentando uma variedade de meios de assistência, tanto na educação formal como na educação informal.

Por sua vez, são destacados vários aspectos relacionados com a efectividade dos serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas, de onde se conclui que as mesmas se relacionam com diferentes aspectos, designadamente com o seu espaço físico. Neste contexto, a IFLA defende a necessidade de se privilegiar, acima de tudo, a prestação de serviços independentemente do espaço. Existem muitas circunstâncias em que o serviço é mais eficaz quando posto à disposição do público para além das paredes da biblioteca. Não obstante, os edifícios das bibliotecas também desempenham um papel importante na oferta dos seus serviços (IFLA, 2013).

As Bibliotecas Públicas e respectivos profissionais podem ter um futuro muito dinâmico na redefinição dos seus papéis e na criação de novos serviços, nomeadamente perante comunidades desfavorecidas, especialmente em países em desenvolvimento, onde haja sérias dificuldades de acesso a fontes de informação imediata, em virtude dos altos níveis de iliteracia (PIENAAR, 1995). Para tal, têm de abandonar a perspectiva tradicional, passando para uma abordagem orientada para o utilizador.

3.2.3 Missão

O Manifesto da IFLA/UNESCO (1994) estabelece que a criação das Bibliotecas Públicas é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Devem ser objecto de legislação específica e financiadas pelos governos nacionais e locais. Têm de ser uma componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para a cultura, de acesso à informação, à literacia e à educação.

As missões-chave destes sistemas, relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura, são as seguintes (IFLA/UNESCO, 1994):

- *Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;*
- *Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;*
- *Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;*
- *Estimular a imaginação e a criatividade de crianças e jovens;*

- *Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;*
- *Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes de espectáculo;*
- *Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;*
- *Apoiar a tradição oral;*
- *Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;*
- *Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;*
- *Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;*
- *Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.*

Perante os novos cenários, gerados pelas mudanças sociais, as Bibliotecas Públicas vêm-se confrontadas com novos desafios a exigir a revisão e expansão dos respectivos deveres. A título de exemplo, a Declaração de Copenhaga sobre Bibliotecas Públicas e Sociedade da Informação (1999) aponta, como suas atribuições, plena integração na Sociedade da Informação e do Conhecimento:

- 1) Democracia e Cidadania: oportunidade estratégica para aumentar a qualidade de vida e possibilidades democráticas dos cidadãos da sociedade de informação, fornecendo acesso livre e equitativo à informação, de alta qualidade.
- 2) Desenvolvimento económico e social: apoio ao crescimento das comunidades, fornecendo serviços de informação projectados para atender as necessidades locais.
- 3) Aprendizagem contínua: oferta de uma infra-estrutura de custo eficaz para a aprendizagem contínua e fácil acesso aos conteúdos das redes virtuais; assim como, apoiar os alunos de todos os níveis de educação formal.
- 4) Diversidade cultural e linguística: responsabilidade para com o património cultural, literatura e alfabetização.

Dentre algumas recomendações, Gómez Hernández (2002) conclui que as Bibliotecas Públicas devem:

- a) *Promover, de forma ampla, o seu papel na comunidade em que se inserem, especialmente a local;*
- b) *Explorar o seu potencial, fornecendo novos serviços educativos e informativos para os seus utilizadores;*
- c) *Apoiar o desenvolvimento profissional contínuo dos bibliotecários ao ritmo das mudanças tecnológicas e das exigências de informação;*
- d) *Manter uma colaboração muito estreita entre os diferentes tipos de bibliotecas;*
- e) *Auxiliar na elaboração de materiais multimédia que atendam os conteúdos de interesse das bibliotecas virtuais, assim como a criação de materiais educativos multimédia para formação dos seus utilizadores.*

A missão das Bibliotecas Públicas passa, assim e em síntese, por criar e fomentar hábitos de leitura, estimular a criatividade, apoiar a educação individual, saber utilizar a informação e apoiar a alfabetização (GASPAR, 2011).

A evolução das Bibliotecas Públicas caracteriza-se essencialmente e, segundo Rebelo (2002), pelo alargamento da rede de leitura pública e pela diversidade do seu público leitor.

Importa não esquecer, de igual modo, que a democracia exige informação e conhecimento para que os cidadãos possam exercer de forma consciente a sua cidadania. Para isso, não basta aceder à informação, é necessário saber seleccioná-la e avaliá-la, a fim tirar proveito da mais relevante. As Bibliotecas e designadamente as Bibliotecas Públicas assumem, neste campo, uma função de destaque, uma vez que devem ser o centro local de informação, onde é possível alcançar conhecimento e informação de todos os géneros, segundo o Manifesto da UNESCO (1994).

Os bibliotecários devem estar habilitados a processar a informação, exercendo a sua acção junto dos utilizadores no domínio da literacia da informação, auxiliando, deste modo, a aprendizagem ao longo da vida (GASPAR, 2011).

Sobre o contexto africano, Farias (2013) argumenta que a principal missão das Bibliotecas Públicas em África consiste na oferta de colecções com características primárias, ou seja, predomínio de livros puramente escolares, que possam contribuir para o esforço de educação nacional. Entretanto, esta visão não será a mais adequada.

A concluir, as Bibliotecas Públicas têm vindo a ser objecto de acção fundamental de organismos como a UNESCO, IFLA, American Library Association (ALA), entre outros que, ao longo dos anos, têm vindo a apresentar normas e propostas de gestão e desenvolvimento destes sistemas, a diferentes níveis. As Bibliotecas Públicas organizam-se, assim, de forma distinta, em função de circunstâncias próprias como as respectiva situação social, localização geográfica e organização administrativa; variam, segundo os países, havendo modelos de gestão que podem servir de referencial para outros sistemas (LÓPEZ YEPES, 2004).

A gestão das Bibliotecas Públicas é orientada em função de três aspectos fundamentais: (i) dependência administrativa e financeira; (ii) funcionamento e (iii) utilizadores (LÓPEZ YEPES, 2004).

3.2.4 Enquadramento Legal e Financeiro

Como qualquer outra instituição, as Bibliotecas Públicas devem ter uma base legislativa que assegure a sua existência continuada e o seu lugar na estrutura estatal. Cada país deverá possuir legislação específica a este respeito.

Para harmonização de padrões das Bibliotecas Públicas, existem inúmeros documentos descritivos e detalhados que regulamentam todos os pormenores e procedimentos, do funcionamento até à admissão e qualificação do pessoal, desde as normas de processamento documental à forma de acesso à Internet (CALIXTO e PARREIRA, 2012). Para estes autores, tal legislação é promovida e organizada no âmbito das autoridades nacionais e/ou regionais, considerando a dimensão do território, a tradição cultural do país, a organização política e configuração da estrutura administrativa, entre outros aspectos. Contudo, este *corpus* documental não pode constituir-se de forma isolada no seio do quadro legal do sector da cultura e da informação; deve, pelo contrário, integrar e interagir com a política nacional e internacional de informação, promovendo a convergência do trabalho realizado pelas diferentes instituições do sector.

As Bibliotecas Públicas são instituições da comunidade, sendo legalmente enquadradas pela Administração Pública; as leis que regem as suas actividades e formas de financiamento são praticadas de formas variadas e complexas. Os serviços de base local são assim, frequentemente, mais apropriados na estrutura da Administração Pública (IFLA, 2013).

No entanto, as directrizes da IFLA (2013) avançam que, por razões estruturais ou económicas, existem situações em que a responsabilidade prática do funcionamento dos serviços das Bibliotecas Públicas é atribuído a outras entidades públicas e até mesmo a entidades privadas.

Como alternativas de gestão das Bibliotecas Públicas, as mesmas directrizes sugerem parcerias e a integração em *redes* com outras bibliotecas e organizações afins. Assim sendo, “ para assegurar a coordenação e cooperação das Bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em normas de serviços previamente acordados.” (Manifesto da IFLA/UNESCO, 1994).

As Bibliotecas Públicas devem ser tuteladas por um órgão devidamente estabelecido, constituído principalmente por representantes da comunidade local. As comissões e órgãos directivos das bibliotecas devem ter regras de funcionamento e as suas deliberações, entre outros documentos, devem estar disponíveis para consulta pelo público em geral. O órgão de tutela deve ser responsável pela criação, estruturação e aplicação das políticas a adoptar. Deste modo, o seu funcionamento é orientado pelo bibliotecário-chefe, que deve acompanhar e ter acesso directo e permanente às reuniões do órgão de tutela e trabalhar em estreita colaboração com o mesmo (IFLA, 2013).

As primeiras normas foram definidas pela ALA nos anos 30 do século passado. Em 1973, a IFLA publicaria as Normas para Bibliotecas Públicas e que foram actualizadas em 1977, na qual são normalizados aspectos referentes aos próprios sistemas, designadamente: unidades administrativas, horários de abertura e pontos de serviço, colecções, pessoal, edifícios, entre outros aspectos (LÓPEZ YEPES, 2004).

As Bibliotecas Públicas devem, por conseguinte, assumir total responsabilidade das suas acções tanto, perante os órgãos de tutela, como perante os cidadãos locais, através de apresentação de relatórios, organização de reuniões públicas e de consulta. Nos exemplos mais actuais, é apresentado conceito de “carta

da Biblioteca” e que vem sendo desenvolvido, em muitos países, como um meio de divulgação de identificação das Bibliotecas que publicita o nível de serviços oferecidos pela instituição. Estas cartas terão tanto maior credibilidade quanto forem elaboradas envolvendo os seus utilizadores (IFLA, 2013).

Relativamente ao financiamento, constata-se uma grande variedade de fontes de financiamento das Bibliotecas Públicas. As proporções de fundos, provenientes do exterior, variam de acordo com os factores locais de cada país. São consideradas *fontes primárias*, os impostos a nível local, regional ou central, subsídios dos órgãos centrais, regionais ou locais; *fontes secundárias*, os donativos de organizações ou indivíduos, receitas resultantes de actividades comerciais, tais como publicações, venda de livros, de obras de arte ou artesanato, receitas resultantes de cobrança por serviços especiais (ex: fotocópias e impressões) patrocínios de organizações externas, fundos de lotaria nacional para iniciativas específicas (IFLA, 2013).

Do mesmo modo, é aconselhável que as bibliotecas sejam criativas na procura de fontes externas de financiamento. Neste processo, deverão salvaguardar-se as políticas estratégicas previamente planeadas (IFLA, 2013).

3.2.5 Cooperação e Partilha de Recursos

As organizações devem funcionar como sistemas de cooperação e as Bibliotecas não fogem à regra. A cooperação é, assim, definida como uma combinação de esforços da qual todos os participantes possam beneficiar. São circunstâncias propiciadoras: o crescimento do volume de informação e da demanda, a introdução de meios tecnológicos e a adesão a políticas internacionais que padronizam informação, conduzindo as bibliotecas a explorar todas as possibilidades existentes (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002).

Nem todos os serviços previstos para Bibliotecas Públicas são igualmente necessários para qualquer comunidade e nem todas as Bibliotecas Públicas estão em condições de atender às respectivas necessidades informacionais. Esta é uma das razões para a multiplicação de acções cooperativas interbibliotecárias, impondo-se a criação de sistemas e redes tendentes a satisfazer todas as necessidades (LÓPEZ YEPES, 2004).

Nos últimos tempos, a cooperação interbibliotecária tem sido apoiada tanto pelo desenvolvimento das Bibliotecas Públicas em geral, como pelo introdução de

novas variáveis como a informática e as telecomunicações (LÓPEZ YEPES, 2004). Segundo o mesmo autor, esta cooperação tem resultado na redução da duplicação de serviços, na combinação de recursos para se atingirem resultados máximos e na melhoria geral dos serviços à comunidade, privilegiando-se as relações institucionais com outras organizações - escolas, instituições culturais, entre outras. A cooperação no campo das Bibliotecas Públicas é actualmente marcada pela existência de redes a diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional).

3.2.5.1 Cooperação com as Bibliotecas Escolares

É consensual a função das Bibliotecas Públicas no apoio à educação e formação. Embora não tão consistentemente ligadas ao contexto escolar de apoio ao currículo como as Bibliotecas Escolares e Universitárias, as Bibliotecas Públicas sempre desempenharam um importante papel na auto-formação, com particular destaque para a formação dos cidadãos, dotando-os de espírito crítico e cultura geral abrangente (CALIXTO e PARREIRA, 2012).

O uso das Bibliotecas Escolares,³⁶ totalmente integradas no processo educacional, promove a autonomia e responsabilidade dos alunos no seu próprio processo de aprendizagem. Contudo, enquanto instituições autónomas não podem permanecer isoladas, sendo necessário que se relacionem com o seu ambiente social e cultural, por exemplo, bibliotecas de bairro ou de localidade, associações culturais e instituições públicas e privadas (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002).

Com base no Manifesto da IFLA sobre Bibliotecas Escolares (2013), o tipo de cooperação que as Bibliotecas Públicas podem estabelecer com as Bibliotecas Escolares inclui:

- *Partilha de recursos;*
- *Organização conjunta de acções de formação de pessoal;*
- *Cooperação no desenvolvimento de colecções;*
- *Cooperação nos programas de animação;*
- *Cooperação de serviços electrónicos e de redes;*

³⁶ A Biblioteca Escolar pode ser entendida como um serviço dos estabelecimentos de Ensino tendo como função recolher, organizar e utilizar os recursos de informação necessários para a aprendizagem, a aquisição de hábitos de leitura e de formação no uso da informação (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002).

- *Cooperação no desenvolvimento de instrumentos de aprendizagem;*
- *Visitas guiadas de turmas à Biblioteca Pública;*
- *Programação conjunta da leitura e literacia;*
- *Programas de introdução à Internet para crianças;*
- *Partilha de infra-estruturas de telecomunicações e redes;*
- *Organização conjunta de encontros com escritores.*

A relação que se pode estabelecer entre estes dois tipos de bibliotecas reside, em grande parte, na partilha dos mesmos utilizadores:

“No es posible llevar a cabo en la actualidad un proyecto de biblioteca escolar sin contar con el apoyo de la Biblioteca Pública en cuanto a: asesoramiento técnico, establecimiento de planes coordinados de formación de usuarios y préstamo de materiales” (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002, p. 316).

Ainda segundo o mesmo autor, as Bibliotecas Públicas devem incluir uma unidade de gestão técnica de consultoria e serviços técnicos às Bibliotecas Escolares e estabelecer relações de cooperação (colaboração em recursos humanos, materiais e acções).

Deste modo, as Bibliotecas Públicas podem ajudar a melhorar as competências dos profissionais de educação através de formação ou troca de experiências, prestar atenção nos seus utilizadores relativamente ao programa de formação escolar, juntamente com acções especialmente direccionadas para as Bibliotecas Escolares. Em consequência dessa parceria, as bibliotecas podem servir os mesmos utilizadores mediante temáticas e actividades específicas de cada uma (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2002).

No contexto brasileiro, os grandes utilizadores das Bibliotecas Públicas são os alunos das escolas dos ensinos básico e secundário, que procuram estes serviços para desenvolver “pesquisas” solicitadas pelos professores (ALMEIDA JÚNIOR, 2003). Este tipo de utilizadores representa, aproximadamente 90% de todo o atendimento desenvolvido pelas Bibliotecas Públicas. Para este autor, estes sistemas não têm respondido à demanda, tendo-se limitado a indicar os materiais nos quais o tema proposto para a pesquisa pode ser localizado. Esta postura concorre, de forma directa, com as Bibliotecas Escolares, ao invés de uma atitude de completude. Esta situação é

verificável, também, em muitos países em vias de desenvolvimento, como Moçambique.

As bibliotecas quando aplicam o conceito “Include for two or more educational institutions, research institutions, government agencies and even business corporations”, têm mais probabilidades de sucesso (BUNDY, 2002, p. 1). Idealmente, as bibliotecas devem cooperar entre si, com instituições educacionais, agências governamentais, empresariais e mesmo instituições universitárias.

Assente nesta cooperação, incrementa-se um novo conceito de Bibliotecas, Bibliotecas com uma *dupla função*³⁷, conciliando principalmente os interesses dos alunos com os da população em geral. São exemplos de contextos com este tipo de Bibliotecas, países como os Estados Unidos da América, Austrália, Canadá e Reino Unido (CARIAS, 2012). Embora sejam múltiplas as vantagens que este tipo apresenta - de ordem educacional, social e económica - revela, do mesmo modo, alguns constrangimentos referentes a questões financeiras, políticas e psicológicas. A chave do sucesso parece estar, assim, relacionada com o contexto populacional e a gestão das Bibliotecas (CARIAS, 2012).

Em suma, a Biblioteca Pública, ao assumir as funções de Biblioteca Escolar, “não pode limitar-se a fornecer apenas livros e material de pesquisa aos estudantes, devendo actuar activamente no processo educativo” (GIONGO, 1989, p. 32 *apud* Dias, 2006).

3.2.6 Acesso a Serviços

A facilidade de acesso é um dos principais factores para o êxito dos serviços das Bibliotecas Públicas. O acesso aos serviços deve ser estruturado de forma a atingir o mais elevado grau possível das necessidades dos utilizadores reais e potenciais. Sendo assim, a localização dos postos de serviços das Bibliotecas Públicas deve ser a mais útil para os habitantes da comunidade, devendo localizar-se próxima dos centros de redes de transportes e zonas de actividade comunitária (IFLA, 2013).

Do mesmo modo, deve ter-se em conta o seu horário de funcionamento, devendo estar aberta às horas de máxima conveniência para quem vive, trabalha e estuda na comunidade (IFLA, 2013).

³⁷ Tais bibliotecas existem desde o séc. XIX.

Já quanto ao ambiente, deve ter-se em consideração as condições de temperatura adequada, tanto para os utilizadores como para a colecção. Do mesmo modo, e ainda segundo as directrizes da IFLA (2013), as Bibliotecas Públicas devem proporcionar um espaço físico para prestação de serviços que seja convidativo para o público:

- *adequado para o armazenamento e a exposição da colecção da Biblioteca;*
- *apropriado, confortável e atraente, que permita ao público utilizar de forma adequada e conveniente os serviços da Biblioteca;*
- *suficiente para o desempenho das funções do pessoal da Biblioteca num ambiente caracterizado pela eficiência e pelo conforto;*
- *adequado e flexível para o futuro.*

As Bibliotecas de maior dimensão podem, ainda, aproveitar alguns espaços com serviços alternativos de lazer.

3.2.7 Divulgação

É sempre importante que as Bibliotecas Públicas publicitem a sua existência e variedade de serviços que fornecem, do mesmo modo que qualquer outra actividade de carácter público deve ser dada a conhecer aos seus beneficiários.

Em termos de marketing, aqui definido como um processo de gestão mediante a identificação antecipada de decisões sobre os instrumentos de publicidade e de comunicação/difusão, é necessário: o estudo do mercado (utilizadores); a adaptação da oferta (fundos documentais) e a distribuição (identificação de serviços e modo como são prestados) (ESCARDÓ I BAS, 2005).

Os gestores das Bibliotecas Públicas devem utilizar técnicas de *marketing* para compreender e planear as suas actividades, de forma a satisfazer as necessidades dos seus utilizadores. Podem ser incluídos elementos de *marketing* como (IFLA, 2013):

- *Utilização positiva de meios impressos, electrónicos e de comunicação;*
- *Mostras e exposições;*
- *Sinalização interior e exterior eficaz;*

- *Publicações regulares e preparação de listas de recursos e folhetos;*
- *Campanhas de leitura e literacia;*
- *Elaboração de campanhas destinadas a satisfazer as necessidades de pessoas com deficiências físicas e sensoriais;*
- *Feiras do livro;*
- *Sítios da biblioteca na Internet;*
- *Ligações de e para sítios e portais relacionados;*
- *Grupos de amigos da biblioteca;*
- *Semana anual de comemoração da biblioteca e outras actividades colectivas de promoção;*
- *Comemoração de aniversários e anos especiais;*
- *Informação sobre a biblioteca em listas telefónicas e outras listas comunitárias;*
- *Actividades e campanhas de angariação de fundos;*
- *Actividades de contacto com o público e com grupos da comunidade;*
- *Publicações especiais da biblioteca.*

Tais actividades são planeadas em função do respectivo contexto. Para que atinjam os respectivos públicos-alvo, é importante que haja colaboração com os órgãos de comunicação social e domínio das técnicas de comunicação com a imprensa (IFLA, 2013).

3.2.8 Recursos Humanos

A gestão do pessoal das Bibliotecas é considerada uma tarefa de grande importância. Todo o pessoal deve integrar, directa ou indirectamente, a política do serviço da Biblioteca mediante deveres e responsabilidades bem definidos, condições de emprego devidamente regulamentadas e salários competitivos com os de outros sectores de trabalho similares (IFLA, 2013).

Dentre as competências necessárias para os bibliotecários apresentadas pelas diretrizes da IFLA (2013) para estes sistemas importa sublinhar, nomeadamente, as seguintes: capacidade de relacionamento, consciencialização social, aptidão para o trabalho de equipa, capacidade de liderança; e competências nas práticas e

procedimentos da organização. É imprescindível a existência de profissionais devidamente qualificados, não apenas a nível técnico mas, também, em termos de gestão.

O gestor responsável pelo serviço das Bibliotecas Públicas é o responsável máximo pelo serviço, em conjugação com o órgão de tutela. A este deve ser facultada formação adequada e a participação no desenvolvimento da política da Biblioteca (IFLA, 2013). Para o trabalho eficaz do gestor são apontados, entre outros, os seguintes instrumentos de gestão (IFLA, 2013):

- *Análise das necessidades da comunidade;*
- *Monitorização e avaliação;*
- *Medição do desempenho.*

3.2.9 Serviços

“ os bibliotecários têm de ter capacidade para "inventar" novas formas de ser uma biblioteca viva e actuante na sociedade.”
(PIRES, 2003, p. 123)

Traçar o perfil dos utilizadores é tarefa imprescindível para a criação de serviços. Esta informação servirá, de igual modo, como parâmetro maleável e flexível na construção dos objectivos e na estruturação da avaliação das Bibliotecas. Embora existam directrizes para os serviços de Bibliotecas Públicas, cada instituição deverá adequá-las de acordo com a demanda (ALMEIDA JÚNIOR, 2003).

Estes serviços devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO, 1994).

Os principais serviços que as Bibliotecas devem colocar à disposição dos seus utilizadores, são seguidamente sistematizados (*vide* Tabela 2) de acordo com o documento “Biblioteca Pública: princípios e directrizes” (BRASIL, 2000, p. 93-98) *apud* Cabreira (2011):

Tabela 2: Serviços prestados pelas Bibliotecas

SERVIÇO	DEFINIÇÃO
Referência e informação	Referência é o termo aplicado à relação entre bibliotecas e utilizadores em busca de informação; é a orientação que o pessoal das bibliotecas pode oferecer aos utilizadores para que estes encontrem as respostas às suas necessidades de informação, ou, se as bibliotecas não dispuserem de tais meios, deverão indicar onde obtê-los, seja através dos serviços de outras bibliotecas ou instituição congêneres, seja através da consulta na Internet.
Programas de formação e orientação de utilizadores	Dentro destes programas deverão ser oferecidos serviços e actividades orientadas não apenas para divulgação das bibliotecas, mas também para formulação dos respectivos utilizadores no uso de serviços automatizados e demais fontes de informação disponíveis.
Empréstimo domiciliário	Estes serviços visam, essencialmente, possibilitar aos leitores um maior tempo para a leitura já que, muitas vezes, os horários das bibliotecas não coincidem com as horas livres das pessoas, principalmente dos adultos em idade activa. São serviços fundamentais para estimularem a leitura em todos os segmentos da população.
Serviços de auscultação	Os Serviços de auscultação são canais de comunicação entre a biblioteca e seus utilizadores com o objectivo de avaliar e melhorar a qualidade de seus serviços. Os serviços da instituição, que podem ser prestados pessoalmente, por correspondência, por telefone [virtualmente] ou através de urnas colectoras colocadas, com este objectivo específico, em locais bem visíveis das bibliotecas.
Memória local	Caso não existam museus ou arquivos, e mesmo que existam e actuando de forma concertada e complementar, cabe às bibliotecas recolher documentação sobre os aspectos do seu município e da própria comunidade, tais como: dados estatísticos, livros, revistas, artigos de jornal, plantas, mapas, folhetos e fotografias.
Serviços especiais	Embora as Bibliotecas Públicas devam, por princípio, atender toda comunidade, algumas sugestões de serviços poderão ser: livros, quadrinhos, jogos, música, cinema, brinquedos e material para criatividade e arte, assim como, sugerir serviços a públicos específicos. As bibliotecas devem, por exemplo, participar de todas as actividades da comunidade que visam a erradicação do analfabetismo.
Extensão	O desenvolvimento de actividades extra-muros é uma importante estratégia de actuação junto da comunidade. Os serviços de extensão podem ser desenvolvidos, através de recursos, tais como: bibliomóvel, vagão-biblioteca, barco-biblioteca, caixa-estante (também chamadas bibliotecas ambulantes) e bibliotecas ramais ou sucursais.
Informação à Comunidade (SIC)	SIC é o serviço da biblioteca destinado a auxiliar indivíduos ou grupos, através de um banco de dados dos recursos e serviços disponíveis na comunidade. Este serviço contribui, através do uso eficaz da informação, para o fortalecimento da identidade cultural de uma comunidade, uma vez que essa identidade cultural se forma através do conhecimento que a comunidade possui do seu passado, da situação actual e, conseqüentemente, de uma visão clara do futuro.

Fonte: Biblioteca Nacional (2000, p. 93-98) *apud* Cabreira (2011).

Em matéria de informação e segundo a IFLA (2013), as Bibliotecas Públicas devem prestar serviços que atendam as necessidades da comunidade local. O planeamento destes serviços, supõe a definição de prioridades claras e o desenvolvimento de uma estratégia para a sua prestação, a médio e longo prazo, considerando o grupo-alvo. Tal prestação deve, necessariamente, desenvolver-se independentemente do nível de financiamento disponível para a Biblioteca.

Estes serviços não devem ser sujeitos a qualquer forma de pressão ideológica, política, religiosa ou comercial, devendo reflectir as mudanças e preocupações actuais da comunidade onde se localiza a Biblioteca. Devem, e novamente segundo a IFLA (2013), encontrar-se definidos em legislação, segundo uma diversidade e aprofundamento variável, em função da dimensão das bibliotecas, devendo dos mesmos constar:

- *empréstimo de livros e outros materiais;*
- *disponibilização de livros e outros materiais para uso na biblioteca;*
- *informação através de meios impressos e electrónicos;*
- *aconselhamento ao leitor incluindo serviços de reserva;*
- *informação à comunidade;*
- *formação de utilizadores, incluindo apoio a programas de literacia;*
- *programação de actividades e eventos;*
- *novas ferramentas de comunicação, tais como blogues, SMS e redes sociais, usadas quer para serviço de referência, quer para relações públicas.*

A filosofia subjacente à disponibilização destes serviços deve ter em conta a abrangência de toda a comunidade, sem excepção. Para a eficácia deste objectivo, as Bibliotecas devem participar activamente numa ou mais redes de serviços (IFLA, 2013).

Os serviços podem, também, ser subdivididos de forma a satisfazer pessoas de todas as idades e em todas as fases da vida, nomeadamente (IFLA, 2013):

- *crianças;*
- *jovens;*
- *adultos;*
- *grupos da comunidade;*
- *grupos especiais de utilizadores.*

Considerando-se que a população moçambicana é essencialmente constituída por jovens, e que as Bibliotecas Públicas são usadas principalmente por este segmento da população, esta situação exige um esforço mais concentrado sobre a prestação de serviços específicos dentro das Bibliotecas. Uma das principais tarefas das Bibliotecas Públicas, hoje, relativamente à população jovem, é a produção e disponibilização de fontes de informação para cumprir o auto-conhecimento da cultura e da identidade, valores essenciais para qualquer indivíduo (ISSAK, 2000).

Sobretudo, são indicadas para a melhoria dos serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas, as seguintes sugestões (PROENÇA, 2015):

- *desenvolver uma postura de abertura ao diálogo no desenho de soluções para as necessidades informacionais da comunidade;*
- *criar (urgente) novas estratégias para chegar mais próximo das pessoas, conhecê-las, reconhecê-las, escutá-las;*
- *proporcionar um maior envolvimento da comunidade, através de fóruns de auscultação;*
- *desenhar e desenvolver serviços para todos os segmentos etários e todos os grupos sociais, em conformidade com a diversidade de necessidades informacionais;*
- *(importante) pôr em evidência o poder de proporcionar uma aprendizagem e qualidade de vida das comunidades;*
- *identificar novos parceiros (locais, nacionais e internacionais-públicos e privados);*
- *propor uma nova imagem, ultrapassando os estereótipos comuns das Bibliotecas Públicas.*

3.2.10 Redes de Bibliotecas Públicas

O funcionamento e gestão adequada das Bibliotecas Públicas supõe (IFLA/UNESCO, 1994):

- *Formulação de uma política clara, definindo objectivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. As Bibliotecas Públicas devem ser eficazmente organizadas e mantidos padrões profissionais de funcionamento;*
- *Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo, grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional;*
- *Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais;*

- *Têm de ser levados a cabo programas de formação de potenciais utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos.*

O mesmo Manifesto defende uma política de financiamento, legislação e redes de Bibliotecas Públicas, fundamentada em:

- *serviços gratuitos, da responsabilidade das autoridades locais e nacionais;*
- *legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais;*
- *numa componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.*

Para assegurar a coordenação e cooperação das Bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. Esta rede deve ser concebida tendo em consideração as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como as bibliotecas escolares e universitárias (IFLA/UNESCO, 1994).

A formação de uma rede implica, de facto, a determinação legislativa para a criação de estruturas claras a todos os níveis, assim como a definição dos deveres e responsabilidades das entidades envolvidas (COUNCIL OF EUROPE, 2000, *apud* CALIXTO e PARREIRA, 2012).

3.2.11 Bibliotecas Públicas em África

“Onde a tradição oral constitua uma importante forma de comunicação, a biblioteca pública deve encorajar a sua continuidade e desenvolvimento.”
(IFLA, 2013, p. 19)

O contexto das Bibliotecas é actualmente marcado por uma aceleração no uso das tecnologias da informação e da proliferação de informação. Deste modo, as Bibliotecas são obrigadas a reavaliar o seu papel e redefinir tarefas, a fim de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à informação. A explosão dos novos recursos de informação tem tornado mais evidente, a cada dia, a obsolescência das colecções de muitas bibliotecas.

Entretanto, nos países em desenvolvimento, devido à subsistência de problemas estruturais relacionados com os elevados níveis de pobreza, a situação é ainda mais evidente quanto à escassez e obsolescência dos materiais. Esta situação coloca os serviços das Bibliotecas Públicas de África num cenário precário (ISSAK, 2000).

As Comunidades africanas abraçaram, inicialmente, as Bibliotecas Públicas expectantes de apoiar as necessidades educativas e informacionais das comunidades e auxiliar no processo global de elevação e desenvolvimento dos mais desfavorecidos. Porém, estas expectativas não floresceram, apesar da notável expansão quantitativa que se verificou, com a criação de Bibliotecas (MOSTERT e VERMEULEN, 1998). Tal fracasso deveu-se ao facto de não ter sido dada a devida atenção à importância de pesquisar as reais necessidades das respectivas comunidades (STURGES e NEILL, 1990, p. 71 e 73 *apud* MOSTERT e VERMEULEN, 1998).

As Bibliotecas no continente Africano estiveram, por algum tempo, concentradas no conflito entre as necessidades da população e os serviços prestados. No entanto, a razão da prestação insatisfatória de tais serviços deve-se ao facto de se ter usado, como modelo único, as Bibliotecas do Ocidente (MOSTERT e VERMEULEN, 1998).

De forma geral, o movimento das Bibliotecas Públicas em África é caracterizado pela sua fragilidade, com inúmeros problemas, especificamente, em

relação às restrições financeiras, falta de recursos humanos, recursos informacionais desactualizados e uso desadequado. Verifica-se que, nestes países, as crianças não usam tanto os materiais disponibilizados pelas Bibliotecas, mas as Bibliotecas como locais de estudo. “The only sector of the African population that uses public libraries is school children” (ISSAK, 2000, p. 3).

Este cenário faz com que os bibliotecários africanos precisem de repensar o papel das Bibliotecas Públicas, em termos do que é necessário, dos seus potenciais utilizadores, sobre quais os serviços sustentáveis em África, que serviços são atraentes para os seus utilizadores, entre outros aspectos. Esta acção começa pela necessidade de uma atitude profissional mais dinâmica e de maior envolvimento da comunidade, sem exclusão - de crianças em idade escolar, adultos, alfabetizados e não-alfabetizados, entre outros (ISSAK, 2000).

Como sugestão de melhoria dos serviços das Bibliotecas Públicas, Issak (2000) argumenta que a introdução de serviços alternativos, como centros de informação à comunidade, é bem-vinda. Contudo, há uma necessidade de equilibrar os serviços oferecidos em áreas urbanas e rurais. Do mesmo modo, acrescenta que a promoção dos serviços através dos meios de comunicação junto das comunidades é muito importante para que as bibliotecas sejam conhecidas por todos. Como perspectiva estratégica, avança que os planos de actividades devem ser realistas e realizados a longo prazo. Estes, devem ser preparados com base no contexto do país, a fim de responder às necessidades de utilizadores identificados, e analisados através de pesquisas e inquéritos a nível interno, externo e junto do sistema estatal e privado, por forma a auscultar impressões sobre os serviços das Bibliotecas Públicas e respectivo valor.

Em síntese, o contexto africano caracteriza-se, segundo Issak (2000), por:

- modelos de Bibliotecas Públicas importados, sem qualquer relação com a situação real do Continente e as necessidades de informação do povo africano. Especificamente, a prestação de serviços destas Bibliotecas não tem considerado as realidades políticas, sociais e económicas dos países africanos, como a inclusão do conhecimento indígena na prestação de serviços ao público e, através de uma abordagem mais realista, o perfil específico destes utilizadores;

- devido à crise económica, verifica-se uma excessiva centralização na gestão das Bibliotecas, falta de recursos humanos qualificados, assim como, de coordenação e cooperação dentro dos serviços de Bibliotecas, ainda ausentes em muitos destes países;
- considerando-se que o governo deveria ser o principal apoiante das Bibliotecas Públicas, verifica-se que este apoio está em declínio ou é até mesmo inexistente, o que torna o desenvolvimento do sector difícil ou impossível. Na maioria dos casos, o orçamento governamental tem-se limitado ao pagamento de salários. Do mesmo modo, constata-se que a falta de reconhecimento do papel e da importância das Bibliotecas pelas autoridades governamentais afecta, inevitavelmente, o desenvolvimento destes serviços. A justificação poderá dever-se, em parte, ao facto da cultura letrada ainda não estar plenamente enraizada em África. Os preços dos livros são elevados, a falta de bibliotecas fora dos grandes centros urbanos e a irrelevância dos materiais disponibilizados, adquiridos principalmente através de doações de cooperação internacional; por outro lado, a inadequação dos sistemas bibliográficos e a irrelevância dos materiais oferecidos pelas Bibliotecas Públicas em África, são factores chave que influenciam o seu baixo desempenho, e que marcam fortemente o cenário de precariedade destes sistemas (ISSAK, 2000).

Considerando-se a presença ténue dos serviços de bibliotecas e de informação nos países em desenvolvimento, a sua posição de fundo, em qualquer lista de prioridades enquadra-se, para Kebede (1999) *apud* Issak (2000), no engajamento num processo de avaliação dos serviços das Bibliotecas e da informação nestes países, nomeadamente com o *diagnóstico* e *justificativa* para a existência de tais serviços. Infere-se, pois, que as razões para a ausência de tais práticas de avaliação de desempenho possam estar relacionada, nos países em desenvolvimento, com a baixa consciência dos serviços das Bibliotecas Públicas e da importância de práticas e serviços respectivos, nomeadamente dos serviços de informação, da capacidade e preparação técnica de gestores e profissionais, da falta de capacidade financeira para suportar estas actividades, da escassez de pessoal, e, mais importante, da falta de

ferramentas de avaliação e de metodologias a aplicar à situação específica dos países em desenvolvimento.

Issak (2000) argumenta, também, que as Bibliotecas Públicas em África se caracterizam por um desenvolvimento fragmentário e não coordenado, como resultado da ausência de políticas definidas. A definição de políticas específicas para as Bibliotecas Públicas é assim, fundamental, para que qualquer desenvolvimento possa ser alcançado. Para a autora, é necessário definir claramente os diversos serviços das Bibliotecas Públicas em África, considerando os diferentes perfis de utilizadores: crianças, jovens, adultos, alfabetizados, semi-alfabetizados, não-alfabetizados e outros.

É importante reconhecer que as Bibliotecas Públicas têm desempenhado um papel muito relevante no acesso à informação, nomeadamente no apoio ao processo de educação formal e não-formal, em várias partes de África. Em alguns países, as salas de leitura, por exemplo, e as bibliotecas itinerantes, têm sido relatadas como serviços demonstrativos de práticas bem-sucedidas com o objectivo de satisfazer as necessidades informacionais da comunidade, especialmente em áreas rurais. Contudo, torna-se necessário avaliar estas iniciativas, a fim de perceber a importância da sua expansão ou replicação (ISSAK, 2000).

A questão da sustentabilidade tem sido levantada também como um factor importante neste sector. Actualmente, quase todas as iniciativas “bem sucedidas” contam com o apoio de doadores externos. Deste modo, devem ser tomadas medidas para examinar como estes serviços podem ser executados tendo por base a partilha de custos interna tornando-se, eventualmente, auto-sustentáveis na comunidade (ISSAK, 2000).

Kebede (1999) *apud* Issak (2000) defende que o simples entendimento de que as Bibliotecas são vitais para qualquer sociedade já não é mais válido, invocando várias razões: por um lado, as restrições económicas que forçaram os serviços das Bibliotecas a justificar a sua existência por meio da relevância e do significado das actividades desenvolvidas, da relação custo-eficácia dessas actividades, e da sua eficiência na execução de diferentes tarefas, sendo necessário para a realização de metas definidas; por outro, a avaliação de desempenho em Bibliotecas e serviços de informação é uma necessidade que pode funcionar como um estímulo para a recolha de dados de mensuração da qualidade dos serviços, a fim de permitir a gestão das prioridades do sector.

Issak (2000) aborda, também, a questão da avaliação de serviços, ao citar Linley e Usherwood (1998), argumentando que o impacto dos serviços das Bibliotecas Públicas não pode ser medido apenas por estatísticas com carácter internacional e aplicadas a todos os países. Avança, assim, a necessidade complementar de aplicação de diferentes metodologias a diferentes realidades.

Corroborando Issak (2000), constata-se que as Bibliotecas Públicas em África ainda continuam muito assentes em modelos tradicionais, providenciando colecções e serviços obsoletos e sem correspondência com as realidades e necessidades locais. Para satisfazer as necessidades reais da sua sociedade é importante encontrar novas abordagens para a biblioteconomia em África. Neste sentido, a combinação de Bibliotecas Escolares e Públicas parece ser uma forma adequada para uma melhor utilização dos escassos recursos disponíveis. Esta perspectiva baseia-se na reputação da maioria dos utilizadores de Bibliotecas Públicas em África serem estudantes. Certamente que é, também, muito necessária uma definição clara dos serviços para cada grupo-alvo.

No que concerne aos PALOP, "Foram poucas as bibliotecas públicas que se construíram desde as independências. Em nenhum país africano de língua portuguesa existe uma boa rede de bibliotecas públicas" (AGUALUSA, 2015). Este "relativo falhanço", e ainda segundo Agualusa (2015), é atribuível "por um lado aos anos de ditadura e de pensamento único, no pós-Independência, e, por outro, ao escasso investimento dos governos dos novos países africanos na educação e na cultura".

À parte as fragilidades descritas, a literatura actual sobre o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas tem apresentado alguns índices de sucesso, como os registados, por exemplo, no caso de alguns países como África do Sul, Botswana Gana, entre outros (MOSTERT e VERMEULEN, 1998).

No respeitante ao compromisso profissional dos bibliotecários, constata-se que definição de objectivos, missões e planeamento estratégico, não são práticas correntes no sector das Bibliotecas Públicas. Há pouca consistência em padrões e processos profissionais. Em consequência da falta de tomada de consciência destas necessidades, poucos países africanos têm associações profissionais. Assim, mostra-se necessária a participação mais activa dos bibliotecários em todo processo de gestão das Bibliotecas (ISSAK, 2000).

As associações de bibliotecários e profissionais de informação em África, surgiram nos anos 30 do século passado; contudo, ressentem-se, ainda, da falta de

afiliados (muitas não possuem mais do que 100 membros) e da falta de extensão das suas actividades para fora dos grandes centros urbanos (OLDEN, 2005 *apud* ISSAK, 2009). São exemplo de associações africanas a Associação de Bibliotecários da África Ocidental (WALA); a secção africana da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA), a Ghana Libray Association, entre outras.

No contexto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o movimento das associações de bibliotecários é muito recente e com pouca expressividade. Dos cinco PALOP, apenas Angola e Guiné-Bissau constituíram associações nesta área. Embora enfrentem dos mesmos problemas que outras associações do mesmo tipo em África, tais associações evidenciam que, “com força de vontade, é possível criar associações de bibliotecários e profissionais de informação em países africanos de língua portuguesa”. E, em Moçambique, exceptuando a associação que envolve apenas os profissionais da informação da área de saúde, nunca foi criada uma associação de bibliotecários e profissionais de informação (ISSAK, 2009, p. 3). Moçambique é membro da Association for Health Information and Libraries in Africa (AHILA)³⁸ e está em curso a criação de uma Associação Moçambicana de Bibliotecas Académicas e de Pesquisa³⁹, uma acção promovida pela Direcção dos Serviços de Documentação da UEM.

Sobre este assunto, Kawooya (2001) *apud* Issak (2009) argumenta que, embora seja difícil indicar um problema específico, em África as associações de bibliotecários e profissionais de informação possuem, entre outras deficiências, a falta de conhecimentos de gestão e de experiência para conceber e executar programas de acordo com as necessidades dos profissionais.

Não obstante o contexto precário descrito, mais recentemente, a literatura tem revelado alguns desenvolvimentos das Bibliotecas Públicas africanas, demonstrando um maior dinamismo dos respectivos serviços. Os bibliotecários africanos e os profissionais responsáveis pela formulação de políticas públicas têm-se reunido actuando como “voz das bibliotecas públicas africanas” - objectivando, especificamente: partilhar as melhores práticas; desenvolver uma cultura de líderes que continue servindo comunidades africanas para alcançar as suas metas de desenvolvimento; e, assegurar a ligação com associações de bibliotecas locais e,

³⁸Esta Associação é constituída actualmente por 46 países membros da Região Africana da Organização Mundial da Saúde e outros parceiros internacionais.

³⁹A Associação irá aglutinar Bibliotecas e Centros de Informação e Documentação de Instituições de Ensino Superior e/ou de Investigação Científica.

conselhos de biblioteca. A título de exemplo, a “African Public Libraries Network” organizou um encontro de profissionais em Joanesburgo de 19 a 20 de Setembro de 2012. Neste encontro foram apresentados, como projectos de sucesso, os respeitantes à promoção da oralidade, por um lado, e os de promoção das tecnologias - mediateca - African Virtual Libraries Information Network (AVLIN)⁴⁰, por outro. Tais serviços comunitários são destinados a agricultores rurais, famílias ou grupos organizados ou socialmente excluídos, indivíduos ou grupos desfavorecidos, organizações da sociedade civil, Governo e instituições de educação e o sector privado (AFRICAN PÚBLIC LIBRARIES NETWORK, 2012).

Como conclusão destes encontros, têm sido apontadas como necessidades profissionais: a criação de uma Rede de Bibliotecas Públicas Africanas; o desenvolvimento de orientações estratégicas; e, um plano de acção para Bibliotecas Públicas em matéria de *acção cultural*.

No respeitante aos meios de difusão de informação pública, nos países em desenvolvimento, a precariedade das infra-estruturas de difusão da informação dificulta muito a capacidade individual para aceder e compreender a informação e solucionar problemas. Neste contexto, a Internet tem garantido melhorias e as Bibliotecas Públicas, associadas às novas tecnologias, impulsionam ainda mais o acesso público generalizado. Estas devem, assim, identificar as necessidades da comunidade e aproveitar conciliar com os benefícios destes meios tecnológicos, oferecendo aos seus utilizadores, serviços de informação *online*. Muitas Bibliotecas Públicas começam já a oferecer serviços de informação *online*, como o caso da África do Sul onde são dinamizados “quiosques” de informação e espaços Internet; e, países como Benim, Mali, Moçambique Tanzânia e Uganda, por exemplo, que criaram espaços Internet em comunidades rurais (IFLA, 2013).

Um outro encontro realizado recentemente pela IFLA, a 14 de Agosto de 2015, reuniu representantes das bibliotecas nacionais da África do Sul Angola, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné, Lesoto, Madagáscar, Malawi,

⁴⁰A AVLIN foi criada em 1996 através de uma resolução da Conferência dos Ministros para o "Aproveitamento de informação para o desenvolvimento", tendo sido gerida pelo Development Information Services Division (DISD), actualmente tratada pela Public Information and Knowledge Management Division (PIKMD). É objetivo geral da AVLIN promover o conhecimento e informação através de uma rede de informação e conhecimento de recursos baseados na Internet e serviços e uma rede virtual de bibliotecas e centros de informação que permitam o intercâmbio de conhecimentos relevantes para as questões de desenvolvimento africano. Esta Rede liga bibliotecas africanas, cientistas, investigadores, decisores políticos, estudantes através do ASKIA interactive online portal, que fornece uma plataforma virtual e plataforma para o intercâmbio de conhecimento e informação. Informação disponível em: WWW:< URL.:<http://www.uneca.org/kss/pages/avlin>>.

Moçambique, Nigéria, Suazilândia e Sudão do Sul, para discutir o *status* das bibliotecas no continente Africano e os progressos necessários para cumprir as metas de desenvolvimento sustentável global, no âmbito da Carta do Renascimento Cultural Africano⁴¹ e agenda global de desenvolvimento sustentável e do compromisso de priorizar os recursos das bibliotecas como Agenda África 2063⁴².

Neste encontro, foram debatidos o acesso à informação como um direito humano universal e uma ferramenta básica para o desenvolvimento sustentável; e, as bibliotecas como parceiros poderosos do conhecimento e na prestação de serviços como alfabetização, competências em TIC e conhecimento local para as comunidades. Reconheceu-se, contudo, que os recursos ainda são um desafio na maioria destes países; que os conflitos, instabilidade e subdesenvolvimento no Continente, impedem o livre fluxo de informação, transferência e habilidades dos profissionais.

Observou-se, igualmente, a necessidade de melhoria de serviços de biblioteca para grupos mais desfavorecidos, nomeadamente:

- Fornecimento de recursos necessários para o desenvolvimento das bibliotecas africanas a fim de responder às necessidades actuais;
- Acesso a tecnologias emergentes;
- Apoio à criação de uma organização de Bibliotecas Pan-Africanas para fornecer uma plataforma de rede e mobilização de recursos;
- Encorajamento do estabelecimento de parcerias institucionais entre bibliotecas no Continente, para intercâmbio de conhecimentos e experiências;
- Encorajamento da aplicação de leis de direitos autorais justas e equilibradas, para facilitar o acesso de todos à informação;
- Promoção de políticas de bibliotecas sobre o acesso à informação como parte de uma abordagem universal dos direitos humanos, bem como os direitos das pessoas ao conhecimento;

⁴¹Adoptada pela 6ª sessão ordinária da Conferência da União Africana (UA) em Cartum, no Sudão, a 24 de Janeiro de 2006.

⁴² Estratégia global para optimizar e usar os recursos africanos para o benefício de todos africanos.

- Incentivar o desenvolvimento e promoção de conteúdos locais em bibliotecas africanas, como parte do promoção do Renascimento Africano e Pan Africanismo;
- Incentivar a partilha de capacidades, recolha e preservação de histórias africanas de cada comunidade.

3.3 Acção Cultural vs Animação Sociocultural

3.3.1 Animação sociocultural

“Não vejo como podemos ser pessoas, cívicas e solidárias, se o nosso espaço urbano não oferecer uma cultura realmente cívica e urbana. Isso não nasce de modo espontâneo. É preciso criar essa dinâmica.”
(entrevista de Mía Couto)

A origem da *animação* não surgiu motivada pela necessidade histórica e social da convivência e participação da população em actividades colectivas, mas antes de uma prática comprometida com o processo de transformação da sociedade. Surgiu, também, no âmbito de (LOPES, 2008, p. 136):

- a) *desenvolvimento de actividades com vista a não ocupar apenas o tempo livre, mas sim animá-lo, privilegiando a comunicação interpessoal, em vez da mediatização distanciada;*
- b) *promoção da criatividade e expressividade humanas e não a robotização;*
- c) *fornecimento da partilha de saberes em vez da proclamação de um saber unívoco;*
- d) *estímulo do actor/pessoa em vez do espectador/pessoa;*
- e) *valorização das práticas e das experiências nas dimensões da educação não formal e informal.*

No entanto, o conceito de *animação sociocultural* parte, também, como o próprio nome evidencia, de animação no sentido de alegria/movimentação. Dentre as diversas definições apresentadas de *animação sociocultural* na perspectiva de *vida e acção*, uma *metodologia de intervenção* define animação sociocultural como:

O conjunto de práticas sociais baseadas numa pedagogia participativa com a finalidade de desenvolver uma melhor qualidade de vida. Esta acção propõe a participação das pessoas através da comunicação interpessoal (ANDER-EGG, 2000).

Assim sendo, a *animação sociocultural* assume particular relevância no processo de formar sempre, e cada vez mais, cidadãos empenhados e comprometidos socialmente. Sob esta perspectiva e, segundo a UNESCO (1982), a *animação sociocultural* consiste num conjunto de práticas sociais, que tem como finalidade estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que estão integradas.

A animação sociocultural é, também, o conjunto de práticas desenvolvidas a partir do conhecimento de uma determinada realidade, que visa estimular os indivíduos para a sua participação com vista a tornarem-se agentes do seu próprio desenvolvimento e das comunidades em que se inserem. É, não só mas também, um instrumento decisivo para um desenvolvimento multidisciplinar integrado (social, económico, cultural, educacional, etc.) dos indivíduos e dos grupos, segundo a Associação Nacional de Animadores Socioculturais do Brasil (ANASC) (MARRENGULA, 2012).

Em suma, o conceito de animação sociocultural envolve um conjunto inter-relacionado de actividades de acção educativa, social, económica, cultural e política. Considera-se que esta perspectiva deve ser a mais privilegiada nos países em desenvolvimento, como Moçambique.

Na biblioteconomia contemporânea, a animação sociocultural é considerada como um espaço de inclusão onde se promove uma convivência solidária entre todos. Deve ser projectada, por exemplo, para acolher indivíduos com deficiências visuais, auditivas ou físicas, sistemas que devam igualmente contemplar um fundo documental específico destinado a suprir estas necessidades (LOPES, 2008).

A *animação sociocultural* e o animador, enquanto agente de animação, são peças fundamentais deste laborioso *puzzle*, uma vez que o animador é um Educador Social que trabalha nos campos social, cultural e educativo. Ao centrar-se no processo e não no produto, o animador, promove um envolvimento das pessoas a participar, a interagir, a ultrapassar os desafios sociais (LOPES, 2008).

Assim sendo, cabe ao animador, enquanto agente principal de acção, entre outros intervenientes, estar dotado de competências científicas e pedagógicas, atento às grandes mutações sociais, de modo a poder preparar os membros da comunidade a agirem como pessoas reflexivas, livres e felizes (LOPES, 2008). Devem fazer parte do perfil do animador habilidades e competências como: estar inserido no meio; ser capaz de conquistar a confiança e o apoio da população com que trabalha; poder-se

adaptar às características do grupo; ser politicamente progressista; ser fornecedor de pistas e dinâmicas; ser um bom comunicador; ser portador de uma certa liberdade de acção, entre outros aspectos (GARCIA, 1975 *apud* Lopes, 2008).

Todo o processo de *Animação Sociocultural* envolve participação e cidadania. A participação deve ser delimitada territorialmente através de projectos de intervenção concretos, ao invés de actividades esporádicas de modelos exportáveis ou importáveis ou aplicados indistintamente (LOPES, 2008).

Como afirma ainda Lopes (2008, p. 95), “*A Animação Sociocultural é uma forma de intervenção relativamente nova*”.

3.3.2 Acção Cultural

A massificação do consumo de bens culturais é composta por acções de homogeneização de formas e mensagens que interagem com agentes e modos de recepção heterogéneas. Dirigida a públicos pouco favorecidos, a nova cultura popular condiciona os padrões de práticas tradicionais, sem necessariamente os eliminar (SILVA, 1997).

O conceito de cultura pode ser apresentado em diferentes perspectivas, variando em função do contexto político, institucional, social ou individual. Pode ser entendido como um conjunto móvel e dinâmico de processos políticos, sociais, simbólicos, económicos, entre outros (GRAÇA, 2012). O que ocorre é a diversidade cultural em diferentes espaços geográficos e temporais. As diferentes conceptualizações implicam, assim, o contacto com a cultura ou herança cultural (RIBEIRO e CUNHA, 2007).

O conceito de cultura deve ser considerado, em síntese, como a relação do homem com o seu meio e com os outros homens. Muitos países definem a sua política cultural em função do conceito e da importância que atribuem, ou não, à cultura.

As Bibliotecas Públicas são, nesta medida, sistemas privilegiados ao terem como missão contribuir para o contacto e cultivo de valores humanos, estimulando a convivência com outras culturas por forma a promover o conhecimentos das raízes culturais e o desenvolvimento de culturas locais (CUNHA, 2002).

O conceito de *acção cultural* começou a merecer o foco das atenções dos profissionais da cultura a partir da década 70 do século XX. O processo de *acção*

cultural é entendido como “a criação das condições necessárias para as pessoas inventarem os seus próprios fins e assim se tornarem sujeitos da cultura”. Desta forma, os agentes deste processo apenas o desencadeiam sem, no entanto, preverem e controlarem o respectivo fim (COELHO, 2001 *apud* RIBEIRO e CUNHA, 2007).

A *acção cultural* tem início determinado, mas não tem fim previsto. O processo desta acção, pressupõe que os indivíduos saiam das actividades culturais com algum efeito positivo, um pensamento final próprio (RIBEIRO e CUNHA, 2007).

Uma proposta de *acção cultural* libertadora, proposta por Cabral (1989), deve visar:

- *que os indivíduos não sejam apenas receptores, mas sujeitos da criação cultural;*
- *a elaboração da cultura com o povo e não para o povo;*
- *facilitar a utilização de instrumentos adequados ao desenvolvimento da capacidade criadora dos indivíduos;*
- *a desalienação da cultura e a busca de uma identidade cultural;*
- *a democratização da cultura.*

Do ponto de vista pedagógico, a *acção cultural* contém actividades culturais que permitem uma educação informal dos sujeitos, com as quais todos aprendem neste processo. Normalmente, faz parte da política cultural de uma instituição, podendo ser realizada dentro ou fora do respectivo espaço físico (ALMEIDA, 1987).

Freire (1982) resume o conceito de *acção cultural* a quatro acções, a partir das quais o homem se transforma e evolui: o *diálogo*, a *conscientização*, a *actividade educativa* e a *libertação*. O *diálogo*, refere-se ao envolvimento dos indivíduos como parte da realidade, a acção dialógica que permite que todos os intervenientes possam reflectir sobre os acontecimentos da sua realidade. A *conscientização*, diz respeito ao facto do indivíduo reflectir sobre si mesmo e sobre sua relação com o mundo. A *libertação*, está relacionada com a capacidade de os indivíduos se manifestarem diante das suas limitações. A *criatividade educativa*, refere-se a métodos pedagógicos aplicados a determinados grupos sociais, como forma de inclusão. Tais métodos são aplicados por pensamentos e práticas. Para este autor, a *acção cultural* deve

apresentar, ao seu público, todas as informações sobre o assunto exposto, para que o mesmo possa, a partir daí, dialogar e retirar as suas próprias conclusões.

Numa perspectiva mais prática, Coelho (1997) define *acção cultural* como um conjunto de procedimentos envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objectivos de uma determinada política cultural. “Para efetivar-se, a acção cultural conta com agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte” (COELHO, 1997, p. 32-33).

Todo o processo de *acção cultural* engloba, entre outros aspectos, e segundo Flusser (1980), a dimensão de mediação e, assim, no contexto das bibliotecas, se reencontra a sua prática primeira, a de ser depositária da herança cultural.

Paralelamente a este conceito, tem igualmente sido amplamente abordado o conceito de *animação*. A terminologia *animação cultural*, usada até ao final do século passado, tem sido entretanto substituída por *acção cultural*, enquanto prática ligada à intervenção social, educativa e cultural⁴³. A expressão *animação* traz o problema do sujeito animador, que “molda”, “anima”, movimenta o sujeito, sem vontade própria (VILELA, 2011).

O conceito de *acção cultural* continua ainda a ser confundido com animação cultural, em acções como: montagem de exposições, cursos, lançamentos de livros, entre outras. Para Silva (1991, p. 61 *apud* Ribeiro e Cunha 2007) tais conceitos são bem claros sendo que, a *acção cultural* não se limita a mostrar os bens culturais como na *animação cultural*. A acção, possibilita a participação das pessoas na produção destes bens, criando oportunidades para os intervenientes (públicos) elaborarem a sua produção.

Uma outra acepção entende por *animação*, o conjunto de bens, mensagens e serviços propostos ao público por profissionais (SEIBEL, 1983, p. 3-4 *apud* NEVES e LIMA, 2009) ou, mais genericamente, o conjunto de actividades culturais realizadas, ao invés de apenas actividades de animação. Deste ponto de vista, animação distingue-se, por exemplo, de promoção da leitura por designar as actividades mais especificamente direccionadas para a dinamização, por exemplo, das colecções e da leitura, do ponto de vista das competências e, ou, das práticas (NEVES e LIMA, 2009).

⁴³ Segundo Batista (2014), a origem do conceito de animação associado à acção cultural, prática ligada à intervenção social, educativa e cultural, surge somente a partir de meados do século XX.

A animação pode, pois, ser considerada como o ponto de partida para conseguir que o projecto convide os seus públicos para uma acção livre, seleccionada e agradável. São aspectos importantes para criar esta animação: traçar objectivos, gerais e específicos; definir a periodicidade das actividades; identificar o tipo de público, idade, estatutos socio-económicos (ESCARDÓ I BAS, 2005).

Nesta perspectiva, a *animação cultural* não passa de uma actividade com finalidades de divertir o público e promover formas alienantes de lazer. Nela o agente é o sujeito que cria, conduz e é o autor principal de todo o processo, tratando-se, pois, do oposto da *acção cultural* (COELHO NETO, 1988 *apud* CABRAL, 1999).

Quanto aos públicos-alvo, alguns gestores dão primazia a acções orientadas para a prevenção do insucesso escolar tendo, portanto, como destinatários as crianças e alunos do ensino básico. Há, no entanto, gestores que defendem que estas acções deverão “dar lugar a uma outra etapa, a do acolhimento aos públicos jovens e adultos, vítimas do iletrismo” (GATTEHNO, 1989, p. 5 *apud* NEVES e LIMA, 2009).

Uma outra abordagem, dissertada por Flusser (1991), apresenta o conceito de *acção cultural* sob duas perspectivas: a de *acção cultural*, também apresentada por Freire (1982), como a acção destinada à “domesticação” do indivíduo, que contribui para a manutenção do sistema; e, a de libertação, transformação – instrumento de transformação social e cultural. Esta última perspectiva é, naturalmente, a adoptada pelas entidades culturais actuais, funcionando, assim, como instrumentos de transformação.

Um outro assunto, cuja pertinência importa destacar, consiste na distinção entre *acção cultural* e *acção educacional*. Para Coelho (2001 *apud* RIBEIRO e CUNHA, 2007), é o agente cultural quem deve fazer a escolha sobre a acção a empreender. A *acção cultural* pode funcionar como meio substituto de sistemas educativos falidos. Entretanto, Freire (1982) defende ainda, a propósito, que a *acção cultural* é criada com base no processo educativo.

Dentre os vários conceitos, é fundamental para o profissional que pretenda actuar como agente cultural, que entenda as diferenças conceptuais existentes neste campo, a fim de que possa adoptar as posições mais adequadas à finalidade das suas acções. Adicionalmente, deve estar apto para desenvolver um trabalho de carácter interdisciplinar com uma equipa de profissionais de várias áreas e que juntos conduzam o processo, a partir de contribuições de conhecimentos específicos (CABRAL, 1989).

Cabral (1989, p. 42) apresenta, ainda, um outro ponto a merecer a atenção das práticas de *acção cultural*, que é o conceito de cultura num contexto “antropológico-cultural”. Para a autora, este conceito serve de referencial para nortear as práticas e as formas como o agente deve conduzir a actividade.

Como conclusão, Cabral (1989) argumenta que, apesar da *acção cultural* ser considerada uma área extremamente atraente e instigante por bibliotecários, se verifica pouco interesse e um desestímulo para o exercício efectivo das funções de agentes culturais, supondo-se que se sintam despreparados e/ou inseguros para assumirem estas actividades. Avança, também, que uma das razões principais seja a pouca informação dos profissionais relativamente a esta área. Por ser uma prática pouco usual das agências culturais, a reflexão teórica sobre a *acção cultural* carece de esforços de pesquisa, a fim de possibilitar o respectivo desenvolvimento conceptual.

Além das dimensões cultural, educativa, informacional, entre outras, a *acção cultural*, apresenta, também, uma dimensão política, por estar revestida de um carácter transformador, que visa operar mudanças na realidade (CABRAL, 1989).

Conclui-se que, na génese de todos os conceitos - *animação sociocultural*, *animação cultural*, *acção cultural*, *acção educacional* - *animação* é apresentada como o denominador comum. Entretanto, distinguem-se em função da condução das respectivas actuações. Enquanto o conceito de *acção* é mais amplo e complexo e pressupõe o envolvimento activo dos intervenientes em todo o processo, o conceito de *animação* é mais simplista e diz respeito a entretenimento. Os conceitos objecto de análise deste *corpus* são, assim, *acção cultural* e *animação sociocultural* como sinónimos, em contraposição ao conceito de *animação cultural* ou, simplesmente, *animação*.

3.3.2.1 Acção Cultural em Bibliotecas Públicas

Uma sociedade que não investe em cultura, educação e na satisfação de outras necessidades sociais, não adquire possibilidades de se desenvolver e não apresenta condições necessárias para explorar a respectiva identidade. Em Moçambique, pouco se tem debatido sobre o papel da *acção cultural* na economia do país e a sua influência na melhoria da qualidade de vida das populações.

Como se tem argumentado, as Bibliotecas são uma importante instituição cultural, depositárias e disseminadoras de valores, elementos, ideias que definem as diferentes identidades culturais da humanidade. Desta forma, segundo Mayer (2004), a preocupação com as Bibliotecas deve fazer parte de qualquer política pública que se envolva realmente com a cultura, seja ela erudita, popular, massiva ou associada a quaisquer outros significados que se possam atribuir a um conceito complexo.

Para Milanesi (2002) a *acção cultural*, do ponto de vista biblioteconómico, permite que os utilizadores da Biblioteca obtenham informação, da mesma forma que obteriam através do fundo documental da Biblioteca. Trabalhando com a criação e a criatividade, os sujeitos produzem conhecimento. Ainda assim, o autor mostra que esta prática raramente é associada a bibliotecas. Para este autor, é ainda importante que os fundos documentais das bibliotecas estejam disponíveis para a realização das actividades por forma que os temas apresentados nas actividades se tornem mais amplamente conhecidos. Assim sendo, o sucesso de uma *acção cultural* depende, essencialmente, da respectiva criatividade para conhecer o que já foi criado, encurtando o caminho entre o que já foi visto e o novo (MILANESI, 2002 *apud* RIBEIRO e CUNHA, 2007).

As Bibliotecas, verdadeiramente em acção, operam uma transformação estrutural, participando do processo de “dar a palavra ao *não-público*”. Este processo compreende um comportamento humano que envolve acção e reflexão, deste modo, a aspiração fundamental da igualdade (FLUSSER, 1980).

Partindo do princípio que, nas actividades de *acção cultural*, podem ser utilizadas várias técnicas e instrumentos combinados, de acordo com os interesses dos grupos e a disponibilidade de recursos de cada escola ou comunidade, os agentes culturais bibliotecários têm a possibilidade de desenvolver um leque bastante

diversificado de actividades, como extrapolar e expandir o espaço físico das bibliotecas transferindo-o, eventualmente, para outros locais como praças, centros comunitários, ou mesmo as ruas da cidade, pontos de convergência para reunir a comunidade em geral (CABRAL, 1989).

Numa acepção mais ampla, o contexto da *acção cultural* revela que o indivíduo, ao ser atraído para uma biblioteca, deve encontrar um mundo de actividades que lhe proporcionem capacidades de reflexão e acção em torno das actividades que lhe são apresentadas. A partir desse envolvimento, os indivíduos passam a conhecer os seus direitos e deveres para com a comunidade (RIBEIRO e CUNHA, 2007).

Assim, a *acção cultural* é uma possibilidade para a biblioteca se tornar realmente pública, a fim de buscar e atender o não-público, ou seja, a grande maioria dos sujeitos excluídos do acesso aos bens culturais da sociedade. Neste caso, conta-se com um novo perfil de bibliotecário, que passa a assumir a sua posição política e o seu papel social (FLUSSER, 1980,1983).

A Biblioteca tradicional não permite que os utilizadores se libertem da ignorância, sendo o bibliotecário quem direcciona os utilizadores, como previsto. Ao invés disso, as Bibliotecas actuais tendem, por consequência, a serem mais libertadoras, criam possibilidades para os utilizadores se pronunciarem através das suas próprias conclusões (FLUSSER, 1991 *apud* RIBEIRO e CUNHA, 2007).

Entretanto, as Bibliotecas tendem a tornar-se passivas diante da comunidade, não produzindo mecanismos para atrair a camada mais pobre da sociedade, “atendendo apenas a escolares e deixando [...] o público adulto, as donas de casa e os não alfabetizados fora do processo de educação dentro do espaço da biblioteca” (RIBEIRO e CUNHA, 2007, p. 6).

Ainda para estas autoras, conforme referido anteriormente, os bibliotecários que praticam *acção cultural* estão conscientes do importante compromisso que têm com a comunidade mas, por questões de ordem prática, acabam por empreender as actividades a que estão acostumados ou que, talvez, sejam para si mais exequíveis e cómodas. Isto concorre para que promovam *animação cultural* ao invés de *acção cultural*, como argumenta Silva (1991).

Neste sentido, a *acção cultural* é muito importante nos processos de educação e de cidadania e deve estar presente no quotidiano dos indivíduos por forma a facilitar

uma acção cidadã, na transmissão de conhecimento entre gerações (RIBEIRO e CUNHA, 2007).

Relativamente ao papel dos bibliotecários nestas práticas, Cabral (1989) argumenta que o trabalho de *acção cultural* bibliotecária exige profissionais formados com perfis diferenciados e um tipo de formação que seja complementada com disciplinas de outras áreas, além da biblioteconomia. Na sua actuação enquanto líderes, os agentes devem recorrer às possíveis fontes de recursos existentes na comunidade em que operam, a fim de viabilizar a implementação dos projectos, seja através de órgãos governamentais ou entidades privadas, valendo-se das leis de incentivo à cultura.

Esta nova forma de participação democrática propicia o livre fluxo de informações e facilita a comunicação entre os diversos sectores e entre os grupos de trabalho. “A troca de informações internas e externas é essencial para fornecer subsídios às decisões e à identificação de fontes de recursos públicos e privados, imprescindíveis à continuidade dos projetos” (CABRAL, 1989, p. 43). A autora aponta, também, como um aspecto fundamental e que existe na coordenação geral das actividades, quer a nível interno, como externo - o forte espírito de cooperação - que deve sustentar a comunicação entre os diversos intervenientes, nos seus diferentes níveis de actuação.

Quanto à formação dos bibliotecários como agentes culturais, espera-se que os mesmos sejam mediadores com competências versáteis e com uma visão abrangente de cultura, que conheçam e reconheçam os valores culturais, e que estejam comprometidos socialmente com a profissão e o seu papel na comunidade (CABRAL, 1989).

Segundo Flusser (1982), a formação dos bibliotecários deve basear-se em três eixos complementares: a formação técnica, a humanística e a prática. Em Moçambique, constata-se ainda a existência de um grande número de profissionais de Documentação e Informação sem formação específica na área. Contudo, tem-se registado um aumento paulatino do número de profissionais formados em áreas como a Biblioteconomia, desde 2003⁴⁴ (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014), verificando-se, assim, a carência de bibliotecários com formação humanista e com prática.

Neste âmbito, de um modo geral, são realizadas acções formativas nas

⁴⁴ Entrevistas efectuadas aos diferentes dirigentes das unidades de informação em Moçambique no âmbito do relatório sobre o perfil profissional na área de Ciência da Informação em Moçambique (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014).

Bibliotecas Públicas do País, maioritariamente orientadas para os serviços de referência, atendimento público e processamento documental (catalogação, classificação e gestão documental). As actividades relacionadas com as mediatecas, hemerotecas, gestão de projectos ou elaboração e manutenção de sítios Web, são menos frequentes (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014).

Para o aperfeiçoamento e aprimoramento das actividades de *acção cultural* realizadas nas Bibliotecas Públicas, entre outras (*vide* Tabela 3), é importante proceder-se à sua avaliação contínua, o que supõe um processo político-educativo, “onde os indivíduos aprendem a dialogar e a reflectir criticamente sobre sua produção cultural, e analisá-las criticamente, num clima de receptividade e abertura a sugestões”. São vários os aspectos avaliados: os objectivos, as metodologias de trabalho, as técnicas adoptadas, a interacção entre os grupos, a infra-estrutura, os recursos oferecidos pela biblioteca, a qualidade da produção cultural, entre outros (CABRAL, 1989, p. 43).

Tabela 3: Biblioteca tradicional e Biblioteca-acção Cultural: diferenças

BIBLIOTECA TRADICIONAL	BIBLIOTECA-ACÇÃO CULTURAL
Lugar de livros e de informações, arquivo de cultura, museu. Fundo documental organizado que suporta a prestação de informação a um grupo de pessoas.	Também tem livros e também é lugar de informações. Porém, não oferece esta “cultura do passado”, mas pratica acção com a população, analisa criticamente esta herança cultural.
É fonte de literatura, na qual uma população sedenta de cultura (público efectivo e potencial) se vem desalterar.	Conquista o passado cultural através da relação dialógica entre o “aqui-agora” da população em questão e a obra do passado, a fim de o possuir.
Os livros já “estão escritos”.	A dimensão criativa está presente da maneira primordial, e “grande parte dos livros ainda não estão escritos”, mas sê-lo-ão pelo não-público que terá então a palavra.
É algo de fora, colocado num organismo, implantada numa determinada realidade. Está sujeita à rejeição, como tudo o que é implantado (biblioteca vazia e sem leitores).	Surge de um processo de emergência cultural, vindo “de dentro”, não corre o risco de ser rejeitada, pois responde às reais aspirações da comunidade. Não é mais uma biblioteca para uma comunidade, mas uma biblioteca da comunidade.
O bibliotecário está à disposição de um grupo de pessoas para as ajudar e orientar no manuseamento dos livros e outras formas de cultura literária. Embora esta função seja da maior importância, ela não é suficiente numa biblioteca-acção cultural.	O animador-bibliotecário não está à disposição da comunidade, mas faz parte dela. Crescendo juntos, bibliotecário e utilizadores, criam a estrutura e as características da nova biblioteca. Ser bibliotecário numa biblioteca verdadeiramente pública é desenvolver, de maneira política a sua profissão. É sua vocação vir a ser o centro cultural da comunidade e um instrumento de libertação.

Fonte: Flusser (1980).

Face a esta posição, as Bibliotecas confrontam-se com a questão da inexistência de políticas estratégicas que orientem as suas práticas. Concordando com

Freire (2000), para uma gestão da coerência entre a teoria e a prática, deve-se partir do princípio que não é o discurso que determina a prática, mas a prática que ajuíza o discurso.

Entende-se, deste modo, por gestão cultural a tomada de decisão e de processos visando atingir os objectivos culturais propostos. A gestão cultural na biblioteca pressupõe que seja o próprio sistema a planear e fornecer os recursos básicos; administrar as actividades em função das necessidades informacionais dos seus utilizadores. Esta gestão apresenta diversos obstáculos de ordem física, técnica, económica e de pessoal (ESCARDÓ I BAS, 2005).

3.4 Bibliotecas Públicas e Desenvolvimento Humano

O conceito de desenvolvimento humano está relacionado directamente com os direitos fundamentais em todas as suas dimensões. São estes direitos as condições mínimas de que cada ser humano deve dispor, de modo a ter uma vida condigna, plena e sadia⁴⁵. A efectiva prática destes direitos depende de aspectos sociais, económicos, políticos e culturais, entre outros (CORTÊS, 2014).

O conceito de desenvolvimento humano⁴⁶ consiste num processo de melhoria de vida das pessoas reflectido na “liberdade para ser saudável, receber instrução e desfrutar de um padrão de vida digno [...] liberdades políticas, os direitos humanos”. Fundamenta-se em parâmetros de equidade, sustentabilidade do desenvolvimento num planeta partilhado e no respeito pelos direitos humanos. “As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos” (PNUD, 2010, p. 2)⁴⁷.

Numa perspectiva internacional, o desenvolvimento humano implicaria aspectos como:

“a esperança de vida, o acesso à nutrição e a cuidados de saúde, o acesso à educação e ao conhecimento, [...] a existência de tempos de lazer e, ainda, a possibilidade de participação efectiva nas actividades económicas, culturais e políticas das suas comunidades” (CORTÊS, 2014, p. 2675-2676).

No entanto, este conceito deve também ser interpretado numa perspectiva prática, atribuindo-lhe uma dimensão histórica e social, de um processo e de objectivos (CORTÊS, 2014, p. 2676).

Consequentemente, o desenvolvimento não é um conceito apenas delimitadamente orientado, pressupõe autenticidade. A interpretação do conceito de desenvolvimento humano não deve, pois, circunscrever-se à avaliação do desenvolvimento das sociedades “apenas a partir do seu produto interno bruto, da sua riqueza material, do seu grau de industrialização ou do seu progresso técnico-

⁴⁵São direitos fundamentais: direito à vida, liberdade, segurança, nacionalidade, asilo, livre circulação e residência, liberdade de pensamento, consciência, religião, opinião, expressão, trabalho, sindicalização, repouso e educação.

⁴⁶Este conceito é uma ideia em evolução, associado à compreensão do mundo em mutação e à procura de formas de melhoria do bem-estar das pessoas.

⁴⁷ Relatório de Desenvolvimento Humano.

científico”; deve, também, integrar outros índices relacionados com a realização do ser humano numa perspectiva mais integral (CORTÊS, 2014, p. 2680-2681).

Verifica-se, actualmente, nos países economicamente estáveis, assim como nos países em desenvolvimento, um progresso nos sistemas de saúde, educação e informação, contribuindo desta forma com a elevada esperança de vida das pessoas. Este progresso estende-se, também, a uma visão cada vez mais participativa em termos de “seleccionarem os líderes, influenciarem as decisões públicas e partilharem o conhecimento” (PNUD, 2010, p. 2).

As Bibliotecas Públicas possuem “um fim social e cultural tão importante para a comunidade como o serviço de transportes, a rede hospitalar ou o sistema de educação”. E, para a gestão e a determinação de políticas e de objectivos da actuação da instituição, deverão contar com a participação da sociedade (DUCKWORTH, 1991, p. 229).

Todo o processo de *acção cultural* engloba, necessariamente, a dimensão de mediação. Neste sentido, as Bibliotecas encontram a sua prática primeira no “depósito de herança cultural”. Toda a *acção cultural* se serve de meios de difusão - indispensáveis, sem os quais asfixia - mas, deve ser considerada uma criação (FLUSSER, 1980).

Segundo as Directrizes da IFLA sobre os serviços das Bibliotecas Públicas (2013), um dos papéis importantes das Bibliotecas Públicas consiste em constituírem-se como foco de desenvolvimento cultural e artístico da comunidade e em colaborarem na definição e sustentação da sua identidade cultural. Deste modo, o contributo das bibliotecas deve reflectir a diversidade cultural representada na comunidade.

Considera-se muito importante, para o desenvolvimento humano, a oportunidade de promover a criatividade pessoal e explorar novos interesses. As Bibliotecas Públicas podem prestar um contributo fundamental para a sobrevivência diária e para o desenvolvimento económico e social da sociedade através do seu envolvimento directo na oferta de informação às comunidades em desenvolvimento; assim como, a redução da taxa de analfabetismo através da aquisição de competências fundamentais e da educação básica de adultos; igualmente, através das campanhas de sensibilização para a saúde pública (IFLA, 2013).

As Bibliotecas Públicas funcionam como motor de desenvolvimento social e pessoal que, simultaneamente, contribui para a mudança da sociedade. Um dos

princípios fundamentais das Bibliotecas Públicas consiste em oferecer serviços acessíveis a todos, de forma geral. Tais serviços devem ter como base as necessidades locais da comunidade, periodicamente avaliadas (IFLA, 2013).

Contudo, para o sucesso de longo prazo das bibliotecas, é importante que estas se fundamentem na cultura. Se as suas políticas e respectivos alicerces se basearem em formas e estruturas importadas de outras sociedades, com um contexto cultural muito diferente, muito provavelmente não serão bem sucedidas (IFLA, 2013).

Para responder às necessidades informacionais da sociedade, as Bibliotecas Públicas devem estar conscientes das alterações sociais, económicas e culturais da comunidade e desenvolverem serviços adequados para contribuir para a preservação da cultura, história e tradições locais, tornando-as facilmente acessíveis.

Segundo a UNESCO (1994), o desenvolvimento de uma sociedade só ocorre quando esta está na posse de infraestruturas culturais e democráticas para toda a população, considerando que:

- i. *A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Estes só serão atingidos quando estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade.*
- ii. *A participação construtivista e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.*

Em termos do impacto que as Bibliotecas Públicas são capazes de ter na comunidade, Linley e Usherwood (1998) *apud* Issak (2000), argumentam que estas podem desenvolver a coesão social e ajudar a construir a confiança entre um indivíduo e as regras sociais. Além disso, referem também o papel educativo central que as Bibliotecas Públicas têm a desempenhar em termos de alfabetização e habilidades de leitura e contribuir para o impacto económico da sociedade.

As actividades culturais e de lazer podem ser oferecidas como um tipo de serviços que estimula a interacção e a participação da comunidade nas Bibliotecas, contribuindo para o respectivo desenvolvimento, uma vez que as pessoas, ao

participarem das actividades culturais, comunicam entre si e trocam e discutem ideias (JÖNCK, 2013, p. 15).

Ao funcionarem como peça fundamental para o desenvolvimento social e humano, as Bibliotecas tornam-se elementos impulsionadores da alteração da sociedade. Contudo, devem também preservar e promover a cultura local, através da realização de eventos de divulgação dos costumes e das tradições (CARIAS, 2012).

4 METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a apresentar informação sobre os instrumentos utilizados na recolha de dados e a relatar a forma como estes elementos foram coligidos (AZEVEDO, 2000).

A pesquisa implica, segundo Deshaies (1997), o uso de técnicas ou métodos, a recolha de dados ou de informação e a sua organização e sistematização, tendo em vista a análise e interpretação do material recolhido.

Assim sendo, os recursos técnicos e metodológicos utilizados tratam da descrição e justificação dos instrumentos aplicados na recolha e análise de dados, assim como da fiabilidade e validade desses instrumentos. A informação tratada visa a questão relativa à descrição, ainda que de uma forma geral, do enquadramento de realização das actividades culturais nas BPP e no impacto destes sistemas para o desenvolvimento humano da sociedade moçambicana.

Do ponto de vista da sua natureza, caracteriza-se por ser uma pesquisa aplicada, destinando-se os conhecimentos adquiridos a ser orientados e colocados na solução de problemas concretos do quotidiano, neste caso, *os desafios das BPP na realização das actividades de acção cultural*.

Do ponto de vista da abordagem do problema, caracteriza-se por ser qualitativa, visando descrever as informações obtidas, analisá-las indutivamente e interpretá-las, o que pressupõe a compreensão profunda sobre o contexto de desenvolvimento das actividades culturais nas BPP e sobre o impacto que estes sistemas apresentam no desenvolvimento humano. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrados na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Do ponto de vista de seus objectivos, é uma pesquisa descritiva-explicativa pois possibilita, por um lado, observar factos, registar, analisar, classificar e interpretá-los, sem interferência, recorrendo-se a técnicas padronizadas de recolha de dados, como questionário; por outro lado, permite identificar factores determinantes para a ocorrência dos fenómenos identificados. Uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, sendo que a identificação dos factores que

determinam um fenómeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado (GERHARD e SILVEIRA, 2009).

4.1 Objecto de estudo

Para analisar *os desafios da acção cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique*, o enquadramento no âmbito das políticas públicas culturais e o respectivo impacto no desenvolvimento humano, foi usado o universo das BPP existentes em Moçambique.

Foi feita uma investigação correspondente à totalidade das (10) BPP existentes no País, localizadas em cada uma das províncias⁴⁸ (com excepção da BPP de Zambézia por não ter respondido à solicitação de preenchimento do inquérito por questionário) e à BNM, localizada na capital do País. Estes sistemas atendem um universo de aproximadamente 23 milhões de habitantes. Foi feita, também, uma análise da missão da BNM, enquanto Biblioteca Pública, e respectiva missão, enquanto órgão máximo de coordenação das Bibliotecas Públicas em Moçambique.

Tomou-se, igualmente, como objecto de estudo, a opinião e experiências de quatro personalidades e entidades ligadas ao Livro e às Bibliotecas.

4.2 Instrumentos de Recolha de Dados

A investigação fez uso de uma combinação de pesquisas bibliográficas e documentais, composta por um *corpus* de documentos legislativos, administrativos e técnicos sobre o enquadramento das actividades culturais realizadas nas Bibliotecas Públicas Provinciais; e, aplicação de inquéritos por questionário e de entrevistas. O levantamento foi feito a partir de uma observação sistemática orientada sob o ponto de vista da investigadora/proponente. Pelo facto da proponente estar a trabalhar em projectos de apoio às Bibliotecas Públicas⁴⁹, o tema da pesquisa está assim directamente ligado ao observador. Consequentemente, o observador não foi exterior ao material de observação (DESHAIES, 1997).

⁴⁸Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo Província, Nampula, Niassa, Sofala, Tete, Zambézia.

⁴⁹Como funcionária técnica do FBLP.

A compreensão do contexto de realização das actividades culturais, requereu o levantamento bibliográfico a fim de identificar documentos relevantes que pudessem fundamentar o enquadramento teórico para o objecto da pesquisa, nomeadamente: artigos de publicações em série, teses, dissertações e monografias. Para a documentação referente ao espaço moçambicano, dado o facto da pesquisa ter sido feita fora do respectivo contexto geográfico e devido à maior agilidade em localizar documentos electrónicos, foi dada prioridade à informação disponibilizada na Internet.

Ainda relativamente ao contexto moçambicano, foram analisados, especificamente, documentos sobre o papel da BNM (na qualidade de órgão coordenador), nomeadamente sobre:

- Criação das BPP e aprovação do respectivo estatuto-tipo (MOÇAMBIQUE, BOLETIM DA REPÚBLICA, 2007);
- Estabelecimento dos critérios de classificação das BPP (Diploma Ministerial – Ministro da Educação e Cultura, de 2008; MOÇAMBIQUE - BOLETIM DA REPÚBLICA, 2009);
- Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua implementação (Resolução n.º 12/97).

Foram ainda referenciados documentos específicos utilizados no âmbito das actividades laborais realizadas pela proponente, através de observação directa, como gestora de projectos de apoio às BPP⁵⁰, assim como através do cruzamento de dados de outras fontes ou indicação de instituições ou profissionais da área de Biblioteconomia e animação sociocultural/acção cultural.

4.2.1 Inquéritos por Questionário

Optou-se pela aplicação de inquéritos por questionário ao universo das BPP existentes em Moçambique, sendo seu objectivo produzir informações descritivas e explicativas destes sistemas. Face à dimensão das unidades em estudo, excluiu-se a

⁵⁰ Os projectos desenvolvidos pela proponente são, especificamente, projectos de apoios à BNM, BPP e Bibliotecas Distritais.

possibilidade da amostragem, uma vez que, independentemente do seu tamanho importa, sobretudo, a capacidade de produzir novas informações (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Nem sempre é necessário constituir amostras para os estudos, situação particularmente válida quando em causa estão grupos muito específicos para a análise (COUTINHO, 2011), conforme o caso das BPP.

Inquérito é o conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (GIL, 2008).

A preferência pela aplicação do inquérito fundamentou-se nas seguintes vantagens (GIL, 2008):

- *possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;*
- *garante o anonimato das respostas;*
- *permite que as pessoas respondam no momento que julgarem mais conveniente;*
- *não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.*

Do mesmo modo, houve consciência das limitações apresentadas pela aplicação deste tipo de técnica, nomeadamente (GIL, 2008):

- *impede o auxílio ao informante quando este não entende correctamente as instruções ou perguntas;*
- *impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;*
- *não oferece a garantia de que a maioria das pessoas o devolvam devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra;*
- *proporciona resultados bastante críticos em relação à objectividade, pois os itens podem ter significados diferente para cada sujeito pesquisado.*

Ante a inadequação dos instrumentos existentes, optou-se pelo desenho de dois questionários, tendo sido estruturados com o propósito de conter questões abertas, fechadas, dependentes e de escolha múltipla, a fim de possibilitar um campo amplo de interpretação para a análise das respostas.

Tomou-se como base referencial para a produção dos questionários, o modelo do Inquérito do Relatório Estatístico da Rede de Bibliotecas Públicas (PORTUGAL, 2013), para questões específicas relacionada com os aspectos de gestão e serviços prestados por estes sistemas; e, o Inquérito do Relatório do Perfil Profissional na área de Ciências da Informação em Moçambique (GONZÁLEZ e MANGUE, 2014), para aspectos específicos de contexto de funcionamento das unidades documentais em Moçambique.

Os conteúdos, foram essencialmente centrados no “*sabem*” e “*fazem*” dos respectivos responsáveis. Procurou-se, ainda, um enquadramento fixado num conceito de *perguntas sobre padrões de acção*. Tais perguntas referiram-se, genericamente, aos modelos éticos relativos ao que deveria ser feito, envolvendo também considerações práticas a respeito das acções praticadas (GIL, 2008). Ainda, segundo este autor, o interesse destas perguntas está em poderem oferecer um reflexo do clima predominante de opinião, bem como do comportamento provável em situações específicas da aplicação das acções.

Optou-se por questionários *auto-aplicados*, propostos por escrito. Face à distância geográfica da localização da investigadora em relação aos respondentes, e que impossibilitou a aplicação presencial, foi feito envio do questionário às Bibliotecas Públicas em estudo através de correio electrónico, endereçado aos seus responsáveis com recurso do “Bco” (com cópia oculta), por tratar-se de prática comum quando do envio de email para uma lista longa de destinatários.

4.2.1.1 Aspectos Metodológicos da Elaboração dos Questionários

Considerando que as respostas foram planeadas para serem dadas sem a presença da investigadora, tomou-se especial atenção à elaboração do guião, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- i. Apresentação gráfica - estruturação simples das questões, a fim de facilitar o respectivo preenchimento;
- ii. Texto introdutório – contendo informações de apresentação da investigadora e o enquadramento da pesquisa, com o objectivo de explicar a importância de respostas tão precisas e exaustivas quanto possível. Foram, ainda, incluídos aspectos referentes à confidencialidade, agradecimento da colaboração e manifestação de interesse em eventual futuro contacto para possíveis esclarecimentos;
- iii. Instruções de preenchimento – inclusão de instruções acerca do correcto preenchimento das questões, com caracteres e numerações distintos;

A elaboração dos questionários observou os objectivos geral e específicos da pesquisa (*vide* Introdução, p. 15), de modo que as respectivas respostas pudessem fornecer dados que permitissem confrontar/validar as hipóteses correspondentes (*vide* Introdução, p. 13 e 14), tendo sido estruturados em três blocos: foram elaborados dois guiões diferentes de questionário - um para o director da BNM (*vide* Anexo 3) e o outro para os directores das BPP (*vide* Anexo 4) - o primeiro bloco de questões, relacionado com aspectos identificativos das Bibliotecas (nome, província); o segundo, relacionado com a identificação do inquirido (director/responsável pela biblioteca) (nome, funções e competências); o terceiro, agrupou as questões do problema pesquisado.

Perante a dificuldade em contactar alguns bibliotecários em Moçambique, uma versão preliminar foi testada com o objectivo de listar eventuais contrariedades de interpretações das questões, aspectos de coerência e formatação (IAROSSE, 2011). Obteve-se a colaboração de dois técnicos da Biblioteca Municipal José Saramago de

Loures (Portugal), que contribuíram com algumas indicações e sugestões, integradas na versão final.

Dado o vínculo institucional e pessoal da proponente com o FBLP, o envio e recepção dos Inquéritos contou com os contributos de interlocutores deste organismo. Foi enviado o inquérito por e-mail, endereçado aos directores das Bibliotecas em estudo. Previamente, foi feito um contacto com o director da BNM para a apresentação da investigação e solicitação da melhor colaboração para o fornecimento de elementos de contacto das Bibliotecas - e-mail, telefone e nome do respectivo responsável. De seguida, foi criado o directório das bibliotecas para o envio do questionário com a respectiva tabela de controlo de envio e recebimento de inquéritos.

O questionário foi enviado em dois momentos. Teve início no mês de Fevereiro de 2015, com a solicitação de preenchimento no período de 1 mês (até finais de Fevereiro). Uma segunda nota foi enviada em meados de Fevereiro, lembrando o prazo de entrega e mostrando disponibilidade para possíveis esclarecimentos de dúvidas (*vide* Anexos 1 e 2). Entretanto, devido às dificuldades de comunicação no envio dos questionários aos destinatários finais (os directores das Bibliotecas) e ao incumprimento do prazo por parte dos inquiridos, os questionários só foram respondidos e devolvidos em finais de Maio de 2015.

4.2.2 Entrevistas Semi-estruturadas

A entrevista é a técnica em que o investigador formula perguntas ao investigado, com o objectivo de obtenção dos dados que interessam à investigação; “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” Esta técnica não se limita apenas à recolha de dados, mas estende-se, também, ao cumprimento de objectivos orientados para o diagnóstico e orientação (GIL, 2008, p. 128).

A aplicação desta técnica, apresenta inúmeras vantagens, nomeadamente (GIL, 2008):

- *é muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade, acerca do comportamento humano;*
- *os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação;*

- *possibilita a obtenção de maior número de respostas;*
- *oferece muito maior flexibilidade, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista.*

Do mesmo modo, apresenta como limitações (GIL, 2008):

- *fornecimento de respostas falsas, determinada por razões conscientes ou inconscientes;*
- *inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente, em consequência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos;*
- *influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado.*

Optou-se por aplicar entrevistas *semi-estruturadas*. As entrevistas estruturadas, segundo Gil (2008), desenvolvem-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redacção permanece invariável para todos os entrevistados. A escolha da técnica de entrevistas *semi-estruturadas* permitiu, assim, a elaboração prévia de um guião de perguntas base para orientar o processo de questionamento e acréscimo de outras perguntas que surgiram em função do desenvolvimento das entrevistas. Prepararam-se guiões diferenciados em função dos diferentes perfis dos entrevistados.

Nesta perspectiva, a fim de evitar os constrangimentos apontados, procurou-se dinamizar, em função da flexibilidade própria da entrevista, tentando contornar eventuais dificuldades. Para tal, assumiu-se a responsabilidade no planeamento da investigação, dedicando especial atenção à preparação dos guiões, tendo-se feito antecipadamente pesquisa sobre os entrevistados, por forma a criar vínculos de proximidade com os mesmos.

Face ao distanciamento físico do ponto a partir do qual a investigação foi desencadeada e a localização da maioria dos entrevistados - Moçambique – houve o cuidado de consultar previamente as respectivas disponibilidades em cederem entrevistas à distância, optando-se pelo uso do *Skype* como meio de comunicação. As

entrevistas foram antecedidas de envio de e-mails de pedido de entrevista para o efeito. Para os entrevistados que se encontravam ou passaram por Lisboa, as entrevistas decorreram de forma presencial.

4.2.2.1 Processo Metodológico da Elaboração dos Guiões das Entrevistas

Houve uma clara intenção de precisão na elaboração das instruções dos guiões das entrevistas. Para o efeito, foram elaborados textos/apresentações introdutórios de enquadramento e de agradecimento pela disponibilidade dos entrevistados em cederem as entrevistas. Outras indicações foram dadas, relacionadas com a gestão do tempo, tendo-se previsto aproximadamente 1 hora para cada entrevista, recorrendo-se a instrumento de gravação.

As questões foram ordenadas de forma lógica, complementadas com pedidos de esclarecimentos das respostas. Foram evitadas questões muito abertas, relacionadas com competências técnicas, juízos de valor e de cultura geral. Para o encerramento cordial, expressou-se o interesse da pesquisadora em manter contacto com os entrevistados para fins de esclarecimento, acréscimos, entre outros aspectos de âmbito profissional.

A fim de se obter um maior conhecimento das actividades e contributos de instituições/personalidades que trabalham na área do Livro e Bibliotecas no sector público e privado, foram entrevistadas quatro personalidades: Professor Lourenço Rosário - Ex-Presidente do FBLP e actual Reitor da Universidade Politécnica de Moçambique; Dra. Wanda do Amaral – Bibliotecária; Mia Couto – Escritor moçambicano e Dra. Susana Damasceno – Presidente da Acção e Integração para o Desenvolvimento Global (AIDGLOBAL) (*vide* Anexo 6). Teria sido igualmente útil e válido entrevistar outras personalidades. Por questões de delimitação, optou-se pelos enunciados, considerando o seu percurso profissional relevante e de importante suporte de dados desta pesquisa. Dada a diferenciação dos seus perfis, foram elaborados guiões individualizados. Houve, no entanto, questões comuns, relativamente às respectivas opiniões sobre os desafios da acção cultural em Moçambique e o impacto das Bibliotecas Públicas no desenvolvimento humano.

O guião base das perguntas contemplou, essencialmente, o percurso profissional dos entrevistados, relativamente à sua actuação em Moçambique na área do Livro e das Bibliotecas e respectivas opiniões sobre o estágio da *acção cultural* e

das *políticas públicas* em Moçambique e sua aplicação. O levantamento dos dados incidiu, especificamente, no questionamento de opiniões sobre como são interpretadas:

- i. as políticas públicas culturais em Moçambique;
- ii. os desafios das Bibliotecas Públicas Provinciais na promoção da *acção cultural* em Moçambique e que impacto apresentam no desenvolvimento humano da sociedade.

As entrevistas foram realizadas entre finais de Maio e finais de Julho de 2015, em datas marcadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. A primeira entrevista decorreu de forma presencial no dia 23 de Maio de 2015 (Prof. Doutor Lourenço Rosário). A segunda entrevista foi realizada no dia 09 de Junho, através de Skype (Dra. Wanda do Amaral). A terceira e quarta entrevistas foram realizadas no dia 13 de Julho de 2015, uma por e-mail e outra de forma presencial, Mia Couto e Dra. Susana Damasceno, respectivamente.

A publicação do texto resultante foi feita com a aprovação dos entrevistados, não na sua forma integral, sofrendo uma análise do conteúdo.

4.3 Análise e Interpretação dos Dados

4.3.1 Inquéritos por Questionário

Os questionários, foram seleccionados com o objectivo de pesquisar todas as BPP e a BNM⁵¹, visando buscar e identificar os desafios da *acção cultural em Moçambique* e perceber que impacto estes sistemas apresentam no desenvolvimento humano da sociedade. Por dificuldades de comunicação, apenas uma (1) Biblioteca não respondeu ao Inquérito (Biblioteca Pública Provincial da Zambézia). As BPP e a BNM foram distinguidas por questionários diferenciados em função dos objectivos existindo, contudo, questões comuns aos dois guiões. Por se tratar de um universo de dimensão reduzida, optou-se por apresentar uma análise conjunta dos dados informativos comuns a todas as Bibliotecas Públicas (incluindo a BNM) e por

⁵¹Existem no País dez (10) BPP, uma (1) Biblioteca em todas as capitais provinciais (sem contar com Maputo Cidade) e um (1) órgão coordenador das Bibliotecas Públicas - BNM.

informações autónomas e claramente identificadas no respeitante à coordenação das BPP (retirada apenas do Inquérito dirigido ao director da BNM).

4.3.2 Entrevistas

A análise das entrevistadas permitiu apresentar diferentes reflexões de representantes de uma instituição pública, uma instituição privada e da sociedade civil ligadas ao Livro e às Bibliotecas, com o objectivo de colaborarem no esclarecimento dos problemas apresentados na Introdução, no que concerne aos “desafios da acção cultural nas Bibliotecas Públicas”. As questões, previamente planeadas, foram orientadas com base em guiões de entrevistas desenhados para esta investigação. O modelo de perguntas, semi-estruturadas, permitiu acrescentar outras questões não constantes do formulário, mas consideradas oportunas no decurso do desenvolvimento das entrevistas.

O número dos entrevistados foi inferior ao número de sujeitos inquiridos através dos inquéritos por questionário. O uso desta técnica foi precedida da avaliação da informação obtida pelo contexto. A análise dos resultados assim obtidos, possibilitou um cruzamento de informação com vista a apresentar pontos de vista comuns e divergentes, a fim de fazer-se uma análise interpretativa e comparativa dos dados das mesmas.

4.4 Alguns Constrangimentos

A distância geográfica entre a inquiridora e os inquiridos (Lisboa/Moçambique) dificultou a aplicação dos questionários no respeitante ao cumprimento dos prazos de preenchimento e devolução, tendo havido necessidade de recorrer a intermediários. Por consequência, as datas previstas para a realização das entrevistas também foram alteradas, uma vez que, em termos de estratégia metodológica, se optou por efectuar as entrevistas após recepção dos questionários e análise dos respectivos dados.

Por motivos de mudança de coordenação interna, não foi possível inquirir a directora da Biblioteca Provincial da Zambézia. Não obstante, o universo estudado é

considerado representativo quanto ao número de Bibliotecas Públicas Provinciais existentes no País (10).

Os limites dos recursos técnicos das Bibliotecas como a falta de Internet, *scanner*, impressora e fax, foram os principais motivos da morosidade apresentados pelos dirigentes/responsáveis das Bibliotecas, na devolução dos questionários após preenchimento.

Outro aspecto a justificar o atraso, parece ter sido o desconhecimento demonstrado pelos dirigentes sobre o respectivo preenchimento e envio, facto que exigiu, não raras vezes, explicações adicionais.

5 ANÁLISE DE DADOS

A análise de conteúdo corresponde a uma técnica de investigação que permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo analisado (AZEVEDO, 1994).

Este estudo envolveu uma análise de diagnóstico centrada nas Bibliotecas Públicas Provinciais de Moçambique, numa perspectiva qualitativa, com recurso a pesquisa bibliográfica, documental, inquéritos por questionário e entrevistas. O ponto de vista teórico-prático permitiu a percepção da actuação das BPP em Moçambique, relativamente aos seus objectivos/missões e serviços, face à realidade entretanto registada. Do mesmo modo, a apreciação do papel da BNM, como órgão coordenador das Bibliotecas Públicas, permitiu a interpretação dos desafios que as Bibliotecas Públicas Provinciais enfrentam, de forma geral, e especificamente no respeitante à respectiva coordenação.

5.1 Políticas Públicas, Legislação e Bibliotecas Públicas

Verifica-se, actualmente, uma preocupação generalizada em determinar o enquadramento legal das Bibliotecas no âmbito das políticas nacionais de informação. Existe um conjunto de padrões para a gestão eficaz das Bibliotecas Públicas, como documentos descritivos e detalhados que regulamentam todos os pormenores e procedimentos, desde o funcionamento até à admissão e qualificação do pessoal; desde as normas de processamento documental à forma de acesso à Internet (CALIXTO e PARREIRA, 2012).

Moçambique debate-se com o problema da unidade nacional e torna-se muitas vezes “perigoso” falar-se das políticas culturais por se pensar que o debate da unidade nacional passa por repetir a questão dessa unidade, enquanto a relação é orgânica (entrevista com o dirigente da instituição pública).

A incursão na literatura, permitiu identificar os seguintes documentos normativos, relativos às Bibliotecas Públicas Moçambicanas:

- Diploma Legislativo n.º 2116/61 - Criação da Biblioteca Nacional de Moçambique;
- Diploma Ministerial n.º 103/92 – Definição do Estatuto Orgânico da Biblioteca Nacional de Moçambique como instituição coordenadora de Bibliotecas Públicas;
- Resolução n.º 12/97 - Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação;
- Decreto n.º 46/2007 - Criação das Bibliotecas Públicas Provinciais;
- Resolução n.º 2/2009 - Funções de direcção, chefia e específicas das Bibliotecas Nacionais e das Bibliotecas Públicas Provinciais, integradas nos grupos salariais indicadas [SIC];
- Diploma Ministerial n.º 60/2009 - Critérios de classificação das Bibliotecas Públicas Provinciais;
- Diploma Ministerial n.º 64/2009 - Regulamento interno das Bibliotecas Públicas Provinciais.

Relativamente às três perspectivas de políticas públicas culturais apresentadas por Lopes (2000), verifica-se que Moçambique possui documentos legislativos das Bibliotecas Públicas - primeira fase de elaboração de políticas faltando, contudo, instrumentos reguladores de intervenção dos profissionais, com informações mais precisas sobre a implementação das respectivas actividades, como plano de acção de actividades, regulamento interno, entre outros documentos. A difusão destas estratégias políticas constitui ainda um desafio para o Estado (MARRENGULA, 2012).

Atesta-se, no País, uma gestão das Bibliotecas Públicas orientada por um modelo disponibilizado através de um órgão coordenador (CALIXTO e PARREIRA, 2012). Contudo, estes processos carecem de legislação adequada que estimule a implementação dos diversos serviços.

- Políticas Culturais sobre as Bibliotecas Públicas Provinciais

Questionados os dirigentes das BPP sobre o contexto das Políticas Culturais, estes concordaram maioritariamente, sete de nove, sobre: a existência, no País, de políticas culturais claras e precisas sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas; a existência de legislação ampla que orienta a intervenção destas Bibliotecas para a acção cultural; e, a existência de legislação ampla que normaliza a interacção e a cooperação entre as Bibliotecas Públicas (*vide* Tabela 4).

Contrariamente, um inquirido discordou da existência de uma política cultural nacional precisa sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas e sobre a existência de legislação que oriente a intervenção destas Bibliotecas para a acção cultural (*vide* Tabela 5). Do mesmo modo, este inquirido concordou que existe legislação que regula a cooperação entre as Bibliotecas Públicas. Esta afirmação confirma que a coordenação e cooperação das Bibliotecas é sustentada por uma legislação e planos estratégicos que definem e promovem uma rede nacional de bibliotecas, baseada em normas de serviços previamente acordados (Manifesto da IFLA/UNESCO, 1994).

Esta posição contrária, parcialmente, Issak (2000) que afirma que as Bibliotecas Públicas se caracterizam por um desenvolvimento fragmentário e não coordenado, como resultado da ausência de políticas definidas, concordando apenas com a ilação que a BNM vem cumprindo com a sua função coordenadora sem possuir, necessariamente, um estatuto específico que defina as respectivas competências.

Conforme ilustra a tabela 5, verifica-se a discordância de um inquirido relativamente às seguintes afirmações: As Bibliotecas Públicas não estão instituídas legalmente; As Bibliotecas Públicas trabalham de forma isolada; Os recursos financeiros e a infraestrutura da Biblioteca Nacional são insatisfatórios; Falta o fomento de políticas públicas e planeamento bibliotecário para as Bibliotecas Públicas; As Bibliotecas Públicas têm construído, ao longo dos anos, uma imagem que tem tido pouca visibilidade social.

Percebe-se da discordância e/ou pouco uso ou mesmo falta de conhecimento da existência de legislação sobre as Bibliotecas Públicas entre os profissionais da informação. Constata-se, assim, que no respeitante ao compromisso profissional dos

bibliotecários africanos, a definição de objectivos, missões e planeamento estratégico, não são práticas correntes no sector das Bibliotecas Públicas. Há, de facto, pouca consistência de padrões e processos profissionais (ISSAK, 2000).

Reafirma-se, assim, que em Moçambique o contexto legal de suporte das Bibliotecas Públicas é muito recente. Existem instrumentos legais que regulam as práticas culturais, mas a sua organização e estruturação é pouco coerente relativamente às dinâmicas socioculturais moçambicanas, uma vez que não existem instrumentos e estratégias claras para a sua divulgação e implementação, bem como para a sua acessibilidade pela maioria da população (MARRENGULA, 2012).

O poder político tem o dever regulador, obrigação de estabelecer balizas para soltar as forças que vão otimizar as acções. Se este poder ultrapassa estas acções, acaba sendo um poder autoritário e fascista. Importa, pois, regular de forma moderada, de modo a que as instituições sejam autónomas (entrevista com o dirigente da instituição pública).

No entendimento da Política cultural nacional sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas, estas convergem no incentivo à leitura, mas na passagem da política (papel) à prática isso não tem acontecido. A promoção cultural fica muito aquém das necessidades culturais moçambicanas em termos de prioridades, como por exemplo, a valorização da cultura da oralidade integrada em bibliotecas ou outros programas de redes de contadores de histórias promovida nos diferentes locais públicos. Há falta de estratégias de implementação, no que se refere à promoção da acção cultural. Esta acção deve ser acompanhada por um gestor comprometido com esta questão; outro aspecto, tem a ver com a motivação dos professores e responsáveis de bibliotecas (entrevista com o dirigente da instituição privada).

Tabela 4: Posicionamento face ao contexto biblioteconómico e Políticas Culturais

	Concordância	Discordância
É grande o potencial de trabalho na área de Biblioteconomia.	9	1
As condições de trabalho (recursos técnicos, financeiros e humanos) são adequadas.	1	9
As políticas culturais sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas são claras e precisas.	7	3

(Continuação)	Concordância	Discordância
Existe ampla legislação que orienta a intervenção das Bibliotecas Públicas Provinciais para a acção cultural.	7	3
Existe ampla legislação que normaliza a interacção de cooperação entre as Bibliotecas Públicas.	7	3
É grande e clara a intervenção das Bibliotecas Públicas Provinciais no ensino formal (Escolas).	9	1
Há um grande número de iniciativas de animação sociocultural desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais.	8	2
É notório o impacto que as Bibliotecas Públicas Provinciais apresentam no desenvolvimento humano da sociedade.	9	1
A existência de um Plano Nacional de Leitura estimularia a realização de actividades de promoção da leitura nas Bibliotecas Públicas.	9	1
A promoção da leitura pode ser feita através de actividades culturais diversificadas, como peças de teatro ou outros espectáculos.	9	1
A promoção da leitura tem como público-alvo privilegiado as crianças e jovens.	8	2
A promoção da leitura tem como público-alvo privilegiado as populações desfavorecidas socialmente.	1	9

Tabela 5: Concordância e discordância da Biblioteca Nacional de Moçambique sobre o contexto biblioteconómico e as Políticas Culturais

Concordância	Discordância
As Bibliotecas Públicas Provinciais são o pólo condutor de programas educativos e culturais.	As Bibliotecas Públicas não estão instituídas legalmente.
A grande maioria das Bibliotecas Públicas Provinciais não dispõe de profissionais formados em animação sociocultural.	As Bibliotecas Públicas trabalham de forma isolada.
As Bibliotecas Públicas são uma instituição dedicada a resolver os grandes problemas sociais. Serão a ponte para a inclusão na sociedade do conhecimento.	Os recursos financeiros e a infraestrutura da Biblioteca Nacional são insatisfatórios.
Verifica-se uma carência de atractivos e de actividades culturais no âmbito das Bibliotecas Públicas Provinciais.	Falta o fomento de políticas públicas e planeamento bibliotecário para as Bibliotecas Públicas.
O planeamento das Bibliotecas Públicas deve levar em consideração as mudanças da sociedade, dos cidadãos e dos valores diferentes.	As Bibliotecas Públicas têm construído, ao longo dos anos, uma imagem que tem tido pouca visibilidade social.

- **Perfis dos dirigentes**

Quanto ao tempo de exercício na função dirigente, a maioria dos inquiridos, nove, encontra-se a dirigir as Bibliotecas há longos anos, revelando elevado domínio e familiarização com as suas actividades e respectivo desenvolvimento. O intervalo de exercício na função dirigente varia de 33 anos (máximo) a um ano (mínimo), sendo que só apenas um exerce esta função há menos de dois anos; quatro, entre cinco e 10 anos; e, os restantes quatro, entre 12 e 33 anos. Conclui-se, assim, que todos os dirigentes iniciaram funções nas Bibliotecas reestruturadas, depois da Independência, altura em que passaram a depender das Direcções Provinciais e Distritais da Cultura, conforme Amaral (2014) (*vide* Tabela 6).

Tabela 6: Tempo de exercício na função dirigente

Ano de entrada na Biblioteca	Anos de exercício na função dirigente
1982	33
1997	18
1994	13
1979	12
2002	10
1987	5
2010 (2) ⁵²	5
2011	4
2014	1

Relativamente ao nível de formação dos profissionais das Bibliotecas Públicas, sete dos 10 inquiridos declararam possuir licenciatura, contra dois detentores de mestrado e um com o curso médio profissional. Foram registadas as áreas de formação, ilustradas na Tabela 7.

⁵²Dois dos inquiridos começaram no mesmo ano o exercício da função dirigente.

Tabela 7: Área e nível de formação

Nível de formação	Área de formação	Número
Mestrado	Ensino de história	1
Mestrado	Psicologia educacional	1
Licenciatura	Ensino de história	4
Licenciatura	Administração Pública	1
Licenciatura	Ensino de Português	1
Licenciatura	Administração e gestão de empresas	1
Ensino geral técnico profissional	Técnicas documentais	1

Os dados apresentados nos relatórios de González e Mangue (2014) sobre o perfil profissional em Moçambique, e de acordo com o universo inquirido, constata-se a predominância de profissionais com o nível básico (19.2%) e médio (39.5%) de escolaridade, seguido do número de licenciados com 27,6%; verifica-se uma tendência de melhoria do nível de formação, quando se constata que a maioria dos dirigentes das Bibliotecas Públicas possuem licenciatura (70%), seguida de mestrados (20%).

No respeitante à área de formação complementar, sete dos 10 inquiridos revelaram ter formação profissional em técnicas documentais (tendo sido formados pelo CIDOC); outros dois, têm formação complementar em Gestão de bases de dados, Informática e Gestão de projectos de animação. Apenas um informou ter formação em Gestão de animação. Tal contexto, revela que os inquiridos apresentam, maioritariamente, formação técnica, revelando carência de formação humanística e de práticas de gestão de acção cultural, que lhes atribui a competência de mediador (FLUSSER,1982).

Pelo papel que têm a desempenhar, de complementar as escolas, atender a população infantil, a formação dos bibliotecários deve merecer uma atenção cuidadosa, especialmente, na capacitação direccionada à intermediação entre a escola e a família, a escola e o estudante. Cabe aos profissionais fazerem as Bibliotecas desempenhar este importante papel.

Já vai havendo, nalgumas Bibliotecas Públicas, bibliotecários com uma formação mínima em documentação. Contudo, ainda existem bibliotecários que

trabalham sem nenhuma formação, por boa vontade e curiosidade (entrevista com o profissional da documentação e informação).

Conclui-se, assim, pela afirmação de que os profissionais de Documentação e Informação e necessitam de uma formação complementada com disciplinas de outras áreas, além da biblioteconomia (CABRAL, 1989).

A formação em áreas específicas dos profissionais de Documentação e Informação poderá resolver as lacunas de mediação entre os seus públicos e as respectivas necessidades de informação (MARRENGULA, 2012).

Questionados os dirigentes sobre qual o nível de importância que atribuem às competências dos Bibliotecários, de forma consensual responderam que devem possuir competências em: Capacidade de organização (nove); Capacidade de decisão (nove); Formação contínua (sete); Orientação para a solução de problemas (seis); Organização (seis); e, menos importante, Conhecimentos de Marketing (dois); Capacidade de negociação (um); e, Autonomia (um). Entretanto, um inquirido considerou como menos importante a formação contínua (*vide* Gráfico 2).

A importância que os bibliotecários atribuíram às competências indicadas, evidencia o seu domínio essencial na gestão dos serviços das unidades documentais. Contudo, o facto de atribuírem menos importância às questões de Marketing, Autonomia e capacidade de negociação, não lhes confere estatuto de mediadores por excelência.

Sublinha-se, ainda, que além das competências enunciadas, são necessárias, para o exercício adequado, e de acordo com as Directrizes da IFLA sobre os serviços das Bibliotecas Públicas (2013): capacidades de relacionamento, consciencialização social, aptidão para o trabalho de equipa, liderança e competências nas práticas e procedimentos da organização. É imprescindível a capacitação de profissionais devidamente qualificados, não apenas a nível técnico mas, também, em termos de gestão.

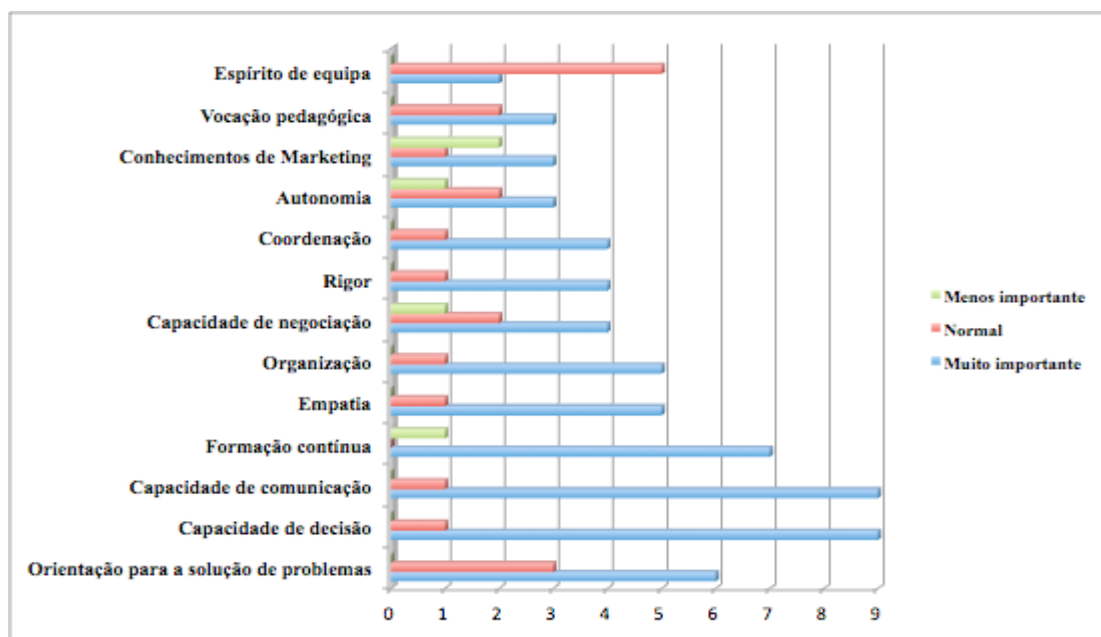


Gráfico 2: Competências dos Bibliotecários

Questionados sobre as suas necessidades de formação, os inquiridos revelaram, na sua totalidade, necessitar de formação em gestão de projectos (10); seguida de, gestão de programas informáticos, especificamente elaboração e manutenção de sítios web (nove); aplicação e gestão de bases de dados (nove); análise e implementação de sistemas de informação (sete); entre outras acções técnicas, conforme ilustra o Gráfico 3.

Para uma adequada gestão dos sistemas de documentação e informação, é determinante que os bibliotecários tenham competências de gestão, nas suas diferentes vertentes. No entanto, consta-se serem tratados como meros especialistas de livros, que não conhecem quase nada sobre gestão de forma geral e, especificamente, gestão cultural (ESCARDÓ I BAS, 2005).

Considera-se igualmente relevante o domínio dos sistemas informáticos quer para a gestão dos serviços, quer como meio de difusão de informação. A precariedade das infra-estruturas de difusão da informação dificulta muito a capacidade individual para aceder e compreender a informação. As Bibliotecas Públicas associadas às novas tecnologias, através de serviços de informação *online*, referidos a título de exemplo, impulsionam ainda mais o acesso à informação (IFLA, 2013).

Face aos reduzidos níveis de escolaridade existentes em Moçambique, os professores revelam-se pouco apoiados, tendendo a desmotivar-se e desinteressar-se

no combate à iliteracia. Isto dificulta o trabalho dos bibliotecários, que precisam de apoios e participação da comunidade (entrevista com o profissional da documentação e informação).

Por outro lado, o contexto das Bibliotecas é actualmente marcado por uma aceleração no uso das tecnologias da informação e da proliferação de informação. Deste modo, as Bibliotecas são obrigadas a reavaliar o seu papel e redefinir tarefas, a fim de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à informação. Todo este contexto exige que o Bibliotecário deva ser um mediador com competências versáteis e uma visão abrangente de cultura, conhecer e reconhecer os valores culturais da sua sociedade, e estar comprometido socialmente com a profissão e o seu papel na comunidade (CABRAL, 1989).

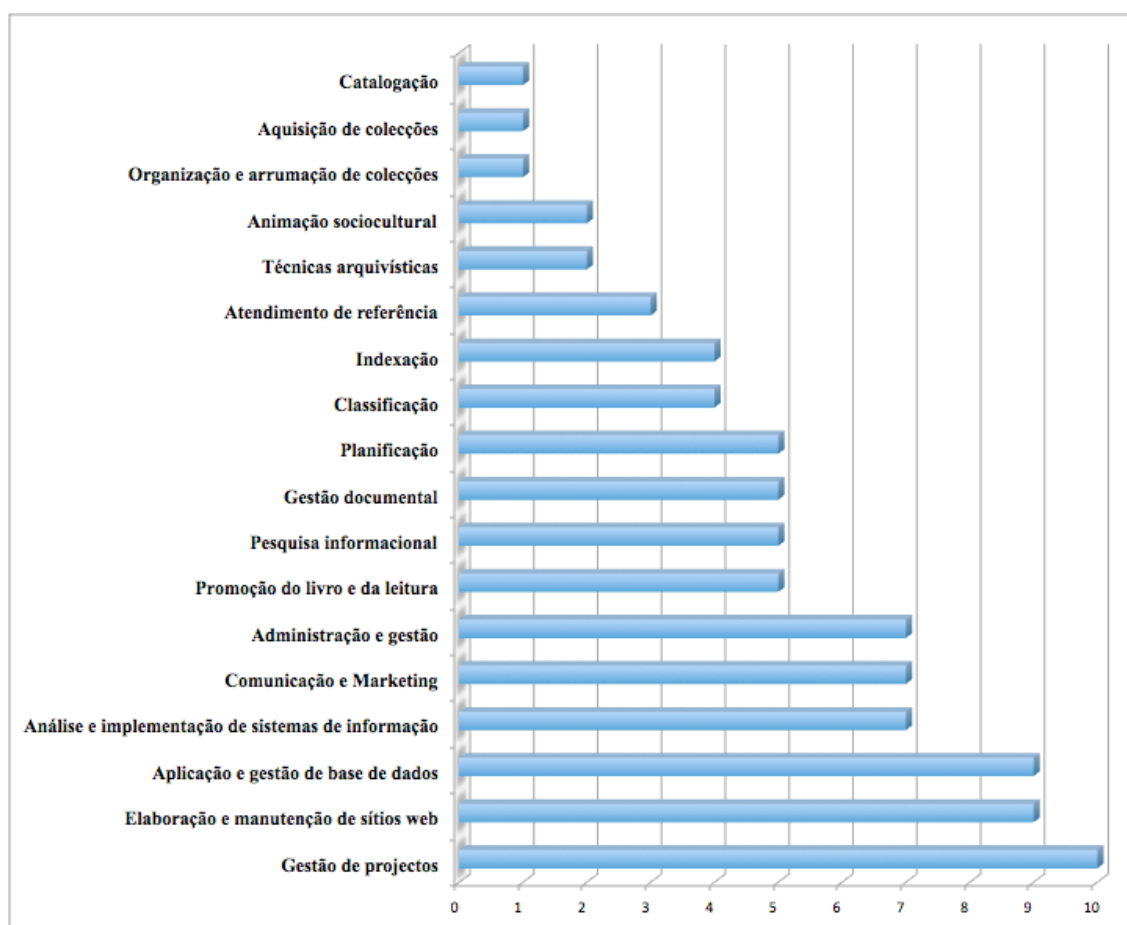


Gráfico 3: Necessidades de formação dos dirigentes das Bibliotecas Públicas Provinciais

No respeitante a dificuldades detectadas e apontadas pelas Bibliotecas, sete dos inquiridos indicaram ter muitas dificuldades nas questões de gestão de Recursos Financeiros, de Formação em gestão de projectos, seguidas de: quatro, em Cooperação com os órgãos de comunicação social, Formação em técnicas documentais, Formação em gestão administrativa, Recursos Técnicos, Recursos Humanos, Cooperação com a comunidade e Cooperação entre Bibliotecas; três respondentes, indicaram necessidade de formação sobre Relação com o órgão de tutela; e, dois, Legislação e Política Cultural Nacional.

Sobre as necessidades de formação e definição de políticas culturais, constata-se que nos últimos 15 anos têm sido formados quadros de nível médio para trabalharem em Bibliotecas. Paralelamente, o Estado, ao definir políticas culturais, não tem dado grande relevância aos aspectos específicos das Bibliotecas Públicas, como recursos financeiros (o orçamento do Estado para a cultura tem merecido a fatia mais pequena). Reconhecendo que existam outras prioridades no País, a cultura deve, também, merecer prioridade das prioridades pelo facto de lidar com a questão de identidade nacional (entrevista com o dirigente da instituição pública).

As respostas confirmaram as constatações de Issak (2000) quanto ao facto do movimento das Bibliotecas Públicas em África ser caracterizado pela sua fragilidade em relação às restrições financeiras (ISSAK, 2000). Constatando-se nas BPP contexto semelhante com os demais sistemas africanos.

O dirigente de instituição pública, considera que a questão do dilema das políticas culturais radica na falta de financiamento.

De igual modo, alguns inquiridos consideraram como menos importante: Definição de objectivos e missão (quatro); Articulação com Escolas (três); Regulamento interno, Cooperação entre Bibliotecas, Recursos humanos, Formação em animação sociocultural, Relação com o órgão de tutela (dois); Política Cultural nacional, Cooperação com a comunidade, Recursos Técnicos, Legislação, Recursos Financeiros, Formação em técnicas documentais (um), conforme ilustra o Gráfico 4.

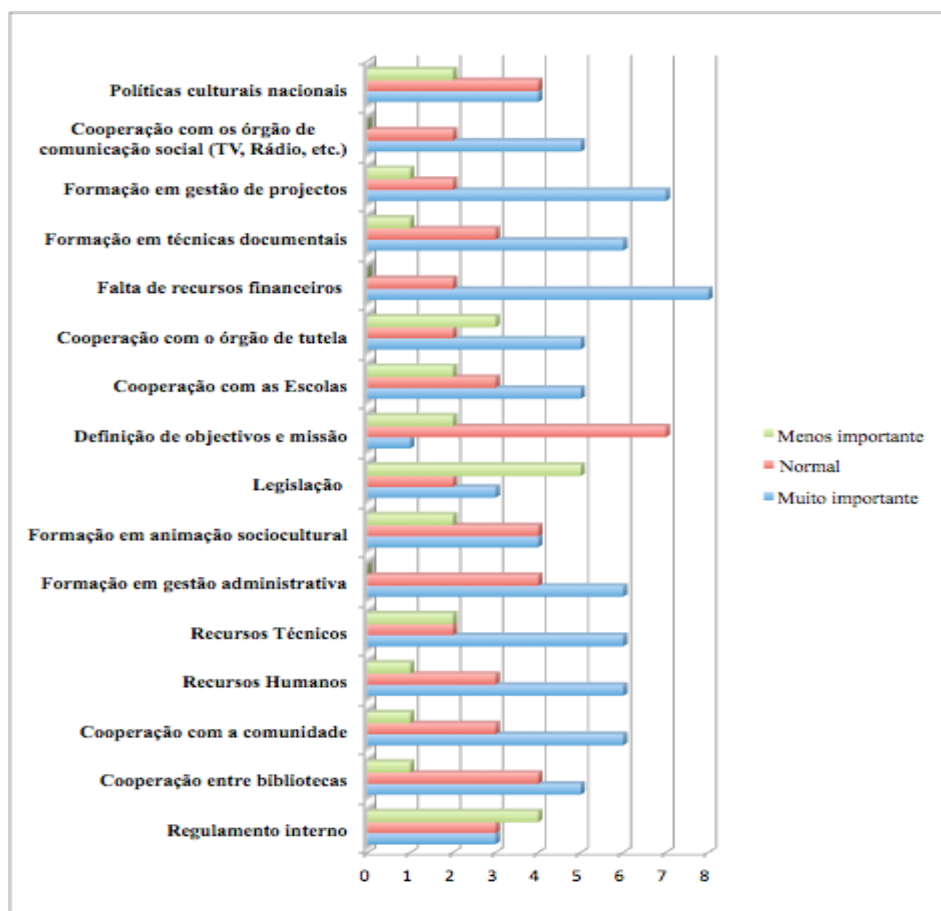


Gráfico 4: Principais dificuldades sentidas pelos directores das Bibliotecas Públicas Provinciais

Estes dados vêm confirmar, tal como afirmado por Marrengula (2012), que um dos grande desafios de Moçambique está, de facto, relacionado com a elaboração e, sobretudo, com a implementação de políticas culturais e respectivo custo; assim como, com a falta de técnicos qualificados em áreas específicas da cultura e a escassez de profissionais com formação e competências em acção cultural.

A perspectiva da IFLA (2013) que defende que a prestação dos serviços deve desenvolver-se independentemente do nível de financiamento disponível para as Bibliotecas não invalida, contudo, a concordância com as anteriores afirmações.

Uma outra perspectiva, aponta para a necessidade de haver uma maior racionalidade no uso dos recursos, de procurar definir acções ou produtos capazes de se transformarem em multiplicadores destes activos culturais (ROSA, 2009).

5.2 Bibliotecas Públicas como Instrumentos Culturais

5.2.1 Conceito e Importância das Bibliotecas Públicas

A Biblioteca Pública é uma biblioteca que se opõe à biblioteca privada. Não é a propriedade pública ou privada que define o tipo de Biblioteca, porque um privado também pode ter uma biblioteca orientada para o público, independentemente da natureza da entidade possuidora. Este conhecimento ainda não está ainda bem trabalhado/enraizado, uma vez que se confunde muitas vezes, Bibliotecas Públicas com Bibliotecas do Estado. Existem, no entanto, entidades privadas, confissões religiosas que têm bibliotecas abertas ao público. Naturalmente que, as obrigações de desenvolvimento de políticas públicas, para a leitura pública, são de natureza diferente. O Estado tem determinadas obrigações neste domínio, enquanto o privado o pode fazer apenas por filantropia, vocação, entre outros motivos. Portanto, o máximo que pode fazer-se é parcerias público-privadas (entrevista com o dirigente da instituição pública).

A Biblioteca Pública é, igualmente, um sistema criado para servir toda a população em geral, seja estudante, trabalhador, velho, etc., sem distinção de *status* social. Está inserida numa comunidade, maior ou menor, que engloba uma série de aspectos sociais distintos. Diferencia-se da Biblioteca Escolar, por exemplo, por esta estar direccionada apenas para estudantes (entrevista com o profissional da documentação e informação).

A definição é, pois, clara e está bem delineada. As Bibliotecas Públicas são sistemas cujo acesso directo é estimulado e facilitado para as pessoas comuns. Mas o nome não se basta por si só, a ligação com o público não acontece espontaneamente, é preciso construir esta ponte (entrevista com o escritor moçambicano). Este conceito não se aplica muito ao contexto das BPP pelo facto destas estarem voltadas, essencialmente, aos estudantes.

Quanto à sua importância, sendo o livro caro, as pessoas quando são incentivadas a ler, o único espaço onde encontram ofertas de leituras, sem custos ou com custos irrisórios, é nas Bibliotecas Públicas. Por outro lado, Moçambique passou vários anos, desde a Independência, sem uma política de leitura e do livro que

incentivasse a que as pessoas tivessem a pulsão de ler. Esta política envolve a posição das escolas, famílias, livreiros na promoção do livro e da leitura. Deste modo, as Bibliotecas Públicas aparecem para colmatar a falta de hábitos de leitura e oferecerem materiais didáticos referenciados nos centros de ensino (entrevista com o dirigente da instituição pública).

As Bibliotecas Públicas em Moçambique são a pedra-chave por serem bibliotecas que atendem toda a população, de forma geral, em especial, os estudantes pelo facto de existirem muito poucas Bibliotecas Escolares. A existência destes sistemas possibilita, aos estudantes, o acesso à informação didáctica (entrevista com o profissional da documentação e informação).

Por outro lado, pelo facto de Moçambique apresentar uma camada infantil muito grande, de alguma forma desmembrada por analfabetos, a leitura de registos diversos é feita apenas nas Bibliotecas Públicas (entrevista com o profissional da documentação e informação).

A importância das Bibliotecas Públicas em Moçambique é vital. Tem sido uma das únicas vias para que o livro chegue às pessoas mais comuns. Contudo, para que estes sistemas tenham vida e convoquem a atenção dos potenciais utilizadores é preciso fazer com que estes lugares se tornem vivos e atraentes. Não se pode pensar que basta apetrechar os lugares com obras literárias ou outras (entrevista com o escritor moçambicano).

A Biblioteca Pública é determinante, mas em Moçambique ela tem servido apenas para uma camada “letrada”. Quem vai às bibliotecas são, basicamente, estudantes mais velhos de 10º-12º ano de escolaridade e estudantes universitários. Portanto, tem sido uma minoria privilegiada com capacidades, por exemplo, de pagar o transporte para se deslocar às bibliotecas. Estes sistemas são públicos, mas não são democráticos porque não chegam a todos (entrevista com o dirigente da instituição privada).

Tal situação contribui para que as Bibliotecas Públicas não respondam à maior urgência de emergência do público dos primeiros anos de escolaridade. É nos primeiros anos de infância que a promoção dos hábitos de leitura é fundamental e urgente; mas, isso não está a acontecer no País. Face a este cenário, há necessidade

de investir-se mais em Bibliotecas Escolares porque este público excluído é muito dependente da escola (entrevista com o dirigente da instituição privada).

Corroborando Farias (2013), a principal missão das Bibliotecas Públicas em África consiste na oferta de colecções com características primárias, ou seja, predomínio de livros puramente escolares, que possam contribuir para o esforço de educação nacional. Entretanto, esta visão não será a mais adequada em sociedades com grandes problemas de iliteracia generalizada como Moçambique.

Relativamente à importância que os inquiridos atribuem às actividades das Bibliotecas Públicas Provinciais: oito de nove, consideraram-nas muito importantes por possibilitarem um espaço de estudo, de apoio às actividades e/ou o funcionamento das Bibliotecas Escolares, de apoio às comunidades no acesso a documentos diversificados de fornecimento de informação necessária aos cidadãos; por apoiarem as comunidades no acesso a documentos diversificados, fornecerem informação necessária aos cidadãos; e, por apoiarem as famílias a criar o gosto e hábitos de leitura junto de crianças e jovens. Sete, considerou-as muito importantes para a promoção do contacto e utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); por apoiarem a leitura; por serem um recurso para as instituições de educação e formação. Seis consideraram, igualmente, muito importante, o facto de darem a conhecer obras de autores moçambicanos; A importância atribuída à aprendizagem informal e ao fornecimento da leitura nos tempos livres ficou-se por três ocorrências em termos de importância; e, com duas, a formação em intervenção cívica.

Contrariamente ao exposto, três respondentes consideraram, como menos importante, o facto de darem a conhecer obras de autores estrangeiros consagrados e por proporcionarem uma intervenção cívica. E, dois consideraram nada importante o facto de proporcionarem aprendizagem informal (*vide* Gráfico 5).

Conclui-se, assim, que existe um consenso sobre a importância das Bibliotecas Públicas e o grande papel que estas desempenham em Moçambique. Porém, é necessário evidenciar-se mais o seu papel enquanto instrumentos culturais que possibilitem a aprendizagem informal ao longo da vida, junto dos profissionais. Disso, constata-se, em Moçambique, como afirma Issak (2000), a falta de reconhecimento do papel e da importância das Bibliotecas por autoridades governamentais afecta, inevitavelmente, o desenvolvimento destes serviços.

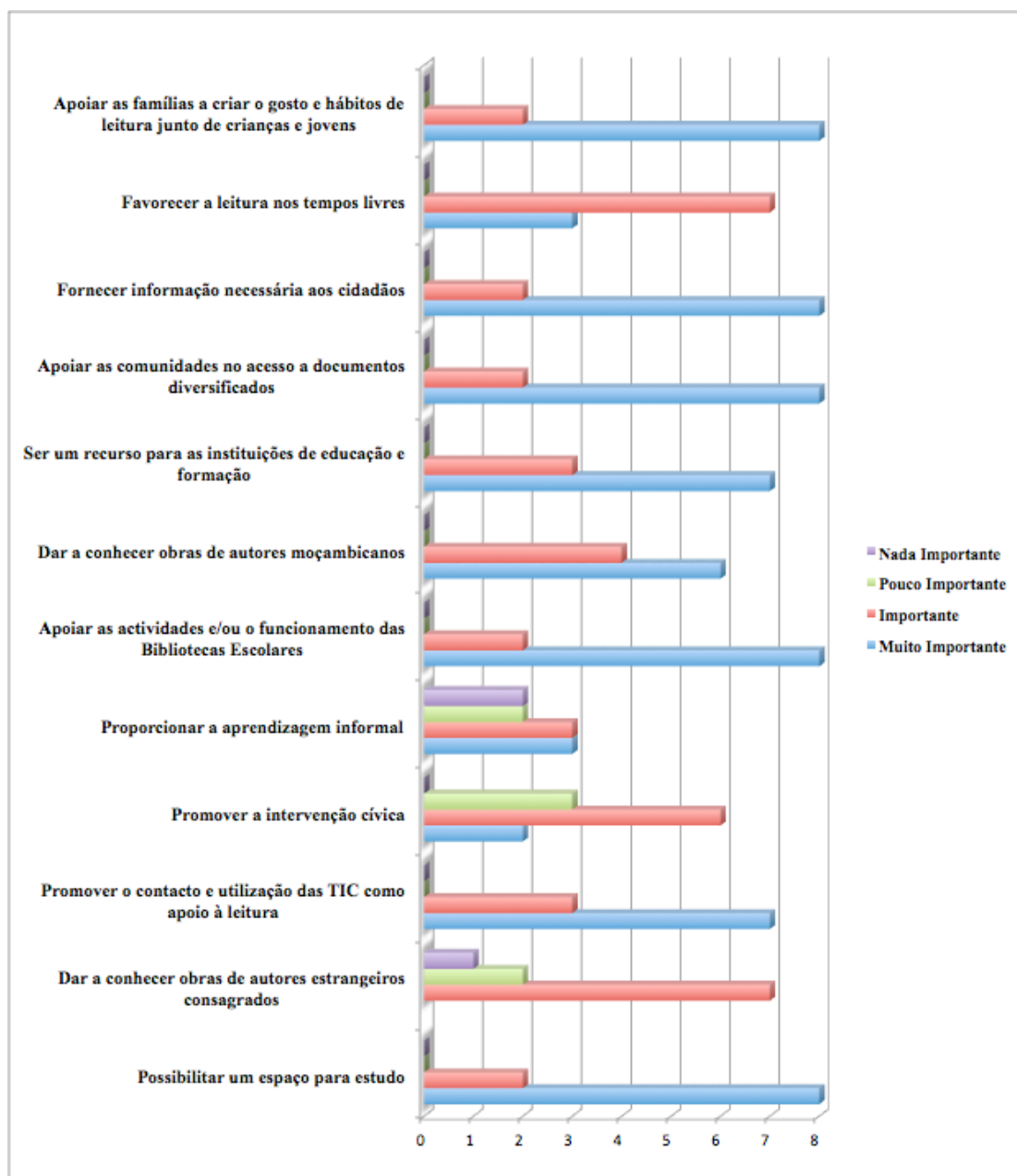


Gráfico 5: Importância atribuída às actividades das Bibliotecas Públicas Provinciais

5.2.2 Serviços

São exemplos de serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas: Referência e Informação, Programas de Formação e Orientação de Utilizadores, Empréstimo Domiciliário, Serviços de Escuta, Memória Local, Serviços Especiais, Extensão, Informação à Comunidade (SIC), entre outros (BRASIL, BIBLIOTECA-NACIONAL, 2000 *apud* CABREIRA, 2011).

Das respostas dos inquiridos, constata-se que todas as BPP prestam serviços de Leitura presencial de jornais diários e Leitura presencial de livros; sete, prestam serviços de Leitura presencial de revistas; e, quatro, prestam Serviços de reprodução de documentos (fotocópias, digitalizações) (*vide* Tabela 8).

Apenas seis dos inquiridos afirmaram organizar Eventos de animação sociocultural. Lembra-se que a legislação sobre as BPP estabelece que a actuação destes sistemas, não deve limitar os seus serviços a fins de ensino formal, devendo promover, igualmente, a animação cultural (MOÇAMBIQUE, 2007).

Reafirma-se, assim, o facto das Bibliotecas Públicas funcionarem supletivamente como Bibliotecas Escolares e oferecerem, essencialmente, serviços de leitura de presença (ISSAK, 2005).

É sabido que a implantação do Serviço de Acesso Público à Internet nas Bibliotecas Públicas amplia o potencial de recuperação da informação e cria a oportunidade para que os utilizadores se familiarizem com as novas tecnologias da informação e da comunicação. O serviço de Acesso à Internet foi registado em apenas três das BPP inquiridas. E, não foi registada nenhuma prestação de serviço multimédia.

Tabela 8: Serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais

Serviços	Números em absoluto
Leitura presencial de livros	10
Leitura presencial de jornais diários	10
Leitura presencial de revistas	7
Eventos de animação sociocultural	6
Reprodução de documentos	4
Acesso restrito às colecções	4
Serviços de informação à comunidade	4
Empréstimo domiciliário	3
Acesso à Internet	3
Acesso aberto às colecções	3
Formação de utilizadores	2
Empréstimo interbibliotecas	1

Sobre os serviços prestados pelas BPP, corrobora-se Pienaar (1995) *apud* Issak (2000) sobre a necessidade da actualização e criação de novos serviços das Bibliotecas Públicas em África e a redefinição dos papéis dos respectivos profissionais, nomeadamente perante comunidades desfavorecidas, especialmente em virtude dos altos níveis de iliteracia. Tal situação contribuirá para que as Bibliotecas

Públicas abandonem a perspectiva tradicional, passando para uma abordagem contemporânea, orientada para o utilizador.

Concorda-se, igualmente, com a afirmação que, nos países em desenvolvimento, devido à subsistência de problemas estruturais relacionados com os elevados níveis de pobreza, a situação é ainda mais evidente quanto à escassez e obsolência dos materiais. Esta situação coloca os serviços das Bibliotecas Públicas de África num cenário precário (ISSAK, 2000).

Por outro lado, as Bibliotecas Públicas têm tido projectos interessantes, verificando-se, contudo, a falta de regulamentação, normalização de certos modelos por forma a tornarem-se referenciais/obrigatórios. As acções são feitas por simples iniciativa e boa vontade. Reconhece-se, no País, potencialidades e condições para a implementação de projectos de sucesso, feitos por pessoas com um mínimo de formação. A questão fundamental é que não tem existido reciclagem das formações existentes. Os profissionais encontram-se pouco ou nada apoiados, sem suporte associativo. As acções são conduzidas de forma avulsa e dispersa, sem sistematização, normas e avaliações. Outra questão, igualmente importante, relaciona-se com o facto dos poucos encontros dos profissionais existentes não discutirem meramente programas administrativos, em detrimento de debates de temas ligados à área profissional (entrevista com o profissional da documentação e informação).

Considera-se importante que os serviços se encontrem claramente definidos em legislação, segundo especificidades próprias quanto a diversidade, aprofundamento e dimensão (IFLA, 2013), o que não acontece no contexto das Bibliotecas Públicas em Moçambique.

Quanto aos serviços bibliotecários oferecidos à comunidade, foram indicados a prestação de serviços a Estabelecimentos de ensino (10); serviços a Centros de saúde/Hospitais (dois), e, a Prisões (dois).

Conclui-se, assim, que a grande maioria dos utilizadores das Bibliotecas Públicas Provinciais são estudantes (*vide* Gráfico 6).

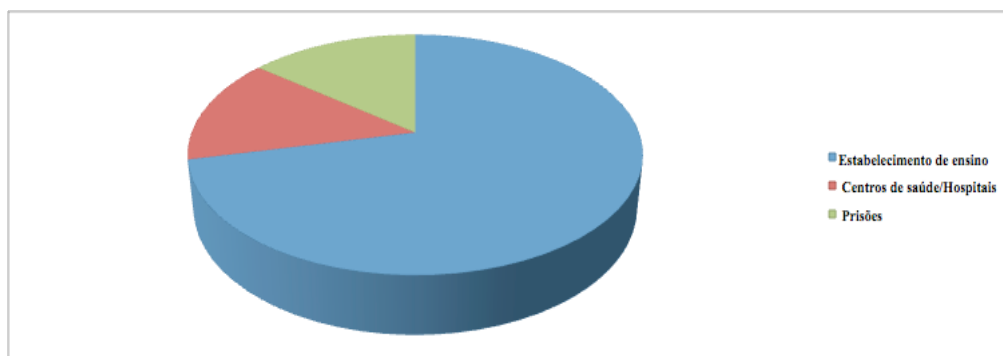


Gráfico 6: Serviços à comunidade prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais

Relativamente aos serviços prestados pelas Bibliotecas a pessoas de todas as idades e em todas as fases da vida, os dirigentes das BPP dão primazia aos serviços prestados aos segmentos infantis e Infanto-juvenis (10); seguidos de, Jovens e Adultos (nove); sendo os idosos, o segmento menos relevado em termos de actividades específicas (quatro), como ilustra o Gráfico 7.

Atesta-se o afirmado por Issak (2000): a população moçambicana é, essencialmente, constituída por jovens e as Bibliotecas Públicas são principalmente usadas por este segmento etário.

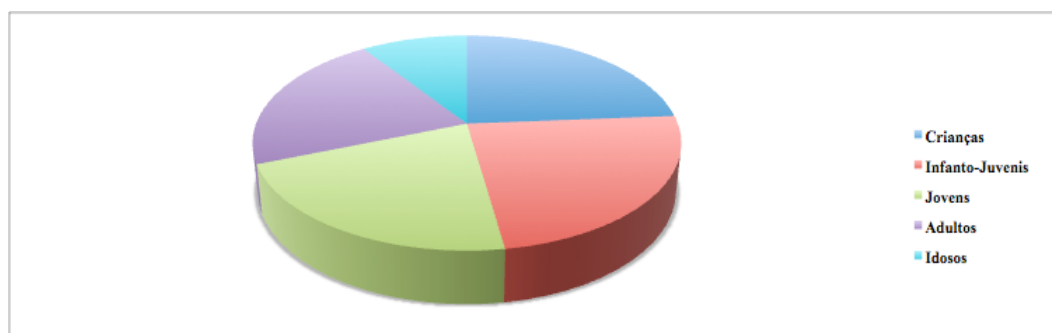


Gráfico 7: Serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais a diferentes segmentos etários

No respeitante aos serviços prestados pelas BPP a colectivos específicos, 10 dos inquiridos responderam prestar serviços ao público em geral. Deste público, sete correspondem à comunidade escolar; dois, a pessoas com necessidades especiais. E, apenas um oferece serviços aos não alfabetizados, como ilustra o Gráfico 8.

Os dados apresentados, contrariam, em parte, o conceito de Biblioteca Pública que reclama maior envolvimento da Biblioteca com a comunidade em geral, sem

exclusão - crianças em idade escolar, adultos, alfabetizados e não-alfabetizados, entre outros (ISSAK, 2000).

Confirma-se, assim, a tese do dirigente da instituição privada que, em Moçambique, as Bibliotecas Públicas têm servido apenas para uma camada “letrada”, de estudantes de 10º-12º ano de escolaridade e estudantes universitários; uma minoria privilegiada, com capacidades, por exemplo, de pagar o transporte para se deslocar às bibliotecas.

Esta argumentação reafirma, igualmente, a constatação que muitas Bibliotecas tendem a tornar-se passivas diante da comunidade, não produzindo mecanismos para atrair a camada mais pobre da sociedade, “atendendo apenas a escolares e deixando [...] o público adulto, as donas de casa e os não alfabetizados fora do processo de educação dentro do espaço da biblioteca” (RIBEIRO e CUNHA, 2007, p. 6).

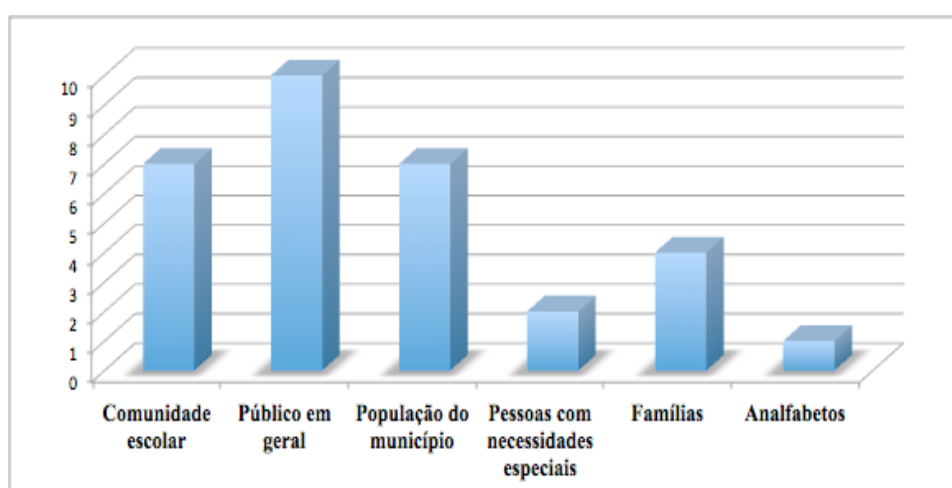


Gráfico 8: Colectivos específicos

- **Formação de utilizadores**

Os leitores deveriam ser formados nas escolas, já no ensino fundamental; os professores deveriam exercer o papel crucial de formação de leitores, para pôr as crianças a ler e interpretar/compreender textos, mas isso não acontece (cumprem meramente o plano curricular); isso acontece mediante um programa curricular orientado para a formação dos professores para este fim. Desta forma, cabe às Bibliotecas Públicas a formação de leitores. No entanto, o papel das Bibliotecas Públicas deveria ser o de complementar esta formação (entrevista com o profissional da documentação e informação).

Quanto às acções de formação, no processo de desenvolvimento das suas actividades, os inquiridos informaram existir formação de utilizadores nas suas Bibliotecas, tendo apontado, essencialmente, formações específicas em: utilização geral da Biblioteca (oito); seguidas de, promoção da leitura (sete). Por último, referiram formação em Informática (quatro) (*vide* Gráfico 9).

Do exposto, verifica-se que a formação dos utilizadores se limita à orientação ao nível do uso e funcionamento da Biblioteca, não se estendendo, por exemplo, a assuntos de carácter político, social, étnico, económico, cultural ou outros directamente relacionados com o ensino.

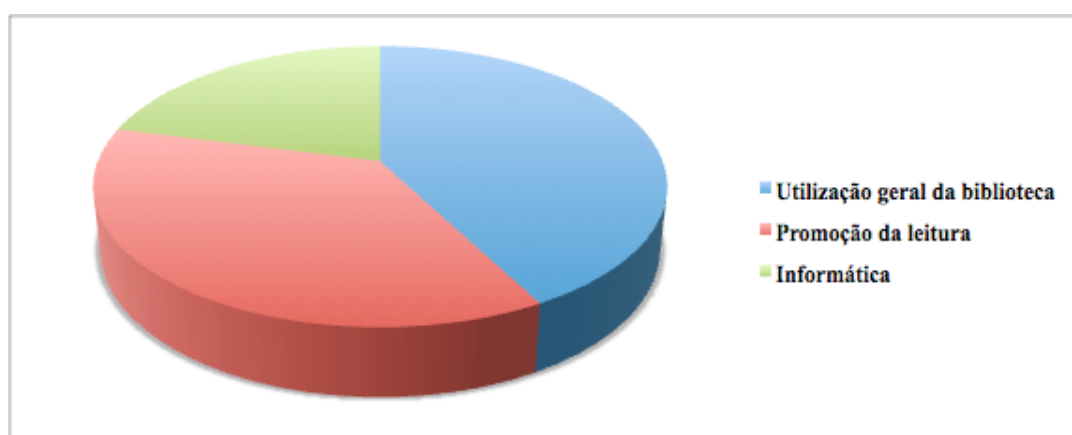


Gráfico 9: Formação de utilizadores

5.2.2.1 Actividades de Acção Cultural

Quanto às actividades específicas de acção cultural desenvolvidas nas BPP pelo total dos 10 inquiridos, foi elaborada lista documentada na Tabela 9, sendo maioritariamente compostas por promoção do gosto pela leitura e acções específicas de animação, como jogos e concursos.

Dois dos inquiridos informaram desenvolver actividades de acção cultural não tendo, no entanto, especificado o tipo de actividade.

Confirma-se, assim, parcialmente, o afirmado por Silva (1991), isto é, que muitos bibliotecários praticam actividades culturais, sem distinguir entre conceitos e práticas de actividades de animação e acção cultural. Alguns estão conscientes do

importante compromisso que têm com a comunidade mas, por questões de ordem prática, acabam por empreender simples actividades de animação com que estão mais familiarizados ou que, talvez, sejam para si mais exequíveis e cómodas.

Tabela 9: Actividades de acção cultural prestadas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais

Actividades
Palestra de promoção do gosto pela cultura
Conto e reconto, jogos de memória, iniciação à leitura (Sala Infantil)
Leituras orientadas, concursos de leitura e contagem de leituras
Feira do livro
Literatura infantil
Concursos literários
Projecto Género e leitura
Palestras sobre educação e valores da Biblioteca

Tendo-se apresentado aos inquiridos uma lista de actividades, a maioria apontou, de entre as actividades das suas Bibliotecas, Exposições sobre livros e autores (10); seguidas de, Conferências/palestras (sete). Em menor escala, são desenvolvidas actividades como Clubes de leitura/comunidades de leitores e Visitas a equipamentos culturais (um) (*vide* Gráfico 10).

Não se verificam quaisquer dinâmicas culturais nas Bibliotecas Públicas. Os organismos que costumam levar a efeito acções culturais são instituições como o Centro Cultural Brasileiro, o Centro Cultural Franco-Moçambicano e o Instituto Camões (entrevista com o dirigente da instituição pública).

As poucas actividades de acção cultural não se sentem em Moçambique (entrevista com o escritor moçambicano).

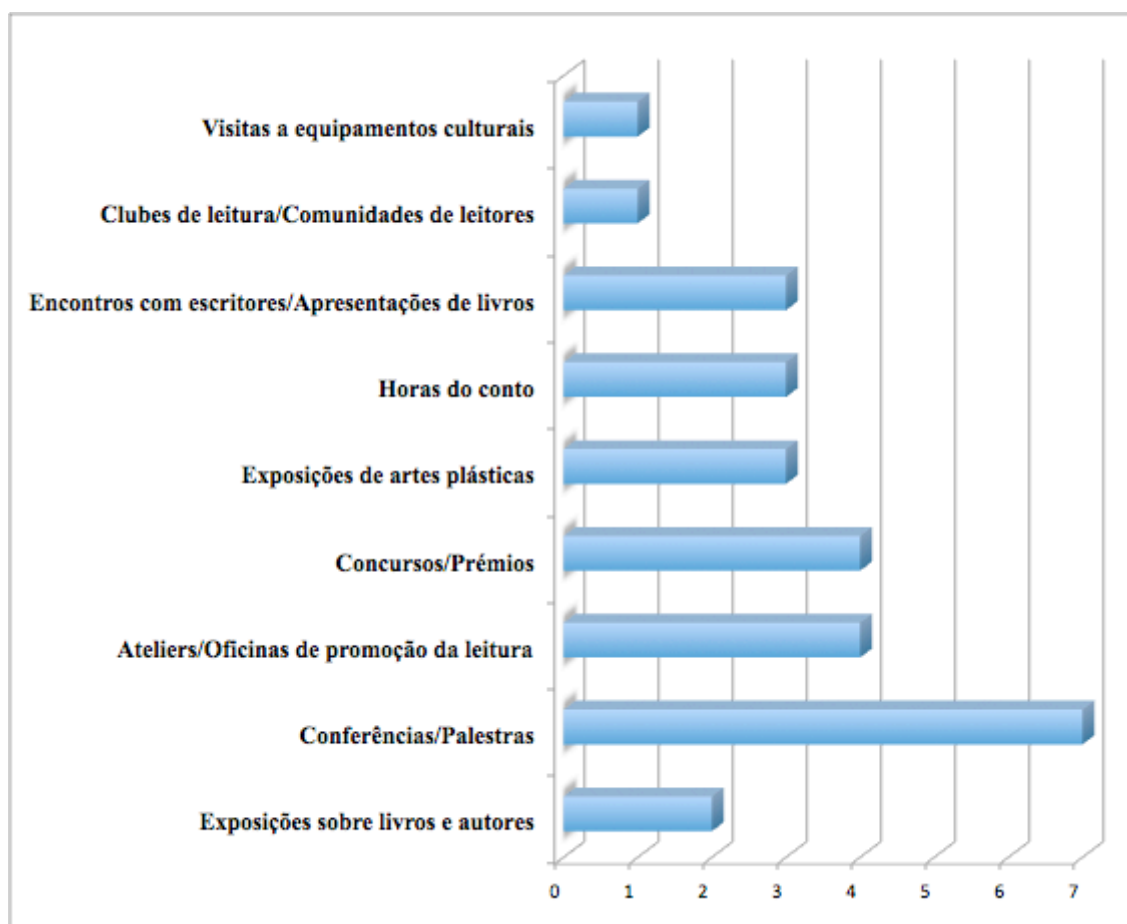


Gráfico 10: Atividades de acção cultural prestadas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais

- Modelos

Sobre a gestão das Bibliotecas Públicas, o modelo que inspirou o seu desenvolvimento durante muitos anos, segundo Calixto e Parreira (2012), pressupunha a existência de um órgão coordenador e um conjunto de princípios básicos como a liberdade de acesso a todos os cidadãos, a utilização gratuita dos respectivos serviços e a divisão de responsabilidades financeiras entre os municípios e a administração central. Estes processos devem ser regidos por legislação adequada que estimule a implementação dos diversos serviços.

As Bibliotecas Públicas são coordenadas pelas BNM. Contudo, do ponto de vista dos profissionais, este sistema não tem sido referenciado como modelo de orientação para a gestão das BPP, conforme constatado.

Apenas três respondentes indicaram:

- Consultar textos de apoio sobre gestão de Bibliotecas Públicas;
- Possuir um Plano de actividades da Instituição;
- Possuir um Regulamento Interno das Bibliotecas Públicas Provinciais;
- Trocar experiências com outras bibliotecas.

Dois dos inquiridos informaram seguir um modelo de apoio às suas práticas, sem apresentarem, no entanto, quaisquer especificações. Por último, três dos inquiridos indicaram não seguir nenhum modelo. E dois não responderam.

- **Apoios e Parcerias**

O desenvolvimento de serviços em sistemas de informação deve obedecer a uma dinâmica de parcerias e apoios num plano de *concertação*. No entanto, é necessário disciplinar regras e práticas de constituição destas parcerias/apoios, devendo o Estado assumir a obrigação primeira. Este enriquecimento deve incorporar a pluralidade e a heterogeneidade de protagonistas dos diferentes campos culturais (SILVA, 1997).

A realidade é que quem presta serviços de informação às Escolas são as Bibliotecas Provinciais, municipais e distritais e não as próprias Bibliotecas Escolares. As novas escolas, meramente apetrechadas com salas de aula, consideram o projecto de Bibliotecas Escolares num plano secundário. Assim, torna-se imperioso que as Bibliotecas Públicas façam parcerias com instituições de ensino e/ou com Bibliotecas Escolares (entrevista com o dirigente da instituição pública).

Sobre esta perspectiva, em algumas localidades como Chibuto,⁵³ a título de exemplo, é visível a cooperação entre Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares, quer a nível de capacitação em gestão de bibliotecas, quer do ponto de vista da dinamização da leitura. Mas, a nível nacional, esta cooperação não se faz sentir. São alguns elementos de cooperação promovidos pela AIDGLOBAL: organização conjunta de formação do pessoal, programas de animação, visitas guiadas de turmas às Bibliotecas Públicas (entrevista com o dirigente da instituição privada).

⁵³ Contexto de actuação da AIDGLOBAL.

A nível do Governo, deve haver uma análise cuidada para ver onde se pode puxar as Bibliotecas Escolares para fazerem um trabalho conjunto com as Bibliotecas Públicas - Ministério da Cultura e Ministério da Educação -, definir um programa de actuação destas Bibliotecas com *corpus* normativos completos e bem desenhados, a partir de uma análise estudada do papel das Bibliotecas Públicas e do que precisam para desempenhar este papel por forma a criar-se condições de trabalho e posterior monitoria de acompanhamento das actividades. Portanto, o grande chapéu que cobre tudo isso é a criação de um Plano Nacional de Leitura e Escrita (que está em curso). Este plano, tem de cobrir, forçosamente, as áreas destes grandes tipos de bibliotecas através de projectos e acções de formação a curto e médio prazo. Só assim é que se conseguirá atingir resultados visíveis (entrevista com o dirigente da instituição pública).

De uma forma geral, registou-se o apoio de instituições estatais (sete), seguido do apoio de instituições privadas (três). Deste apoio, 95% é de natureza técnica e material, 60% de tipo técnico e 5% de carácter financeiro.

Verificam-se muito poucas parcerias e apoios às Bibliotecas Públicas Provinciais.

Tabela 10: Tipos de apoios existentes nas Bibliotecas Públicas Provinciais

Tipos de apoios	Entidades	
<ul style="list-style-type: none"> - Recursos técnicos (como formação e organização); - Recursos materiais; - Recursos financeiros. 	Públicas: <ul style="list-style-type: none"> - BNM; - FBPLP; - Governo Provincial. 	Privadas: <ul style="list-style-type: none"> - HELPO; - Embaixada da Irlanda; - Cooperação Suiça.

As BPP apresentam, de acordo com os inquiridos, parcerias com instituições de ensino (10), especificamente com as Bibliotecas Escolares (nove); informaram ainda, ter parcerias com Universidades e Institutos Politécnicos (oito). Quatro das BPP não responderam sobre as parcerias que possam possuir, três responderam que não possuem nenhuma e uma não especificou o tipo de parceria que possui (*vide* Gráfico 11).

No contexto das parcerias com outras Bibliotecas Públicas, uma BPP revelou total omissão.

Outras parcerias com Hospitais/Centros de Saúde, Clubes desportivos, Teatros e Cafés/Restaurantes, revelaram-se num valor bastante reduzido (um).

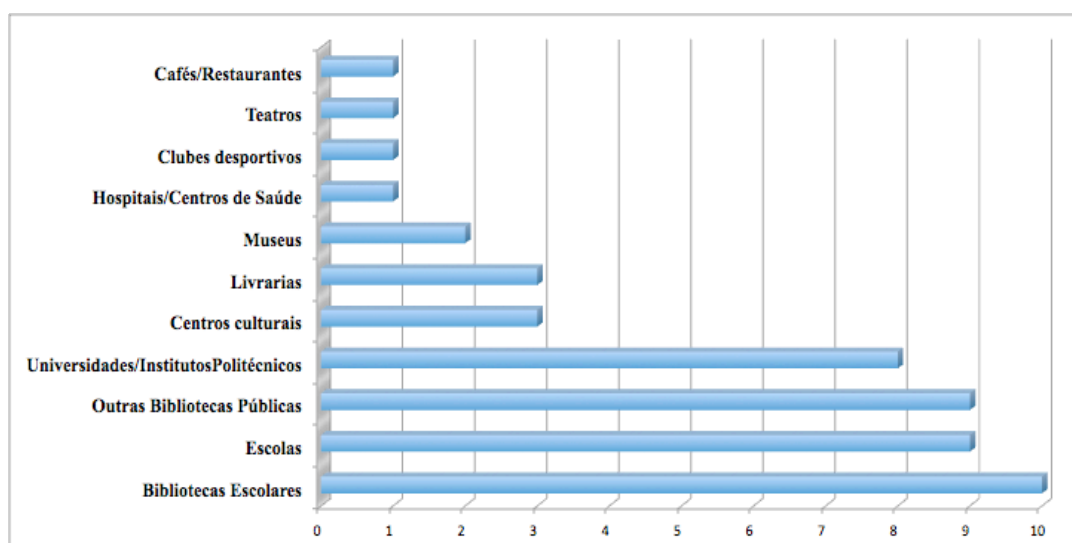


Gráfico 11: Parcerias das Bibliotecas Públicas Provinciais

- Periodicidade

A maioria dos inquiridos informou desenvolver maioritariamente atividades de periodicidade anual (sete), contra um mais reduzido número de actividades sem periodicidade regular (dois). Um, não especificou a periodicidade das suas actividades. Assim, conclui-se que esta situação não possibilita o desenvolvimento das actividades e a avaliação do seu impacto.

As dinâmicas culturais são formas de comportamento e estas não se fazem de uma forma *ad hoc*, como campanha; precisam de ser sedimentadas da mesma forma como são formadas as mentalidades, moldando a forma de estar, comportamento, etc. Com a invasão das novas tecnologias, órgãos de comunicação e redes sociais - tipos e formas de comunicação rápidas e superficiais - a leitura vai ficando erudita; do mesmo modo, os governantes da área da leitura e cultura não são muito sensíveis a esta situação. Não há linhas muito claras de como estabelecer parâmetros de como criar uma cultura de leitura e de acção cultural. E, dado o contexto colonial de privação de estudos, os hábitos de leitura não têm passado de forma natural de geração para geração. Portanto, se o Estado não cria mecanismos educacionais para corrigir este cenário, naturalmente, é muito difícil falar-se de políticas públicas culturais (entrevista com o dirigente da instituição pública).

- **Interacção com os utilizadores**

As Bibliotecas verdadeiramente públicas operam na transformação da sociedade, participando do processo de “ dar a palavra ao *não-público*” (FLUSSER, 1980). O conceito de interacção dos utilizadores nas actividades culturais não tem sido projectado pelas Bibliotecas Públicas como demonstram as respostas dadas pelos inquiridos abaixo.

Sete dos inquiridos informaram não desenvolver quaisquer programas com interacção dos utilizadores. Dois, responderam ter programas que envolvem a participação dos utilizadores mas, destes, um especificou ter contacto com os utilizadores na troca de impressões, para informá-los sobre as normas e regulamento da biblioteca. Um, não respondeu à questão.

Percebe-se também que, nas actividades desenvolvidas por estas bibliotecas, o animador, enquanto agente de animação, centra-se no produto, diferenciando-se, assim, do conceito apresentado por Lopes (2008) segundo o qual na acção cultural, o animador ao centrar-se no processo e não no produto, promove um envolvimento das pessoas a participar, a interagir, a ultrapassar os desafios sociais (LOPES, 2008).

Do mesmo modo, pode-se concluir que a falta de formação versátil destes profissionais tem constituído forte lacuna para a mediação das actividades e sobretudo, para o envolvimento dos utilizadores nas respectivas actividades, como se verifica na argumentação: “A formação é um instrumento de democratização cultural e a formação de profissionais nesta área poderá resolver os vazios da participação por parte dos cidadãos nas tomadas de decisão sobre as políticas culturais” (MARRENGULA, 2012, p. 14).

Percebe-se, assim, que não há um investimento de responsabilidade dos próprios interessados, como é defendido por Botelho (2001).

A posição assumida nestes sistemas não confere com nenhuma das acções básicas da acção cultural apresentadas por Freire (1982), como um processo de *diálogo*, de *conscientização*, de *actividade educativa* e de *libertação*.

- **Divulgação**

A divulgação dos serviços através dos meios de comunicação junto da comunidade é muito importante para que as bibliotecas sejam conhecidas por todos. A estratégia de divulgação pressupõe planos de actividades realistas e de longo prazo, preparados com base no contexto da sociedade, por forma a responder às necessidades dos seus utilizadores (ISSAK, 2000).

Para a promoção das BPP, assim como dos respectivos serviços, destinados a diferentes públicos, os inquiridos informaram publicar a informação na vitrina da Biblioteca (oito); servem-se, igualmente, da oralidade para informarem os utilizadores das suas actividades (sete); recorrem ao apoio de instituições para apresentarem a sua agenda (seis). Verificou-se, também, que algumas BPP usam os órgãos de comunicação social como forma de divulgação de informações das Bibliotecas - rádio (seis), televisão (três) e jornais (um) (*vide* Gráfico 12).

Não se registou qualquer uso de meios electrónicos como Internet, isto é, sítios da biblioteca na Internet ou ligações de e para sítios e portais relacionados para divulgação das informações da Biblioteca.

Desta forma, corrobora-se Issak (2000), na seguinte afirmação: relativamente aos meios de difusão de informação pública, nos países em desenvolvimento, a precariedade das infra-estruturas de difusão da informação dificulta muito a capacidade individual para aceder e compreender a informação e solucionar problemas (ISSAK, 2000).

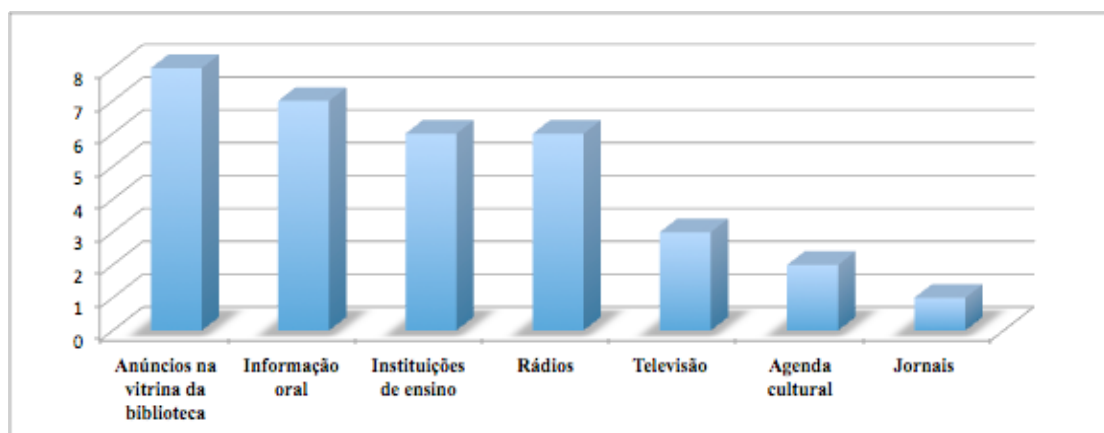


Gráfico 12: Meios de divulgação utilizados pelas Bibliotecas Públicas Provinciais

Apontam-se, contudo, outros meios e formas de divulgação das actividades das Bibliotecas. É possível criar iniciativas de ligação directa com escolas e com comunidades vizinhas, tornando as bibliotecas não apenas lugares onde “moram” livros mas onde acontecem eventos culturais de todo o tipo. “As direcções das bibliotecas não ficam fechadas dentro de si mesmas: saem do seu espaço e vão à procura de ligações com as direcções das escolas e de associações culturais”. Deve haver, por parte destes sistemas e a população de forma geral, um entendimento da cultura interactiva e dinâmica. Contudo, esta dinâmica cultural não deve ser confundida com a realização de eventos e espectáculos (entrevista com o escritor moçambicano).

Outra forma seria, a título de exemplo e para promover a leitura em Moçambique, fazer com que o livro que as pessoas guardam em casa possa tornar-se um objecto de troca e de circulação. Não basta repetir os modelos que foram usados para criar e dinamizar bibliotecas noutros tempos e noutros lugares. São precisos programas inovadores e adequados às circunstâncias culturais e de literacia do País. É preciso, igualmente, associar a existência de bibliotecas a programas criativos de acção cultural, de um modo muito aberto e livre (entrevista com o escritor moçambicano).

Paralelamente, cabe ao órgão coordenador das Bibliotecas Públicas recolher relatórios de acções de sucesso e divulgar pelo País. Desta forma, o País poderá perceber o papel que as Bibliotecas têm a desempenhar na sociedade. Os encontros profissionais deveriam servir para divulgar as acções realizadas e servir como forma de incentivo, capacitação e troca de experiências. É indispensável publicitar largamente as actividades dos profissionais e não apenas numa região ou distrito (entrevista com o profissional da documentação e informação).

- Avaliação das actividades

Para o aperfeiçoamento e aprimoramento das actividades de acção cultural, assim como outras actividades de forma geral, é importante proceder-se à sua avaliação contínua, através de diálogo e reflexão crítica respectiva. Podem ser aspectos de avaliação: os objectivos, as metodologias de trabalho, as técnicas

adoptadas, a interacção entre os grupos, a infra-estrutura, os recursos oferecidos pelas bibliotecas, a qualidade da produção cultural, entre outros (CABRAL, 1989).

Relativamente à avaliação dos projectos ou actividades desempenhadas pelas Bibliotecas, apenas seis directores responderam fazer avaliação, contra quatro que responderam não desenvolver acções avaliativas das actividades. Dos seis que avaliam os seus projectos, apenas três especificaram o tipo de avaliação efectuada:

- Actividades documentadas em relatórios mensais e anuais;
- Observação da postura dos utilizadores nas actividades.

Da informação apresentada pelos inquiridos, pode-se concluir que a prática de avaliação das actividades não é usual nos seus sistemas de informação. Deste modo, é possível concluir que a ausência desta avaliação não tem proporcionado o melhoramento da qualidade dos serviços; a elaboração de um plano que trace o futuro das Bibliotecas; o desenho de uma política de comunicação e difusão, entre outros aspectos. Tais condições só ocorrem quando são identificados, com indicadores precisos, impactos junto da comunidade e rentabilidade social dos seus serviços (LOZANO DÍAZ, 2006).

- **Dificuldades**

A totalidade dos inquiridos indicou possuir dificuldades relativamente aos Recursos financeiros; nove, informou ter dificuldades em estabelecimento de parcerias e/ou na obtenção de apoios. Foram, ainda, referidas dificuldades com as Orientações das políticas culturais (ou sua ausência) (quatro); desadequação dos espaços ou locais (quatro). Com menor número de ocorrência, registam-se questões de Formação e/ou competências em animação sociocultural (três); e, distância (localização geográfica) (dois). Nenhum dos inquiridos informou ter dificuldades de participação nas actividades (*vide* Gráfico 13).

Reafirma-se, contudo, que devido à crise económica, se verifica uma excessiva centralização na gestão das Bibliotecas, falta de recursos humanos qualificados, assim como, ausência de coordenação e cooperação dentro dos serviços de Bibliotecas, ainda ausentes em muitos países africanos (ISSAK, 2000).

Por outro lado, confirma-se também a tese de Marrengula (2012): a formação dos profissionais, a difusão da cultura moçambicana e das respectivas *políticas culturais*, constituem grandes desafios apontando, primeiramente, para a necessidade de mudança de atitudes dos profissionais de Informação em relação à respectiva aplicação; assim como, a crença do forte papel das Bibliotecas Públicas como sistemas potenciadores do desenvolvimento integral da sociedade e da respectiva economia. Sublinha-se, pois, a necessidade de melhorar os instrumentos de intervenção dos profissionais de Informação, manifestado nas vontades políticas.

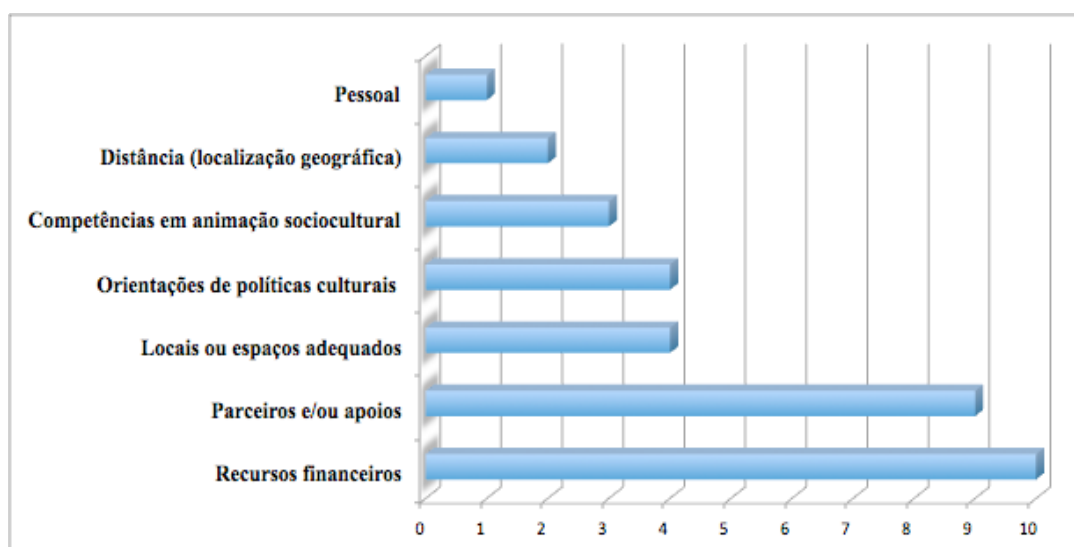


Gráfico 13: Dificuldades enfrentadas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais

5.3 Coordenação das Bibliotecas Públicas

A coordenação das Bibliotecas deveria ser suportada por um órgão que coordene exclusivamente as Bibliotecas Públicas, naturalmente, sob orientação da BNM; a formação das Bibliotecas Públicas deve ser devidamente capacitada com especialidade para os trabalhos a desempenhar e não de mera formação básica e, as acções devem ser realizadas por um trabalho em Rede, através de apoios e parcerias diversas. Os problemas de gestão das Bibliotecas Públicas vão para além da coordenação da BNM (entrevista com o dirigente da instituição pública).

Quanto ao nível de importância atribuída às actividades da BNM, relacionadas com a coordenação das BPP (*vide* Tabela 10), são apontados como aspectos muito importantes:

- a supervisão e administração de outras Bibliotecas,
- a promoção da colaboração com outras Bibliotecas;
- a promoção de programas de promoção da leitura em articulação com as Bibliotecas Públicas.

Relativamente às actividades de formação desenvolvidas pela BNM, apenas foi identificada a formação em Técnicas documentais. Não são desenvolvidas quaisquer outras acções de formação como, por exemplo, gestão de projectos e acção cultural.

Tabela 11: Importância atribuída às actividades de coordenação das Bibliotecas Públicas Provinciais

Muito importante	Importante
Adquirir e conservar cópias de todos os documentos pertinentes publicados no país.	Promover a divulgação do livro e do autor moçambicano.
Produzir a bibliografia nacional.	Apoiar entidades que promovam o livro e a leitura.
Supervisionar a administração de outras bibliotecas.	Apoiar as actividades e/ou o funcionamento das Bibliotecas Escolares.
Assegurar e manter actualizada uma colecção ampla e representativa da literatura estrangeira, incluindo documentos sobre o país.	Proporcionar a aprendizagem informal.
Promover a colaboração de outras bibliotecas.	Promover a intervenção cívica.
Actuar como centro nacional de informação bibliográfica.	Dar a conhecer obras de autores estrangeiros consagrados.
Promover um Programa de Promoção da Leitura em articulação com as Bibliotecas Públicas.	
Produzir e disponibilizar informação sobre autores moçambicanos, editores e livrarias.	
Desenvolver conteúdos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral.	
Promover o contacto e utilização das TIC como apoio à leitura.	
Possibilitar um espaço para estudo.	

No respeitante às parcerias a nível das actividades de coordenação, foram indicadas, como parceiras, outras Bibliotecas Públicas e Instituições/empresas públicas e privadas. Os apoios são, especificamente, de carácter técnico/consultoria, material - fundos documentais, mobiliário e material informático (*vide* Tabela 12).

Constata-se que a BNM, igualmente às outras Bibliotecas Públicas, apresenta muito poucas parcerias a nível privado e, sobretudo, a nível público (*vide* Tabela 12).

Tabela 12: Instituições parceiras da Biblioteca Nacional de Moçambique

Instituições/empresas públicas	Instituições/empresas privadas
FBLP	Banco Comercial de Investimento
Embaixada da China	
Ministério da Ciência e Tecnologia	

Encoraja-se, assim, a criação de redes de diferente âmbitos. A rede de Bibliotecas Escolares que a AIDGLOBAL, por exemplo, promoveu no distrito de Chibuto, funcionou porque existiu uma cooperação entre as Bibliotecas Escolares e a Biblioteca Municipal. Foram aspectos de cooperação a capacitação e realização de actividades de dinamização da leitura. Contudo, não se tornou um modelo bem sucedido porque a Biblioteca Municipal era pequena para atender a toda população. Entre outros aspectos, não se verificou uma cultura eficaz de empréstimo de livros para que o livro possa circular largamente. Do mesmo modo, não se verificou a implementação de sistema de informatização dos catálogos das Bibliotecas envolvidas, para que se pudesse agilizar a recuperação eficaz da informação, assim como a preservação da memória informacional. Chegou-se a estes resultados a partir da monitorização dos projectos (entrevista com o dirigente da instituição privada).

Para existir uma cooperação eficiente e eficaz, deve primeiramente desenhar-se uma Rede de Bibliotecas Públicas. Este projecto deve ser minuciosamente estudado, comparando programas já implementados e por implementar para se perceber a dimensão que se pretende alcançar em função da situação real do País. O desenho desta Rede deve ser feito por especialistas da área, num processo faseado (pode implicar anos de trabalho). A efectivação desta rede deve contar com o Plano Nacional de Leitura como fundamento conceptual. Deve, igualmente, congrega esforços dos diversos sectores afins (entrevista com o profissional da documentação e informação).

- **Estágio das actividades de coordenação**

Quanto ao estágio, de dificuldades ou de sucessos com que os respondentes classificam a coordenação das Bibliotecas Públicas (*vide* Tabela 13), é apresentada, como única actividade de sucesso, a Criação da Página web da Biblioteca Nacional. As actividades a requerer melhoria são: Cooperação inter-bibliotecas e Exigência de relatórios anuais de actividades às Bibliotecas Públicas.

As actividades que estão em implementação são: Planeamento e desenvolvimento de iniciativas locais e regionais de cooperação dentro dos parâmetros estabelecidos e que permitam a compatibilização com outros projectos de nível nacional; a Criação de um catálogo Manual/*Online* a nível nacional e regional; e, a Realização regular de encontros profissionais.

Tabela 13: Estágio das actividades de coordenação das Bibliotecas Públicas Provinciais

Actividades de coordenação	Implementado com sucesso	Implementado mas a requerer acções de melhoria	Em implementação	Não aplicável
Cooperação inter-bibliotecas.		x		
Planear e desenvolver iniciativas locais e regionais de cooperação dentro dos parâmetros estabelecidos, que permitam a compatibilização com outros projectos de nível nacional.			x	
Investir num programa de apoio às Bibliotecas Escolares, através da assinatura de protocolo de colaboração entre Autarquias e Escolas.				x
Concertar localmente formas de cooperação entre os organismos responsáveis pela produção, promoção e difusão do livro.			x	
Criação de um catálogo Manual/ <i>Online</i> a nível nacional e regional.			x	
Realização regular de encontros profissionais.			x	
Criação da Página web da Biblioteca Nacional.	x			
Projectos, parcerias e actividades livres e de abertura à comunidade.				x

Actividades de coordenação (Continuação)	Implementado com sucesso	Implementado mas a requerer ações de melhoria	Em implementação	Não aplicável
Apoio à aquisição e desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo autónomos das Bibliotecas Públicas.				X
Dinamização de actividades livres, de carácter lúdico e cultural.				X
Disponibilização de espaços, tempos e recursos para a iniciativa e intervenção livre dos alunos.				X
Promoção de actividades de animação e apoio à família.				X
Criação de grupos regionais de trabalho que procedam ao levantamento das reais necessidades das Bibliotecas da Rede.				X
Sustentar uma regionalização como estratégia de promoção da leitura.				X
Possibilitar um espaço para estudo.			X	
Promover o envolvimento das Bibliotecas Públicas no processo de aquisição de uma única solução informática, de forma a garantir a automatização integrada das várias áreas funcionais da biblioteca e a partilha de informação e de recursos entre as Bibliotecas da Rede.				X
Procurar localmente engendrar políticas comuns em torno da promoção do livro e da leitura que envolvam todas as entidades locais e regionais que disponibilizam o livro, sendo que desta forma se poderá rentabilizar os recursos de cada uma e pôr cobro às necessidades da leitura pública.				X
Exigir às Bibliotecas que pertencem à Rede que apresentem relatórios anuais de actividades.		X		

A BNM não promove nenhuma acção de animação sociocultural através da coordenação das Bibliotecas Públicas. Não apresenta nenhum programa de avaliação destas actividades. Contudo, realiza balanços regulares de outras actividades.

A interacção dos directores das Bibliotecas Públicas para a elaboração de políticas e regulamentos para as respectivas Bibliotecas, ocorre durante os encontros nacionais promovidos pela BNM.

- **Dificuldades de coordenação das Bibliotecas Públicas**

Relativamente às dificuldades que a BNM enfrenta na coordenação das Bibliotecas Públicas, são indicados como aspectos de maior importância: a Política cultural nacional; a Cooperação entre bibliotecas; a Cooperação com a comunidade; os Recursos Humanos, Técnicos e Financeiros; a Formação em animação sociocultural; a Legislação; Definição de objectivos e missão; a Cooperação com as Escolas; a Cooperação com o órgão de tutela; e, a Formação em Técnicas documentais.

Em contrapartida, são indicados, como aspectos de menor importância: a Formação em gestão administrativa; a Formação em gestão de projectos; os Regulamentos internos, e, a Cooperação com os órgãos de comunicação social (*vide* Gráfico 14).

A BNM é o órgão máximo de gestão das Bibliotecas Públicas mas, no entanto, o que se percebe é que esta não tem meios para fazer esta coordenação e monitorar as suas actividades (entrevista com o dirigente da instituição pública). A entrevista com o profissional da documentação e informação também referiu a argumentação que a BNM não tem meios financeiros para fazer uma coordenação eficaz. Os apoios recebidos não são suficientes. Contudo, acredita-se que a BNM não pode melhorar o seu desempenho apenas com meios financeiros. A coordenação deve ser composta por uma equipa de dirigentes técnicos com capacidade de melhorar as actividades.

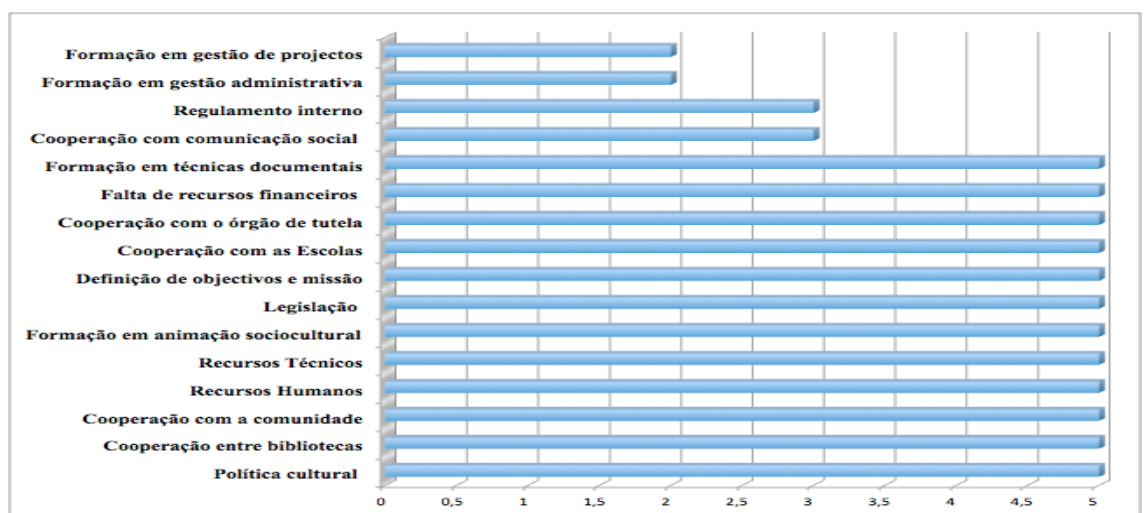


Gráfico 14: Dificuldades de coordenação das Bibliotecas Públicas Provinciais

Sugestões de melhoria da prestação dos serviços de promoção da cultura nas Bibliotecas Públicas

O grande problema da iliteracia funcional não se confina ao uso do livro em salas de aula, devendo estender-se às Bibliotecas. Acredita-se que a importância das bibliotecas começa a enraizar-se em Moçambique, uma vez que começam a existir mais bibliotecas, tanto públicas como escolares. Do mesmo modo, começam já a ser promovidas algumas actividades de dinamização da leitura. Considera-se importante que os professores e bibliotecários, entre os demais agentes culturais, sejam capacitados com abordagens em dinamização da leitura e promoção da acção cultural de forma geral, recorrendo-se a estes profissionais como actores principais deste processo. Considera-se, de igual modo importante, que estas acções culturais e as respectivas parcerias devam ser promovidas a diferentes níveis, desde o local ao internacional (entrevista com o dirigente da instituição privada).

Considera-se que a situação em Moçambique vá melhorar, uma vez que já começam a existir escolas de formação e que se têm desenvolvido. As potencialidades existem, para tal. Do mesmo modo como se conseguiu implementar o projecto de Biblioteca Nacional, ao melhorar o Plano de Educação e da Cultura, em articulação com as mudanças sociais e culturais que se têm verificado, poderão impulsionar-se as exigências dos cidadãos para serviços melhores e Bibliotecas Públicas apetrechadas (entrevista com o profissional da informação).

Portanto, espera-se que a leitura nas bibliotecas não se limite ao uso do livro físico, deve acompanhar os avanços tecnológicos, deve-se oferecer outras alternativas como o livro electrónico, o áudio livro e todos os outros suportes (entrevista com o escritor moçambicano).

Questionados sobre quais as sugestões relativamente às actividades de promoção da cultura desenvolvidas nas respectivas Bibliotecas, o universo dos 10 inquiridos respondeu sobre a necessidade de melhorar:

- na dotação das Bibliotecas (edifícios, recursos humanos e materiais);
- na informatização dos catálogos;
- na formação contínua dos bibliotecários, com destaque para a formação específica em acção cultural;

- na injeção de recursos financeiros, materiais e humanos para a concretização das actividades;
- na maior colaboração e estabelecimento de diferentes parcerias com vista a um objectivo comum;
- no aumento de iniciativas recreativas e inovadoras;
- em políticas culturais tornando-as mais claras e precisas, com vista a impulsionar os desafios das BPP na promoção da acção cultural;
- na criação de um catálogo colectivo *online*, ligando todas as bibliotecas em Rede;
- na formação em técnicas documentais e animação sociocultural.

Sugestões/observações gerais dos directores das Bibliotecas Públicas

Da questão aberta sobre o contributo dos inquiridos com sugestões para a melhoria do desempenho das Bibliotecas Públicas de forma geral, estes indicaram a necessidade de:

- criação de diferentes tipos de bibliotecas, alternativas (Itinerantes, Digital);
- estabelecimento de políticas públicas culturais claras e elaboração de um plano de leitura
- actualização contínua dos fundos documentais;
- disponibilização de bolsas de estudo para formação superior e específica do pessoal;
- uniformização das actividades com propostas de modelos de sucesso;
- distribuição equitativa de recursos financeiros, materiais e humanos;
- autonomia administrativa e financeira;
- elaboração de programas específicos para promoção da cultura nas Bibliotecas;
- maior divulgação dos serviços das Bibliotecas com vista a atingir toda a comunidade;
- aprovação da lei de depósito legal para dinamização das colecções da BNM.

5.4 Impacto das Bibliotecas Públicas no Desenvolvimento Humano da Sociedade Moçambicana

As Bibliotecas, de forma geral, ainda não se fazem sentir. Sente-se o impacto que os centros culturais têm vindo a promover nos diferentes níveis da acção cultural, “as bibliotecas *per si* não”. O que pode determinar este impacto é a posição política e de execução dos gestores, munidos de sensibilidade para a promoção da acção cultural nas bibliotecas (entrevista com o dirigente da instituição privada).

O impacto que as Bibliotecas Públicas apresentam no desenvolvimento humano e cultural da sociedade moçambicana não é notório. A título de exemplo, o FBLP promoveu inquéritos sobre as práticas de leitura em Moçambique (1994 e 2011) e os resultados destes não mudaram muito; revelaram que as pessoas não vão a uma Biblioteca Pública para ler um romance ou poesia, mas à procura de um livro de agronomia e agricultura, por exemplo. Outras pessoas, nem sequer conhecem uma biblioteca ou vão a uma biblioteca. Esta situação reflecte-se, quer no ensino elementar, quer no ensino superior. De igual modo, a nível da comunicação social, assistimos a pessoas nas televisões que, quando lhes é perguntado qual o título do último livro que leram, não se lembram, mesmo quando se trata da autoria de algumas personalidades influentes na sociedade moçambicana (entrevista com o dirigente da instituição pública).

Não obstante, a maior parte dos directores das Bibliotecas inquiridos (nove), reconhece que o grande trabalho na área da biblioteconomia reside no impacto que as Bibliotecas Públicas apresentam no desenvolvimento humano e cultural da sociedade e no facto de a promoção da leitura poder ser feita através de actividades culturais diversificadas, como peças de teatro ou outros espectáculos.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

Com o intuito de aferir em que medida as BPP desenvolvem acção cultural e que impacto apresentam para o desenvolvimento humano, os resultados obtidos vêm confirmar, de forma geral, as hipóteses da pesquisa, bem como dados convergentes com a literatura referenciada.

Relativamente aos aspectos normativos das BPP, verifica-se que Moçambique possui legislação de Bibliotecas Públicas. São enumerados documentos que referem apenas questões de parâmetros de criação, Estatutos e Regulamento Internos, constatando-se a ausência de documentos descritivos e detalhados que regulamentem procedimentos de funcionamento e desenvolvimento dos serviços prestados pelos sistemas. Confirma-se, assim, a hipótese que argumenta que o sector da Documentação e Informação em Moçambique ainda não apresenta uma política pública cultural delineada em função dos respectivos serviços/áreas. Daqui se conclui, a necessidade de criação de instrumentos reguladores precisos sobre a implementação e disseminação dos serviços prestados pelas BPP.

Corroborando Marrengula (2012), a implementação e difusão das políticas culturais também constitui um desafio a nível do Governo. Esta acção pressupõe uma mudança de atitude dos gestores destes sistemas em relação ao papel das Bibliotecas Públicas Provinciais como sistemas necessários e indispensáveis para o desenvolvimento do País.

Relativamente aos serviços prestados pelas BPP, constata-se que são relativamente semelhantes em todas as Bibliotecas, existindo apenas diferenças em função do contexto de apoios e parcerias estabelecidas com outras instituições. Tais serviços caracterizam-se, essencialmente, por leitura de presencial de livros, entre outros com reduzido número de ocorrências, nomeadamente: serviço de Acesso à Internet, serviço de informação à comunidade, formação de utilizadores e reprodução de documentos através de fotocópias. Esta ilação confirma a hipótese que constata que grande parte dos sistemas oferecem serviços/actividades de apoio ao processo educativo, disponibilizando colecções compostas, essencialmente, por manuais

escolares e obras de referência. Serviços como mediateca, hemeroteca, gestão de projectos ou elaboração e manutenção de sítios web - são menos frequentes.

Por outro lado, compõem as actividades culturais palestras de promoção do gosto pela cultura, exposições, concursos, feiras do livro e, numa dimensão reduzida, animação infantil.

A acção cultural deve constituir a função primeira das Bibliotecas Públicas, caracterizada por “dar a palavra” ao público em geral, sem exclusão. A acção cultural proposta neste estudo é a acção defendida por Freire (1982), que promove uma atitude de diálogo, consciência, educação e libertação. Verifica-se, portanto, pela natureza das actividades culturais desenvolvidas pelas BPP, a ausência de programas de acção cultural. Uma tal constatação permite concluir de total concordância com Mia Couto (entrevista com o escritor moçambicano) ao afirmar que a grande preocupação deve ser a vontade de se “criar uma dinâmica cultural que não se confunda com a realização de eventos e espectáculos”.

O desenvolvimento destas actividades de animação é constituído por acções organizadas de forma isolada sem periodicidade regular e sem enquadramento político-estratégico, por ausência de reflexão e debate.

O público destes serviços é essencialmente jovem em idade escolar, frequentando o ensino secundário e, sobretudo, pré-universitário e universitário, não se constatando qualquer actividade cultural destinada à comunidade de uma forma geral. Ao orientarem-se quase que exclusivamente para o atendimento do público escolar, as BPP foram deixando de cumprir a sua função primordial, de promover a aprendizagem ao longo da vida.

O envolvimento dos utilizadores nas actividades de acção cultural revela-se, na sua essência, bastante ausente. Infere-se, contudo, que as actividades são projectadas com base num início, desenvolvimento e fim previsto, isto é, de tal forma que não consideram o momento interventivo e simultâneo dos seus públicos. Tais actividades respondem muito ao formato tradicional, subsistindo “paredes” a separar bibliotecários de utilizadores. Verifica-se que, nas BPP, a formação dos utilizadores se limita à orientação ao nível do uso e funcionamento da Biblioteca, não se estendendo, por exemplo, a assuntos de carácter político, social, étnico, económico, cultural ou outros directamente relacionados com o ensino.

Uma outra variável igualmente importante, para perceber em que medida são desenvolvidas as actividades culturais, respeita à formação dos quadros das BPP.

Constata-se a existência de profissionais de informação com formação superior e com, pelo menos, uma formação mínima em técnicas documentais, revelando-se competentes para exercer a função de dirigentes destes sectores. Verifica-se, contudo, que grande parte não tem qualquer formação ou domínio em temáticas de gestão que lhes possibilitem actuar como mediadores da informação e conhecimento. Os dirigentes reconhecem, porém, a carência em formação complementar, destacando-se, assim, a necessidade de desenvolvimento de novas competências em áreas de gestão administrativa, programas informáticos e projectos culturais. Deste modo, conclui-se que a infraestrutura da formação académica e profissional não cobre as necessidades reais das bibliotecas existentes.

Esta situação reafirma a tese que argumenta que os bibliotecários estão conscientes do importante papel das Bibliotecas Públicas na vida cultural da sociedade mas, por limitações de meios materiais, financeiros e humanos acabam por realizar, por praticidade, apenas actividades com que estão mais familiarizados (RIBEIRO e CUNHA, 2007).

Relativamente ao impacto das BPP no desenvolvimento humano, verifica-se que não existe nas BPP qualquer sistema de avaliação que meça o impacto dos respectivos serviços junto das comunidades. Subentende-se, contudo que, ao atender às necessidades didácticas dos estudantes, possam estar a contribuir significativamente para a satisfação das necessidades informacionais deste público. Pelo facto de estes sistemas não estarem voltados para atender as necessidades informacionais da comunidade em geral, não se verifica, qualquer impacto directo dos mesmos na sociedade em geral, ou um impacto pouco notório.

Não obstante este contexto, as BPP em Moçambique têm uma importância vital, sendo “uma das únicas vias para que o livro chegue às pessoas em toda a geografia do país. Mas, para que essas bibliotecas tenham vida e convoquem a atenção dos potenciais usuários é preciso fazer com que esses lugares se tornem vivos e atraentes. Não se pode pensar que basta apetrechar os lugares com obras literárias ou outras” (entrevista de Mia Couto).

Tal como referido por diversos autores, este cenário evidencia a necessidade da redefinição do papel das BPP em Moçambique, considerando os respectivos parâmetros de coordenação, visando, sobretudo, atender as necessidades locais, especificamente no que diz respeito à posição política e ao papel dos profissionais em relação com os seus públicos-alvo.

6.2 Recomendações

A necessária transformação das Bibliotecas Públicas deve ocorrer, como argumenta Lozano Díaz (2006), a partir de um trabalho conjunto: um diagnóstico da situação (insatisfatória tanto quanto foi possível apurar) da sociedade e a formulação de uma visão, planificando a etapa de gestão da mudança e respectiva execução.

Para tal mudança recomenda-se, como primeiro plano, a consciencialização do papel vital das BBP em Moçambique e o respectivo impacto para o desenvolvimento humano da sociedade. Tal consciência deve existir no seio dos profissionais, do Governo e da população em geral.

Num segundo plano, recomenda-se um maior compromisso do Governo na definição de legislação específica que oriente o funcionamento e implementação das actividades destes sistemas. Tais documentos normativos deverão fundamentar a reformulação dos respectivos serviços. Do mesmo modo se aconselha um maior investimento financeiro do Governo destinado às BPP, de forma a torná-las autónomas; assim como, a definição de estratégias de implementação no que se refere à promoção da acção cultural nestes sistemas. Tal acção deve ser acompanhada de um gestor comprometido com esta questão.

Paralelamente, recomenda-se que, atendendo ao contexto das Bibliotecas Públicas funcionarem como Bibliotecas Escolares em Moçambique, se estabeleçam parcerias entre estas Bibliotecas. Encoraja-se, ainda, a criação de parcerias entre as Bibliotecas Públicas e outras unidades documentais, com a comunidade em geral, com outros sectores do Governo, organizações privadas e órgãos de comunicação social.

Num terceiro plano, deverão ser criadas condições para a definição e a criação de uma efectiva Rede de Bibliotecas Públicas. Por sua vez, tal rede deverá:

- Apresentar uma política clara, definindo objectivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local;
- Assegurar a cooperação com diversos parceiros, como por exemplo, grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional;

- Prestar serviços adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.

6.3 Limitações e Trabalhos Futuros

6.3.1 Limitações

O estudo descreveu o contexto da realização das actividades culturais a partir de um universo de dirigentes das Bibliotecas Públicas Provinciais e uma amostra de representantes dos sectores do Livro, Leitura e Bibliotecas. Consequentemente, não é possível estender os resultados obtidos a todas as Bibliotecas Públicas de Moçambique.

Os dados específicos de análise sobre os serviços das BPP corresponderam a uma recolha de informação a partir dos inquiridos, não presencial. Tal instrumento limitou a possibilidade de se recolher informações mais profundas sobre o tema, assim como esclarecimentos complementares relativamente aos dados fornecidos, não se tendo incluído questões que exigissem explicação detalhada.

Ainda que se tenha obtido uma percentagem de resposta aos questionários de 90% relativamente ao universo definido, os resultados obtidos não reflectem respostas detalhas e aprofundadas para avaliar os sistemas de informação em termos das metodologias utilizadas para a prestação dos respectivos serviços, o que constitui outra limitação da pesquisa, decorrente da dificuldade de levantamento de dados de campo.

Uma outra limitação, relativa à extensão da pesquisa, não permitiu que tivessem sido questionados aspectos relacionados com as condições específicas de recursos físicos, materiais, financeiros e humanos utilizados na realização das actividades culturais; assim como, estratégias de acção, divulgação e execução de actividades culturais, tendo presente a diversidade linguística e étnica da sociedade.

Do mesmo modo, não foram inquiridos os utilizadores das Bibliotecas Públicas, entre outros intervenientes responsáveis pela criação destes serviços, respectivamente: outros bibliotecários, decisores políticos, parceiros, sendo que, para este efeito, seria desejável uma maior proximidade física relativamente aos inquiridos.

6.3.2 Trabalhos Futuros

Naturalmente, o tema não se esgotou nesta pesquisa. Assim sendo, é intenção da proponente aprofundar os assuntos apresentados.

É possível refirmar e aprofundar os instrumentos de análise dos dados, tanto a descrição e interpretação das actividades culturais, como a mensuração do impacto das Bibliotecas Públicas para o desenvolvimento humano, considerando-se questões específicas do contexto de realização das actividades culturais.

Este estudo poderá ser igualmente replicado nas demais Bibliotecas Públicas e Escolares, a fim de confirmar, ou não, o mesmo padrão de resultados, ampliando-se o conhecimento do número e tipo de actividades culturais realizadas nestas realidades, assim como o respectivo modelo de redes de trabalho. Neste sentido, poderiam ser feitas comparações do funcionamento entre os diferentes tipos de bibliotecas.

É também orientação, para trabalhos futuros, a realização de uma reflexão aprofundada sobre os utilizadores das Bibliotecas Públicas, analisando o seu nível de envolvimento, participação e satisfação com o objectivo de desenvolver serviços adequados às suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRICAN PÚBLIC LIBRARIES NETWORK – **African public libraries summit : towards an enabling policy environment for public libraries** [Em linha]. Joanesburgo, 19 a 20 de Setembro de 2012. [Consult. 16 Jun. 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://www.african-public-libraries-summit.org/ressources/APLS2012/div/Communique_Framework_African_Public_Libraries_Summit.pdf>.
- AGUALUSA, José Eduardo – As literaturas da Independência. **Estante**. 6 (Verão 2015). ISSN 2183-2617.
- ALI, Momade Amisse – **Bibliotecas públicas e construção da cidadania : desafios no âmbito da sociedade da informação em Moçambique** [Em linha]. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Dissertação de mestrado. [Consult. 28 Out. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECIC-8EUNEB>>.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa – A ação cultural do bibliotecário : grandeza de um papel e limitações da prática [Em linha]. **Revista de biblioteconomia e documentação**. 20, 1/4 (Jan./Dez. 1987), 31-38. [Consult. 10 Set. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002137&dd1=0e78e>>.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco – **Biblioteca pública : avaliação de serviços**. Londrina : Eduel, 2003. 288 p. ISBN 85-7216-394-8.
- AMARAL, Wanda – Documentação em Moçambique : origem e evolução. In **Seminário Gestão da Informação no contexto Moçambicano**. Palestra proferida na UEM/ECA, 19. Set. 2014.
- _____ – Educação e formação para uma gestão efectiva de bibliotecas : o caso de Moçambique. **PÁGINAS a & b**. Lisboa : Colibri. ISSN 0873-5670. (3) (1999), 67-73.
- _____ – Sistemas e serviços de informação em Moçambique : panorama geral. Comunicação apresentada no **Ciclo de palestras do 1º aniversário a DABA**, 14-15.Dez.1994, Luanda.
- ANDER-EGG, Ezequiel – **Metodologias y prácticas de la animación sociocultural**. Madrid. Editorial CCS, 2000. 431 p. (Escuela de animación ; 31). ISBN 84-8316-365-9.

- AZEVEDO, Carlos A. Moreira ; GONÇALVES, Ana – **Metodologia científica : contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos**. Porto : C. Azevedo, 1994. 154 p. ISBN 972-9114-10-2.
- AZEVEDO, Mário – **Teses, relatórios e trabalhos escolares: sugestões par estruturação da escrita**. Lisboa : Universidade Católica, 2000. 129 p. ISBN 972-54-0015-1.
- BATISTA, António Manuel Rodrigues Ricardo – Animação sociocultural : imprecisões, ambiguidades, incertezas e controvérsias de uma ocupação profissional **Fórum sociológico** [Em linha]. ISSN 2182-7427. 25 (2014), 23-31. [Consult. 27 Jun. 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://sociologico.revues.org/898 ; DOI : 10.4000/sociologico.898>.
- BOLÉO, Oliveira - **Monografia de Moçambique**. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1971.
- BOTELHO, Isaura – Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo Perpec**. [Em linha]. 15, 2 (Abr./Jun. 2001), 73-83. [Consult. 15 Jul. 2014]. Disponível em WWW: < URL:http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. ISSN 1806-9452.
- BRASIL. Biblioteca Nacional - **Biblioteca pública : princípios e directrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 160 p. (Documentos técnicos ; 6). ISBN 85-85023-83-X.
- BRETTAS, Aline Pinheiro – A biblioteca pública : um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos : revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação** [Em linha]. 24, 2 (Jul./Dez. 2010), 101-118. [Consult. 20 Set. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1153/1030>. ISSN 2236-7594.
- BUNDY, Alan (ed.) – **Australian and New Zealand information literacy framework : principles, standards and practice**. 2nd. ed. Adelaide : Australian and New Zealand Institute for Information Literacy, 2004. 48 p. ISBN 1-920-927-00-X.
- CABRAL, A . M. R. – **Ação cultural bibliotecária : aspectos revelados pela prática**. Belo Horizonte: UFMG, 1989. Dissertação de Mestrado.
- _____ – Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira - **Biblioteca escolar : espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. P. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.
- CABREIRA, Adriana Ferreira – **Serviços de informação nas bibliotecas públicas da Grande Florianópolis** [Em linha]. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 35 p. Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de

- Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. [Consult. 27 Out. 2014]. Disponível em WWW: <URL:https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/121174/301512.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- CALIXTO, José António ; PARREIRA, Zélia – A regulamentação legal das bibliotecas públicas [Em linha]. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. 11 (2012). [Consult. 25 Ago. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/409/pdf>.
- CARIAS, Natália Maria – **Biblioteca dual : de biblioteca escolar a biblioteca pública** [Em linha]. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2012. 112 p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Bibliotecas Escolares e Literacias do Séc. XXI. [Consult. 30 Janeiro. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3836/dissert.pdf?sequence=1>.
- CARVALHO, Paula Gonçalves – **Estudos económicos e financeiros** [Em linha]. Maputo : BPI, 2013. 18 p. [Consult. 30 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://www.bancobpi.pt/content/conn/UCM/uuid/dDocName:PR_WCS01_UCM01005670>.
- COELHO, Francisco Teixeira.- **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo : Iluminuras, 1997. Vol. 1, 383 p.
- _____ - **O que é ação cultural**. São Paulo : Brasiliense, 2001. 96 p. (Primeiros passos ; 216). ISBN 978-85-1100-157-0.
- _____ - **Usos da cultura : políticas de ação cultural**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997. 124 p.
- COPENHAGEN DECLARATION - Public libraries and the information society. In **Copenhagen Conference 14-15th October 1999**. [Em linha]. Copenhagen: European Commission, 1999. [Consult. 22 Out. 2014] Disponível em WWW: <URL:http://presentations.aakb.dk/CopenhagenConference99/Deklaration.pdf>.
- CORTÊS, António – O paradigma social do “Desenvolvimento Humano” : o contributo para uma refundição ética dos direitos fundamentais [Em linha]. **RIDB**, 3, 4 (2014), 2671-2697. [Consult. 8 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2014/04/2014_04_02671_02697.pdf>.
- COSTA, António Firmino da – Políticas culturais : conceitos e perspectivas. Lisboa : **Observatório das Atividades Culturais** [Em linha]. ISSN 0873-8831. 2 (1997), 10-14. [Consult. 10 Nov. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=

0CB8QFjAAAhUKEwi04tKYuPbGAhVmEXIKHdeHCDk&url=http%3A%2F%2Fwww.gepac.gov.pt%2Fgepac-oac%2Fobs-n-2-3-pdf.aspx&ei=95WzVfSKMuaiyAPXj6LIAw&usq=AFQjCNGBneBeiFZ3t_BiJESzYuFqrIKv1g&sig2=H5LgKfYyxzZXxRhYU-qTpA&bvm=bv.98717601,d.ZGU>.

COUNCIL OF EUROPE ; EBLIDA - **Guidelines on library legislation and policy in Europe** [Em linha]. Strasbourg : Council of Europe, 2000. 13 p. [Consult. 14 Abr. 2015]. Disponível em WWW: <URL: [https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/resources/DECS_CULT_POL_book\(2000\)1_EN.pdf](https://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/culture/resources/DECS_CULT_POL_book(2000)1_EN.pdf)>.

CPLP - Estatísticas da CPLP, 2012 [Em linha]. Lisboa : INE, 2013. 301 p. ISBN 978-989-25-0110-9. [Consult. 24 Abr. 2015]. Disponível em WWW: <URL: file:///C:/Users/Maria/Downloads/ECPLP_2012_1.pdf>.

CUNHA, Vanda Angélica – **Profissional da informação na biblioteca pública contemporânea : o bibliotecário e a demanda por educação continuada** [Em linha]. Salvador : Universidade Federal da Bahia, 2002. 191 p. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. [Consult. em 10 Jul. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/4729/1/AndreiaRibeiro.pdf>>.

DESHAIES, Bruno ; BAPTISTA, Luísa – **Metodologia da investigação em ciências humanas**. Lisboa : Instituto Piaget, 1997. 456 p. (Epistemologia e sociedade ; 65). ISBN 972-8329-95-4.

DIAS, Adélio Segredo – **A atuação informacional do Instituto Camões no processo de construção da cidadania moçambicana : o caso de Maputo** [Em linha]. Belo Horizonte : Universidade Geral de Minas Gerais, 2006. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Ciência da Informação.

DUCKWORTH, Ana Maria [et al.] – Biblioteca pública e comunidade : prestação de serviço de utilidade pública. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16, 1991, Salvador [Em linha]. In **Anais**. Salvador : Associação Profissional dos Bibliotecários da Bahia. 2, (1991) 211-233.

ESCARDÓ I BAS, Mercé - **La biblioteca, un espacio de convivencia**. 2ª ed. Madrid : Grupo Anaya, 2002. 256 p. ISBN 84-667-2718-3.

FARIAS, F. R – **A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo sistema nacional de bibliotecas públicas : uma análise crítica** [Em linha]. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. 113 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação apresentada à Escola de Ciência da Informação. [Consult. 15 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2060/1259>>.

- FERREIRA, Maria Mary – Políticas públicas de informação e políticas culturais : e as bibliotecas públicas para onde vão? In **Transformação** [Em linha]. Campinas. 18 , 2 (Maio/Ag. 2006), 113-122. [Consult. em 6 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2009/09/pdf_f9b8d0fe2d_0005588.pdf>.
- FIRMINO, G. – **Situação linguística de Moçambique : dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997**. Maputo : Instituto Nacional de Estatística, 2000. (Série estudo ; 8).
- FIRMINO, Gregório – **A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique** [Em linha]. São Paulo : FFLCH/USP, 2008. 32 p. [Consult. 14 Jun. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>>.
- FLUSSER, Victor – A biblioteca como instrumento de ação cultural. In Congresso Brasileiro De Biblioteconomia e Documentação, 16, 1991, Salvador. **Anais**. Salvador: Associação profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia.
- _____ - A biblioteca como instrumento de ação cultural. In **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG** [Em linha]. 12, 2 (1983) 145-169. [Consult. 17 Set. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001973&dd1=3c2a1>>. ISSN 0100-0829.
- _____ - Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**. [Em linha]. 9, 2 (1980) 131-138. [Consult. 16 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002888&dd1=d93b1>>. 0100-0829.
- _____ - O bibliotecário animador : considerações sobre sua formação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG** [Em linha]. ISSN 0100-0829. 11, 2, (1982) 230- 236. [Consult. 23 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002902&dd1=1b7f1>>.
- FREIRE, Paulo – **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos**. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (O mundo hoje ; 10). 149 p.
- _____ - **A importância do ato de ler : em três artigos que se completam**. 39.^a ed. : São Paulo : Cortez, 2000.
- GASPAR, Carla Sofia Justino – **Cooperação biblioteca pública/biblioteca escolar: modos de operacionalização e resultados** [Em linha]. Covilhã : Universidade da Beira Interior, 2011. 94 p. Dissertação de metrado apresentada à Faculdade de Artes e Letras. [Consult. 23 Out. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/2031/1/Tese%20de%20Mestrado%20Carla%20Gaspar.pdf>>.

- GERHARDT, Tatiana Engel (org.) ; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) – **Métodos de pesquisa** [Em linha]. Porto Alegre : UFRGS, 2009. 114 p. [Consult. 18 Nov. 2014] Disponível em WWW: <URL:<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>.
- GIL, António Carlos – **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6.^a ed. São Paulo : Atlas, 2008. 218 p. ISBN 85-224-5142-7.
- GIONGO, Beatriz Helena - **O livro como objeto de lazer no âmbito de bibliotecas públicas da região de Campinas**. Campinas : PUC- Campinas : Campinas, 1989. 197 f. Dissertação de mestrado.
- GOMES, Maria do Carmo [et al.] - Novas análises de níveis de literacia em Portugal : comparações diacrónicas e internacionais. [Em linha]. In **IV Congresso Português de Sociologia**. Coimbra 17-19 Abril. 2000 [Consult. 4 Jul. 2015]. Disponível em WWW:< http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462de53172c7d_1.PDF>.
- GÓMEZ HERNÁNDEZ, Jóse A. – **Gestión de bibliotecas : texto-guía de las asignaturas de Biblioteconomía general y Biblioteconomía especializada** [Em linha]. Murcia : Universidad de Murcia, 2002. 342 p. [Consult. 6 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL: http://eprints.rclis.org/10372/1/Gestion_de_Bibliotecas_Gomez-Hernandez_2002.pdf>.
- GONZÁLEZ, José António Moreira ; MANGUE, Manuel Valente – **Perfil profissional na área de ciência da informação em Moçambique**. Maputo : ECA/UEM, 2014. Relatório Técnico.
- GRAÇA, Ana Rita Duarte – **Os novos agentes criativos : as bibliotecas universitárias**. Lisboa : FLUL, 2012. 86 p. Relatório de estágio do Mestrado em Ciências da Cultura, Especialização em Comunicação e Cultura, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- IAROSSE, Giuseppe – **O poder da concepção em inquéritos por questionário : um guia do utilizador para administrar inquéritos por questionário, interpretar resultados e influenciar os respondentes**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. 359 p. (Manuais universitários). ISBN 978-972-31-1373-0.
- IFLA – **Cape Town Declaration (2015)** [Em linha]. Cape Town, África do Sul, 14 de Agosto de 2015. [Consult. 16 Ago. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/assets/wlic/2015/documents/cape-town-declaration-of-ministers.pdf>>.
- IFLA – **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública** [Em linha]. Lisboa: Ed. Christie Koontz e Barbara Gubbin. 2.^a ed. inteiramente revista. Lisboa : Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. 119 p. ISBN 978-3-11-023226-4. [Consult. 23 Nov. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>.

- _____ - **Manifesto da IFLA/Unesco sobre bibliotecas públicas** [em linha]. [Haia] : [IFLA], 1994. atual. 03 nov. 2004. [Consult. 23 Dez. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://ifla.queenslibrary.org/VII/s8/unesco/port.htm>>.
- ISSAK, Aissa – Panorama geral das unidades documentais em Moçambique. In **Seminário Nacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus**. Maputo : Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, 2005.
- _____ – **O papel das associações de bibliotecários e profissionais da informação na valorização e desenvolvimento da profissão** [em linha]. Luanda, 12 de Fevereiro de 2009 (Mesa Redonda). [Consult. 23 Dez. 2013]. Disponível em WWW: <<http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1675/1/Associa%C3%A7%C3%B5es%20Bibliotec%C3%A1rios.pdf>>.
- _____, compil. – **Public libraries in Africa : a report and annotated bibliography** [Em linha]. Oxford : INASP, 2000. ISBN 1-902928-00-8. 199 p. [Consult. 20 Jan. 2015]. Disponível na WWW: <http://www.inasp.info/uploads/filer_public/2013/03/08/public_libraries_in_africa.pdf>.
- JÖNCK, Franciele – **Ações culturais : uma análise dos sites das bibliotecas públicas da Região Sul do Brasil** [Em linha]. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia do Centro de Ciências da Educação. [Consult. 20 Out. 2014]. Disponível em WWW: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103791/TCC2_Franciele_JC3%B6nck_%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- KAWOOYA, Dick - Management prospects and challenges of library associations in Africa : the case for Uganda Library Association and the Library and Information Association of South Africa. In **World libraries**. [Em linha]. ISSN 1092-7441. 11, 1- 2. (Spring and Fall 2001), 39-55. [Consult. 10 Jul. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://archive.ifla.org/VII/s40/pub/mla-kawooya.pdf>>.
- KEBEDE, Gashaw - Performance evaluation in library and information systems of developing countries : a study of literature. **Libri**. [Em linha]. ISSN 0024-2667. 49 (1999) 106-119. [Consult. 16 Fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.academia.edu/4253003/Performance_Evaluation_in_Library_and_Information_Systems_of_Developing_Countries_A_Study_of_the_Literature>.
- LINLEY, Rebecca ; USHERWOOD, Bob – **New measures for the new library : a social audit of public libraries** [Em linha]. [London] : British Library, 1998. 115 p. (British Library Research & Innovation Centre ; 89). [Consult. 22 Fev. 2015]. Disponível em

- WWW:<URL:http://www.shef.ac.uk/polopoly_fs/1.128118!/file/CPLIS---New-Measures-for-the-New-Library.pdf>. ISBN 0-7123-9712-4.
- LOPES, João Teixeira – Em busca de um lugar no mapa : reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão. In **Sociologia, problemas e práticas** [Em linha]. ISSN 0873-6529. 34 (2000), 81-91. [Consult. 10 Jul. 2014]. Disponível em WWW:< URL: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000300004 >.
- LOPES, Marcelino de Sousa – **Animação sociocultural em Portugal**. Amarante : Intervenção (Associação para a Promoção e Divulgação Cultural), 2008. 715 p. ISBN 978-972-99851-3-3.
- LÓPEZ YEPES, José (ed.) – **Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación**. Madrid : Síntesis, 2004. ISBN 84-9756-258-5. Vol. 1.
- LOZANO DÍAZ, Roser - **La biblioteca pública del siglo XXI : atendendo clientes, mobilizando personas**. Gijón : Trea, 2006. 478 p. ISBN 84-9704-251-4.
- LUÍS, Roberto – **Ensino e educação de jovens e adultos em Moçambique** [Em linha]. [África do Sul] : OSISA, 2012. 31p. [Consult. 22 Abr. 2015]. Disponível em: WWW:<URL:http://www.osisa.org/sites/default/files/mozambique_yale_por_final.pdf>.
- MACANANDZE, Coutinho – Moçambique possui 40 bibliotecas públicas para seis milhões de alunos. In **Jornal Verdade** [Em linha]. 1 Jun. 2014. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.verdade.co.mz/soltas/46517-mocambique-possui-40-bibliotecas-publica-para-milhoes-de-alunos>.
- MARRENGULA, Miguel Lázaro – Animação sociocultural e políticas culturais em Moçambique : revisitando a democracia e o processo de democratização cultural [Em linha]. In **Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 4, São Paulo, 2012. [Consult. 12 Fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000200012&script=sci_arttext>.http://h>.
- MAYER, Tatiana Cardoso – **Ação cultural em bibliotecas : o caso na Biblioteca Ramal 1**. Porto Alegre : UFRGS, 2004. ; Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação. 2004.
- MILANESI, Luís Augusto – **Biblioteca**. Cotia : Ateliê Editorial, 2002. 116 p.
- MOÇAMBIQUE – **Boletim da República**. 1ª Série. n.º 51. 22 de Dezembro de 2004.
- _____ - **Colectânea de legislação cultural em Moçambique**. Maputo : Imprensa Nacional, 2007.

- _____ - **Comissão Nacional de Promoção da Leitura – Relatório de encontro de trabalho, Abril de 2014.**
- _____ - **Constituição da República** [Em linha]. 16 de Novembro de 2004. 97 p. [Consult. 24 Jun. 2015]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>>.
- _____ - Decreto n.º 46/2007. In **Boletim da República** [Em linha]. 1ª Série, n.º 41, de 10 de Out. de 2007. [Consult. 22 Jun. 2014]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>>.
- _____ - Decreto n.º 60/2009. In **Boletim da República**. 1ª Série n.º 16 de 22 de Abr. de 2009.
- _____ - Diploma Ministerial n.º4/99. In **Boletim da República**. 1ª Série n.º4 de 27 de Janeiro de 1999.
- _____. Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa - **Directório dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e informação existentes em Moçambique**. Maputo : FBLP, 2003.
- _____. INE - **INE, 2015**. [Em linha] [Consult. 20 Jun. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ine.gov.mz/>>.
- _____. INE - **Estatísticas da Cultura, 2011** [Em linha]. 2013. [Consult. 16 Jul. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/cultura/estatisticas-da-cultura-2011.pdf/view>>.
- _____. INE - **Estatísticas e indicadores sociais, 2012-2013** [Em linha]. 2012. [Consult. 04 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/estatisticas-e-indicadores-sociais/estatisticas-de-indicadores-sociais_2012-2013.pdf/view>.
- _____ - **Lei n.º 10/88 - Lei de protecção cultural** de 22 de Dezembro de 1988. [Consult. 22 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/mz/m>
- _____. Ministério da Cultura e Turismo - **Biblioteca Nacional de Moçambique** [Em linha]. Moçambique : BNM, 2015. [Consult. 15 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.bnm.gov.mz/index.php/en/>>.z019pt.pdf >.
- _____ - Política cultural de Moçambique. In **Boletim da República** [Em linha]. 1ª Série. n.º 23. 10, Junho de 1997. 3º Suplemento. [Consult. 10 Jan. 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/04/Cultural_Policy_of_Mozambique.pdf>.

- _____ - **Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2011-2014** [Em linha]. Fundo Monetário Internacional, Maputo, Abril de 2014 (Relatório de progresso n.º 14/147) [Consult. 24 Jun. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2014/cr14147p.pdf>>.
- _____ - **Plano estratégico da Educação 2012-2016** [Em linha]. Maputo : Ministério de Educação, 2012 [Consult. 11 Ago. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.mec.gov.mz/PROGS/Pages/plano-estrategicoZeducacao.aspx>>.
- _____ - **Programa quinquenal do Governo, 2010-2014** [Em linha]. Maputo, Abril de 2010 [Consult. 24 Jun. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/PQG_2010-14.pdf>.
- _____ - **Recomendações gerais da 1ª Conferência Nacional sobre a Cultura** [Em linha]. Maputo, 12 a 16 de Julho de 1993. [Consult. 13 Ago. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://www.micult.gov.mz/images/stories/doc_pdf/Recomendacoes_da_I_Conferencia.pdf>.
- _____ - Resolução n. 12/97, de 10 de Junho de 1997. Aprova a política cultural e sua estratégia de implementação. In **Boletim da República** [de Moçambique], Maputo, n. 23, 1ª Série, 3º Suplemento, 10 Jun. 1997. P. 40.
- MOSTERT, B.J. ; VERMEULEN, W.M. – Community libraries : the concept and its application by the Pinetown Public Library. **South African journal of library and information science** [Em linha]. 66, 1 (1998), 13–23. [Consult. 12 Nov. 2014]. Disponível em WWW: <URL: <http://sajlis.journals.ac.za/pub/article/view/1450>>. ISSN 2304-8263.
- NASSABE, Jonas ; MONDLANE, Teixeira – **Estatísticas da Cultura, 2011** [Em linha]. Maputo : INE, 2013. 43 p. [Consult. 20 Abr. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<file:///C:/Users/Maria/Downloads/Estatisticas%20da%20Cultura%202011.pdf>>.
- NHARRELUGA, Rafael Simone – **A dimensão informacional do Estado Moçambicano à luz dos programas governamentais** [Em linha]. 2009. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação de PPGCI-UFF/IBICT. [Consult. 28 Dez. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3311/2421>>.
- NP 405-1. 1994. **Informação e documentação : referências bibliográficas : documentos impressos**. Lisboa : IPQ, 1994. 47 p.

- NP 405-3. 2002. **Informação e documentação : referências bibliográficas : documentos electrónicos**. Lisboa : IPQ, 2002. 26 p.
- OLDEN, Anthony - Library associations in Africa : past and present. In **Innovation : journal of appropriate librarianship and information work in Southern Africa**. 31 (Dec. 2005) 1-8.
- ONU - **Declaração Universal dos Direitos Humanos : adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948** [Em linha]. Brasília : Representação da UNESCO no Brasil, 1998. [Consult. 25 Out. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.
- PETERS, B. G. - **American public policy**. Chatham, N.J. : Chatham House. 1986.
- PIENAAR, R. E. - Survival information : the role of the public library in the social and cultural development of disadvantaged communities. In **IFLA Journal**. ISSN 0340-0352. 21, 1 (1995) 15–18.
- PINTO, Maria Leonor Cardoso Sérgio – **O marketing nas bibliotecas públicas portuguesas**. Lisboa : Colibri ; Évora : CIDEHUS-U - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade, 2007. 196 p. (Bibliotecas - estudos & colóquios ; 13). ISBN 978-972-772-698-1.
- PIRES, Cláudia Guiomar Casaca – As bibliotecas da Rede de Leitura Pública : problemas e perspectivas. In **Cadernos BAD** [Em linha]. ISSN 0007-9421. 2003, 1, 117-126. [Consult. 28 Dez. 2014]. Disponível em WWW:< URL: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12003/Pires.pdf>>.
- PNUD - **Relatório do Desenvolvimento Humano, 2014 : sustentar o progresso humano, reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência** [Em linha]. 2014. [Consult. 15 Mar. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>.
- _____ - **Relatório do Desenvolvimento Humano, 2010 : a verdadeira riqueza das Nações : vias para o Desenvolvimento Humano** [Em linha]. 2010. [Consult. 17 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf>.
- PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - **Questionário de recolha de dados estatísticos**. [Em linha]. [Lisboa] : DGLAB, 2013. [Consult. 28 Dez. 2014]. Disponível em WWW:<URL: http://rcbp.dglb.pt/pt/ServProf/Estatistica/Documents/Questionario_2013.pdf>.
- PROENÇA, Maria Carla – Bibliotecas públicas : sistemas vitais para a promoção da cidadania e democracia. In **Loures em Congresso**, 12 de Março - 27 de Junho de 2015. 8 p.

- PUBLIC LIBRARY RESEARCH GROUP AND LIBRARY ASSOCIATION - **Purpose of public libraries**. Library Association Record. 197. 73, 12.
- REBELO, Carlos Alberto – **A difusão da leitura pública : as bibliotecas populares, 1870-1910**. 1ª ed. Porto: Campo das Letras, 2002. 230 p. (Campo da educação ; 10). ISBN 972-610-495-5.
- RIBEIRO, Andréia S. ; CUNHA, Vanda Angélica – Ação cultural biblioteca e pública, novos caminhos para a educação e desenvolvimento humano. In **VII CINFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação** [Em linha]. Salvador : CINFORM, 2007. [Consult. 26 Set. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4729/1/AndreiaRibeiro.pdf>>.
- ROSA, Anelise Jesus Silva – A prática de ação cultural em bibliotecas. **Revista ACB : Biblioteconomia em Santa Catarina** [Em linha]. ISSN 1414-0594. 14, 2 (Jul./Dez. 2009), 372-381. [Consult. 01 Out. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewFile/675/pdf>>.
- RUSSO, Mariza ; SILVA, Solange de Souza Alves – Biblioteca pública em ação : o estudo de caso da biblioteca Parque Manguinhos. In **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação** [Em linha]. Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de Julho de 2013. [Consult. 25 Set. 2014]. Disponível em WWW: <URL:<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1277/1278>>.
- SCULLION, A. ; GARCÍA, B. – What is cultural policy research? In **International journal of cultural policy** [Em linha]. ISSN 1477-2833. 11, 2 (2005). 113-127. Disponível em WWW: <URL:<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10286630500198104>>.
- SILVA, Augusto Santos – Cultura das obrigações : do Estado à participação civil. In **Sociologia : problemas e práticas**. ISSN 0873-6529. 23(1997), 37-48.
- SILVA, Teresinha. Elisabeth da – Ação cultural e biblioteca pública : algumas questões. In **XVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 1991, Salvador** [Em linha]. Salvador : Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. [Consult. 14 Jun. 2014]. Disponível em WWW: <URL:http://eprints.rclis.org/14827/1/AcaoCultural_e_BibliotecaPub.pdf>.
- SOUZA, Celina - Políticas públicas : uma revisão da literatura [Em linha]. In **Sociologias**. ISSN 1807-0337. Porto Alegre. 8, 16, (Jul./Dez. 2006), 20-45.
- STURGES, Paul; NEILL, Richard - **The quiet struggle : libraries and information for Africa**. London : Mansell, 1990. 172 p. ISBN 0-7201-2019-5.
- SUGAHARA, Gustavo ; FRANCISCO, António – **Idosos em Moçambique : romper a conspiração do silêncio** [Em linha]. 2012. 295-331. [Consult. 15 Jul. 2015].

- Disponível em WWW:
<URL: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012_14.IdoMoc.pdf>.
- TSANDZANA, Armando Fernando – **Atlas sócio-demográfico de Moçambique (1997 – 2007) : uma abordagem SIG** [Em linha]. Lisboa : [s.n.], 2010. 158 p. Trabalho de Projecto apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estatística e Gestão de Informação pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 22 Fev. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CCsQFjABahUKEwjf76n4mfbGAhWpFdsKHWSZAXI&url=http%3A%2F%2Frun.unl.pt%2Fbitstream%2F10362%2F8414%2F3%2FTEGI0261.pdf&ei=PnazVd_YO6mr7AbksoaQBw&usg=AFQjCNFMAv46c2ayGDyKNCBZkP_r0f2thg&sig2=hM_FCQHnc3822IzX3QOEog&bvm=bv.98717601,d.ZGU>.
- UEM - **Plano curricular do Curso Superior em Ciências da Informação**. Licenciatura, Maputo, 2011.
- UNE 50-113-92/1. Documentación e información. Vocabulario. Parte 1. Conceptos \ fundamentales. In **Documentación: normas fundamentales**. Madrid : AENOR, 1994.
- UNESCO – **Declaração Universal sobre a diversidade cultural**. Paris : UNESCO, 1982.
_____ – **Cultural policy: a preliminary study**. UNESCO: Paris, 1969.
- UNIÃO AFRICANA – **Agenda 2063 : África que queremos** [Em linha]. 2ª versão. Agosto de 2014. [Consult. 16 Ago. 2015]. Disponível em WWW: <URL: http://agenda2063.au.int/en/sites/default/files/agenda2063_popular_version_05092014_PO_0.pdf>.
- USHERWOOD, Bob – **A Biblioteca Pública como conhecimento público**. Lisboa : Caminho, 1999. 212 p. (Caminho das bibliotecas & informação). ISBN 972-21-1284-8.
- VILELA, Raquel Miranda – Ação cultural bibliotecária no contexto da educação de jovens e adultos : possibilidades. In **XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciências da Informação : direito à informação, acesso à informação e inclusão Social**. Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011.
- VITIELLO, Giuseppe - Library policy and legislation : a European perspective. **The international information & library review**. ISSN 1057-2317. 32 (2000) 1-38.
- WIKIPÉDIA - **Moçambique : subdivisões de Moçambique** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2015]. Disponível em WWW: URL: https://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es_de_Mo%C3%A7ambique.

ANEXOS

Anexo 1: Nota de Envio de Inquérito ao Director da Biblioteca Nacional de Moçambique

Exmo. Senhor

Dr. Jorge Fernando Jairoce

Director da Biblioteca Nacional de Moçambique

LISBOA

02 de Março de 2015

No âmbito de dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, está a ser realizado um Inquérito sobre *Promoção da Acção Cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique*.

O Inquérito abrange a Biblioteca Nacional de Moçambique, na qualidade de órgão coordenador das Bibliotecas Públicas e todas as Bibliotecas Públicas Provinciais existentes em Moçambique (11), que estejam em funcionamento.

Este estudo é da maior importância para o conhecimento das actividades desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas na área de animação sociocultural, pelo que solicitamos a sua melhor colaboração preenchendo o questionário anexo, assim como na sensibilização e coordenação do preenchimento do Inquérito destinado às Bibliotecas Públicas Provinciais.

Apelamos ainda a que o preenchimento e devolução do questionário seja feita até ao próximo dia **27 de Março**.

Agradeço antecipadamente a sua atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional que considere necessário.

Com os meus melhores cumprimentos,

A proponente da dissertação,

(Henriqueta Durão Mola)

Anexo 2: Nota de Envio de Inquérito aos Directores das Bibliotecas Públicas Provinciais

Exmo(a) Senhor(a)

Responsável pela Biblioteca Provincial

LISBOA

02 de Março de 2015

No âmbito de uma dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, está a ser realizado um Inquérito sobre *Promoção da Acção Cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique*.

O Inquérito abrange todas as Bibliotecas Públicas Provinciais existentes em Moçambique, que estejam em funcionamento.

Este estudo é da maior importância para o conhecimento das actividades desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas Provinciais na área de animação sociocultural, pelo que solicitamos a sua colaboração preenchendo o questionário anexo.

Apelamos ainda a que o preenchimento e devolução do questionário seja feita até ao próximo dia **27 de Março**.

Agradeço antecipadamente a sua atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional que considere necessário.

Com os meus melhores cumprimentos,

A proponente da dissertação,

(Henriqueta Durão Mola)

Anexo 3: Inquérito ao Director da Biblioteca Nacional de Moçambique

ACÇÃO CULTURAL NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS PROVINCIAIS

Questionário - Profissionais

Prezado Sr. Director,

No âmbito de dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, está a ser desencadeada uma investigação subordinada ao tema “**As Bibliotecas Públicas Provinciais e os desafios da acção cultural em Moçambique**”. Solicitamos a **Sua** melhor colaboração, preenchendo e remetendo-nos, para o efeito, o presente inquérito. Desde já, asseguramos que manteremos inteira confidencialidade de dados - pessoais e institucionais - de acordo com as normas éticas que norteiam as pesquisas académicas.

A **Sua** participação, assim como a sua opinião tão rigorosa e exaustiva quanto possível, ser-nos-á da maior importância, não apenas para o estudo em curso, como para a identificação das prioridades de interacção para a melhoria da qualidade dos serviços das Bibliotecas Públicas em Moçambique.

Agradecemos antecipadamente a atenção da sua colaboração.

Parte I - Instituição

1 Identificação

1.1 Nome (Biblioteca)

.....

1.2 Endereço (Biblioteca)

Avenida/Rua.....

Telefone fixo..... Fax.....

Telemóvel.....

E-mail..... Web

Parte II - Inquirido

2 Idade

- | | | | | | |
|----|---------|-----|----|-------------|-----|
| a. | 17 a 20 | () | e. | 36 a 40 | () |
| b. | 21 a 25 | () | f. | 41 a 50 | () |
| c. | 26 a 30 | () | g. | 51 a 60 | () |
| d. | 31 a 35 | () | h. | acima de 60 | () |

3 Sexo

- | | | | | | |
|----|-----------|-----|----|----------|-----|
| a. | Masculino | () | b. | Feminino | () |
|----|-----------|-----|----|----------|-----|

4 Ano de entrada nesta instituição.....

5 Tempo no exercício desta função.....

6 Escolaridade (*indique o nível mais avançado que completou*).

- | | | | |
|----|---------------|-----|--------------------------------|
| a. | Básico Geral | () | (Técnico profissional em |
| b. | Médio Geral | () | (Técnico profissional em |
| c. | Bacharel | () | (em |
| d. | Licenciado | () | (em |
| e. | Mestre | () | (em |
| f. | Doutorado | () | (em..... |
| g. | Pós-doutorado | () | (em..... |

7 Nível de conhecimentos relativamente a (assinale com x uma das opções para cada linha):

Competência	Domínio	Conhecimentos	Noções	Nenhum Conhecimento
a. Técnicas administrativas				
b. Política cultural nacional				
c. Técnicas documentais				
d. Gestão de projectos				
e. Animação sociocultural				
f. Tecnologias de Informação				
g. Comunicação				
h. Marketing				
i. Outras (especifique.....)				

Parte III – Percepções relativas ao contexto de trabalho, baseadas na sua experiência profissional e académica

8 Assinale a sua posição relativamente a cada uma das afirmações (assinale com x uma das opções para cada linha):

Designação	Concordo	Discordo
a. É grande o potencial de trabalho na área de Biblioteconomia.		
b. Os recursos - técnicos, humanos e financeiros – disponibilizados para as Bibliotecas Públicas são adequados.		
c. A política cultural nacional sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas é precisa.		
d. Existe legislação que orienta a intervenção das Bibliotecas Públicas para a acção cultural.		
e. Existe legislação que regula a cooperação entre as Bibliotecas Públicas.		
f. É grande a intervenção das Bibliotecas Públicas no ensino formal (Escolas).		
g. Há muitas iniciativas de animação sociocultural desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas.		
h. É notório o impacto que as Bibliotecas Públicas apresentam no desenvolvimento humano da sociedade.		
i. O Plano Nacional de Leitura estimula a promoção da leitura realizada pelas Bibliotecas Públicas.		
j. As Bibliotecas não estão instituídas legalmente.		
k. As Bibliotecas Públicas são o polo condutor de programas educativos e culturais.		
l. As Bibliotecas trabalham de forma isolada.		
m. A grande maioria das Bibliotecas não dispõe de profissionais formados em animação sociocultural.		
n. As Bibliotecas Públicas são uma instituição dedicada a resolver os grandes problemas sociais. Serão a ponte para a inclusão na sociedade do conhecimento.		
o. Os recursos financeiros e a infraestrutura da Biblioteca Nacional são insatisfatórios.		
p. Verifica-se uma carência de atractivos e actividades culturais no âmbito das Bibliotecas Públicas.		
q. Falta o fomento de políticas públicas e planeamento bibliotecário para as Bibliotecas Públicas.		
r. As Bibliotecas Públicas têm construído, ao longo dos anos, uma imagem que tem tido pouca visibilidade social.		
s. O planeamento das Bibliotecas Públicas deve levar em consideração as mudanças da sociedade, dos cidadão e dos valores diferentes.		

Parte IV – Serviços prestados pela Biblioteca Nacional

9 Assinale o nível de importância atribuída às actividades da Biblioteca Nacional (assinale com x uma das opções para cada linha):

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
a. Adquirir e conservar cópias de todos os documentos pertinentes publicados no País.				
b. Produzir a bibliografia nacional.				
c. Supervisionar a administração de outras bibliotecas.				
d. Assegurar e manter actualizada uma colecção ampla e representativa da literatura estrangeira, incluindo documentos sobre o país.				
e. Promover a colaboração de outras bibliotecas.				
f. Actuar como centro nacional de informação bibliográfica.				
g. Promover a divulgação do livro e do autor moçambicano.				
h. Apoiar entidades que promovam o livro e a leitura.				
i. Promover um Programa de Promoção da Leitura em articulação com as Bibliotecas Públicas.				
j. Produzir e disponibilizar informação sobre autores moçambicanos, editores e livrarias.				
k. Desenvolver conteúdos e serviços para as bibliotecas e cidadãos em geral.				
l. Apoiar as actividades e/ou o funcionamento das Bibliotecas Escolares.				
m. Proporcionar a aprendizagem informal.				
n. Promover a intervenção cívica.				
o. Promover o contacto e utilização das TIC como apoio à leitura.				
p. Dar a conhecer obras de autores estrangeiros consagrados.				
q. Possibilitar um espaço para estudo.				

10 Assinale quais os serviços prestados pela Biblioteca Nacional (*pode assinalar mais de uma opção*):

- a. Leitura presencial ()
- b. Informação bibliográfica ()
- c. Reprodução de documentos (cópias, digitalizações) ()
- d. Formação de utilizadores ()
- e. Referência ()
- f. Empréstimo inter-bibliotecas ()
- g. Acesso aberto às colecções ()
- h. Supervisionar a administração de outras bibliotecas ()
- i. **Outras () (especifique**.....)

11 Assinale as actividades de formação desenvolvidas pela Biblioteca Nacional (*pode assinalar mais de que uma opção*):

- a. Técnicas documentais ()
- b. Formação administrativa ()
- c. Gestão de projectos ()
- d. Outras acções de formação ()
- e. Informática do pessoal ()
- f. Utilização geral da biblioteca ()
- g. Animação sociocultural ()
- h. **Outras () (especifique**.....)

12 Identifique as instituições parceiras da Biblioteca Nacional (*assinale com x as opções*):

- a. Escolas ()
- b. Outras Bibliotecas Públicas ()
- c. Lares de idosos ()
- d. Hospitais / Centros de Saúde ()
- e. Universidades / Institutos Politécnicos ()
- f. Acesso restrito às colecções
- g. Clubes desportivos ()
- h. Bibliotecas escolares ()
- i. Centros culturais ()
- j. Livrarias ()
- k. Museus ()
- l. Teatros ()
- m. Cafés / Restaurantes ()
- n. Empresas ()
- o. **Outras () (especifique**.....)

13 Apoios recebidos pela Biblioteca Nacional para a realização das diferentes actividades.

Actividade	Organismo	Recursos técnicos/humanos	Recursos financeiros

Parte V - Acções de coordenação

14 Documentos de normalização e instrumentos legais usados para a coordenação das Bibliotecas Públicas.

Identifique-os.....

15 Assinale o grau de dificuldade que a Biblioteca Nacional enfrenta na coordenação das Bibliotecas Públicas (*de 1 a 5, sendo que 1 corresponde ao menor nível e 5 ao maior nível de importância*):

a. Política cultural nacional	<input type="checkbox"/>	i. Legislação	<input type="checkbox"/>
b. Regulamento interno	<input type="checkbox"/>	j. Definição de objectivos e missão	<input type="checkbox"/>
c. Cooperação entre bibliotecas	<input type="checkbox"/>	k. Cooperação com as escolas	<input type="checkbox"/>
d. Cooperação com a comunidade	<input type="checkbox"/>	l. Cooperação com o órgão de tutela	<input type="checkbox"/>
e. Recursos Humanos	<input type="checkbox"/>	m. Falta de recursos financeiros	<input type="checkbox"/>
f. Recursos técnicos	<input type="checkbox"/>	n. Formação em técnicas documentais	<input type="checkbox"/>
g. Formação em gestão administrativa	<input type="checkbox"/>	o. Formação em gestão de projectos	<input type="checkbox"/>
h. Formação em animação sociocultural	<input type="checkbox"/>	p. Cooperação com os órgão de comunicação social (TV, Rádio, etc.)	<input type="checkbox"/>
q. Outra(s) () (especifique.....)			

16 Estágio de dificuldade ou de sucesso em que classifica a coordenação das Bibliotecas Públicas (*assinale com x uma das opções para cada linha*):

	Implementado com sucesso	Implementado mas a requerer acções de melhoria	Em implementação	Não aplicável
a. Cooperação inter-bibliotecas				
b. Planear e desenvolver iniciativas locais e regionais de cooperação dentro dos parâmetros estabelecidos, que permitam a compatibilização com outros projectos de nível nacional.				
c. Investir num programa de apoio às Bibliotecas Escolares, através da assinatura de protocolo de colaboração entre Autarquias e Escolas.				
d. Concertar localmente formas de cooperação entre os organismos responsáveis pela produção, promoção e difusão do livro.				
e. Criação de um catálogo Manual/Online a nível nacional e regional.				
f. Realização regular de encontros profissionais.				
g. Criação da Página web da Biblioteca Nacional.				
h. Projectos, parcerias e actividades livres e de abertura à comunidade.				
i. Apoio à aquisição e desenvolvimento de métodos de trabalho e de estudo autónomos das Bibliotecas Públicas.				
j. Dinamização de actividades livres, de carácter lúdico e cultural.				
k. Disponibilização de espaços, tempos e recursos para a iniciativa e intervenção livre dos alunos.				

<i>(Continuação)</i>	Implementado com sucesso	Implementado mas a requerer acções de melhoria	Em implementação	Não aplicável
l. Promoção de actividades de animação e apoio à família.				
m. Criação de grupos regionais de trabalho que procedam ao levantamento das reais necessidades nas bibliotecas da rede.				
n. Sustentar uma regionalização como estratégia de promoção da leitura.				
o. Possibilitar um espaço para estudo.				
p. Promover o envolvimento das Bibliotecas Públicas no processo de aquisição de uma única solução informática, de forma a garantir a automatização integrada das várias áreas funcionais da biblioteca e a partilha de informação e de recursos entre as bibliotecas da rede.				
q. Procurar localmente engendrar políticas comuns em torno da promoção do livro e da leitura que envolvam todas as entidades locais e regionais que disponibilizam o livro, sendo que desta forma se poderá rentabilizar os recursos de cada uma e por cobro às necessidades da leitura pública.				
r. Exigir às bibliotecas que pertencem à Rede que apresentem relatórios anuais de actividades.				

17. A Biblioteca Nacional promove ações de animação sociocultural através da Rede de Bibliotecas Públicas?

Sim () (especifique.....
.....
.....)

Não ()

18 Há um processo de avaliação dos resultados dessas actividades?

Sim () (especifique.....
.....
.....)

Não ()

19 A Biblioteca Nacional já fez alguma avaliação do impacto desses projectos/actividades para a sociedade?

Sim () (especifique.....
.....
.....)

Não ()

20 Existe algum tipo de interacção dos directores das Bibliotecas Públicas para a elaboração de políticas e regulamentos para as bibliotecas?

Sim () (especifique.....
.....
.....)

Não ()

21 Bibliotecas pertencentes à rede de Bibliotecas Públicas (**anexe lista, por favor**).

22 Sugestões que entende que possam contribuir para a melhoria de prestação de serviços de coordenação das Bibliotecas Públicas.

Identifique-as.....
.....
.....
.....

23 Sugestões/observações que entenda que possam ser importantes e que queira partilhar, tanto para esta investigação, como para a melhoria da qualidade dos serviços das Bibliotecas Públicas de Moçambique:

.....
.....
.....
.....

FIM.

Anexo 4: Inquérito aos Directores das Bibliotecas Públicas Provinciais

ACÇÃO CULTURAL NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS PROVINCIAIS Questionário - Profissionais

Prezado (a) Sr. (a) Director (a),

No âmbito de uma dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cujo o tema é **as Bibliotecas Públicas Provinciais e os desafios da acção cultural em Moçambique**, pedimos a **Sua** colaboração, preenchendo o inquérito que se segue. Desde já, asseguramos que manteremos inteira confidencialidade de dados – pessoais e institucionais - de acordo com as normas éticas que norteiam as pesquisas académicas.

A **Sua** participação, assim como a sua opinião tão rigorosa e exaustiva quanto possível, ser-nos-à da maior importância, não apenas para o estudo em curso, como para a identificação das prioridades de interacção para a melhoria da qualidade dos serviços das Bibliotecas Públicas em Moçambique.

Agradecemos antecipadamente a atenção da sua colaboração.

Parte I - Instituição

1 Identificação

1.1 Nome (biblioteca)

.....

1.2 Endereço (biblioteca)

Avenida/Rua.....

Telefone fixo..... Fax.....

Telemóvel.....

E-mail..... Web

Parte II - Inquirido

2 Idade

a. 17 a 20 ()

b. 21 a 25 ()

c. 26 a 30 ()

d. 31 a 35 ()

e. 36 a 40 ()

f. 41 a 50 ()

g. 51 a 60 ()

h. acima de 60 ()

3 Sexo

a. Masculino ()

b. Feminino ()

4 Ano de entrada nesta instituição.....

5 Tempo no exercício desta função.....

6 Escolaridade (*indique o nível mais avançado que completou*).

a. Básico Geral () (Técnico profissional em

b. Médio Geral () (Técnico profissional em

c. Bacharel () (em

d. Licenciado () (em

e. Mestre () (em

f. Doutorado () (em.....

g. Pós-doutorado () (em.....

7 Curso de formação complementar: **Sim** () **Não** ()

Designação	Duração	Relevância para as tarefas que realiza (justifique)

8 Nível de conhecimentos relativamente a (assinale com x uma das opções para cada linha):

Competência	Domínio	Conhecimentos	Noções	Nenhum Conhecimento
a. Técnicas documentais				
b. Técnicas administrativas				
c. Gestão de projectos				
d. Animação sociocultural				
e. Tecnologias de Informação				
f. Comunicação				
g. Marketing				
h. Outras (especifique.....)				

Parte III – Percepções relativas ao contexto de trabalho, baseadas na sua experiência profissional e académica

9 Áreas em que considera que necessita de mais formação (assinale com x as opções):

- | | |
|--|---|
| a. Aquisição de colecções () | j. Classificação () |
| b. Organização e arrumação de colecções () | k. Circulação de documentos () |
| c. Catalogação () | l. Indexação () |
| d. Gestão documental () | m. Planificação () |
| e. Administração e gestão () | n. Técnicas arquivísticas () |
| f. Análise e implementação de sistemas de informação () | o. Pesquisa Informacional () |
| g. Atendimento de referência () | p. Comunicação e Marketing () |
| h. Elaboração e manutenção de sítios Web () | q. Aplicação e gestão de bases de dados () |
| i. Gestão de projectos () | r. Animação sociocultural () |
| | s. Promoção do livro e da leitura () |

t. Outra(s) () (especifique.....)

10 Assinale o nível de importância das atitudes e competências que o responsável da Biblioteca deve possuir (de 1 a 5, sendo que 1 corresponde ao menor nível e 5 ao maior nível de importância):

a. Formação contínua	<input type="checkbox"/>	h. Vocação pedagógica	<input type="checkbox"/>
b. Organização	<input type="checkbox"/>	i. Coordenação	<input type="checkbox"/>
c. Capacidade de comunicação	<input type="checkbox"/>	j. Conhecimentos de marketing	<input type="checkbox"/>
d. Espírito de equipa	<input type="checkbox"/>	k. Empatia	<input type="checkbox"/>
e. Autonomia	<input type="checkbox"/>	l. Espírito de decisão	<input type="checkbox"/>
f. Atitude de negociação	<input type="checkbox"/>	m. Orientação para a solução de problemas	<input type="checkbox"/>
g. Rigor	<input type="checkbox"/>	n. Outras	<input type="checkbox"/>
(especifique.....)			

11 Assinale o nível de dificuldade enfrentado pelos responsável das Biblioteca Públicas relativamente a (de 1 a 5, sendo que 1 corresponde ao menor nível e 5 ao maior nível de dificuldade):

a. Política cultural nacional	<input type="text"/>	i. Legislação	<input type="text"/>
b. Regulamento interno	<input type="text"/>	j. Definição de objectivos e missão	<input type="text"/>
c. Cooperação entre bibliotecas	<input type="text"/>	k. Articulação com as escolas	<input type="text"/>
d. Cooperação com a comunidade	<input type="text"/>	l. Relação com o órgão de tutela	<input type="text"/>
e. Recursos Humanos	<input type="text"/>	m. Recursos financeiros	<input type="text"/>
f. Recursos técnicos	<input type="text"/>	n. Formação técnica	<input type="text"/>
g. Formação em gestão administrativa	<input type="text"/>	o. Formação em gestão de projectos	<input type="text"/>
h. Formação em animação sociocultural	<input type="text"/>	p. Cooperação com os órgãos de comunicação social (TV, Rádio, etc.)	<input type="text"/>

q. **Outra(s) () (especifique)**.....

12 Indique a sua opinião relativamente às seguintes afirmações (assinale com x uma das opções para cada linha):

Designação	Concordo	Discordo
a. É grande o potencial de trabalho na área de Biblioteconomia.		
b. Os recursos – técnicos, humanos e financeiros – disponibilizados para as Bibliotecas Públicas são adequados.		
c. A política cultural sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas é precisa.		
d. Existe legislação que orienta a intervenção das Bibliotecas Públicas para a acção cultural.		
e. Existe legislação que regula a cooperação entre as Bibliotecas Públicas.		
f. É grande a intervenção das Bibliotecas Públicas no ensino formal (Escolas).		
g. Há muitas iniciativas de animação sociocultural desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas.		
h. É notório o impacto que as Bibliotecas Públicas apresentam no desenvolvimento humano da sociedade.		
i. O Plano Nacional de Leitura estimula a promoção da leitura realizada pelas Bibliotecas Públicas.		
j. A promoção da leitura pode ser feita através de actividades culturais diversificadas, como peças de teatro ou outros espectáculos.		
k. A promoção da leitura tem como público-alvo privilegiado as crianças e jovens.		
l. A promoção da leitura tem como público-alvo privilegiado as populações desfavorecidas socialmente.		

13 Assinale o nível de importância atribuída às actividades das Bibliotecas Públicas (assinale com x uma das opções para cada linha):

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante
a. Apoiar as famílias a criar o gosto e hábitos de leitura junto de crianças e jovens				
b. Favorecer a leitura nos tempos livres				
c. Fornecer informação necessária aos cidadãos				
d. Apoiar as comunidades no acesso a documentos diversificados				
e. Ser um recurso para as instituições de educação e formação				
f. Dar a conhecer obras de autores moçambicanos				
g. Apoiar as actividades e/ou o funcionamento das Bibliotecas Escolares				
h. Proporcionar a aprendizagem informal				
i. Promover a intervenção cívica				
j. Promover o contacto e utilização das TIC como apoio à leitura				
k. Dar a conhecer obras de autores estrangeiros consagrados				
l. Possibilitar um espaço para estudo				

Parte IV – Serviços prestados pela Biblioteca

14 Serviços prestados pela sua Biblioteca (pode assinalar mais de uma opção):

- | | |
|---|--|
| a. Empréstimo domiciliário () | g. Leitura presencial de livros () |
| b. Leitura presencial de jornais diários () | h. Leitura presencial de revistas () |
| c. Acesso à Internet () | i. Secção multimédia () |
| d. Serviços electrónicos (cópias, digitalizações) () | j. Eventos de animação sociocultural () |
| e. Formação de utilizadores () | k. serviços de informação à comunidade () |
| f. Acesso restrito às colecções () | l. Acesso aberto às colecções () |
| | m. Empréstimo interbibliotecas () |
| n. Outra(s) () (especifique) | |
|) | |

15 Serviços bibliotecários à comunidade prestados pela sua Biblioteca (pode assinalar mais de uma opção).

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| a. A Estabelecimentos de Ensino () | c. A Centros de Saúde / Hospitais () |
| b. A Prisões () | d. A outras entidades () |
| (especifique) | |
|) | |

16 Serviços específicos prestados pela sua Biblioteca a diferentes perfis etários (*pode assinalar mais de uma opção*):

- | | |
|-----------------|------------------------|
| a. Crianças () | d. Infanto-juvenis () |
| b. Jovens () | e. Adultos () |
| c. Idosos () | f. Outros () |

(especifique.....)
.....]

17 Serviços específicos prestados pela sua Biblioteca a colectivos específicos (*pode assinalar mais de uma opção*):

- | | |
|---|---------------------------|
| a. Público em geral () | e. Comunidade escolar () |
| b. População do município () | f. Analfabetos () |
| c. Pessoas com necessidades especiais () | g. Outros () |
| d. Famílias () | |

(especifique.....)
.....]

18 Actividades específicas desenvolvidas pela sua Biblioteca para o público estudantil:

Existentes () (identifique quais
.....]

Não existentes ()

19 Actividades de formação desenvolvidas para os utilizadores da sua Biblioteca (*pode assinalar mais de uma opção*):

- | | |
|---|--------------------------------|
| a. Formação em promoção da leitura () | c. Formação em informática () |
| b. Formação em utilização geral da biblioteca () | d. Outra (s) () |

(especifique.....)
.....]

20 Meios utilizados para divulgar as actividades da sua Biblioteca (*pode assinalar mais de uma opção*):

- | | |
|--|-------------------------|
| a. Anúncios na vitrina da biblioteca () | e. Informação oral () |
| b. Jornais () | f. Rádios () |
| c. Televisão () | g. Internet () |
| d. Instituições (ex: através da direcção ou de responsáveis de Escola) () | h. Agenda cultural () |
| | i. Outra (s) () |

(especifique.....)
.....]

21 Instituições parceiras da sua Biblioteca (*assinale com x as opções*):

- | | |
|--|------------------------------|
| a. Escolas () | h. Bibliotecas Escolares () |
| b. Outras Bibliotecas Públicas () | i. Centros culturais () |
| c. Lares de idosos () | j. Livrarias () |
| d. Hospitais / Centros de Saúde () | k. Museus () |
| e. Universidades / Institutos Politécnicos () | l. Teatros () |
| f. Acesso restrito às colecções () | m. Cafês / Restaurantes () |
| g. Clubes desportivos () | n. Outra (s) () |

(**especifique**.....)
)

22 Tipo(s) de apoio(s) recebido(s) para a realização das actividades gerais:

Actividade	Organismo	Recursos técnico/humanos	Recursos financeiro

Parte V – Projectos/actividades de acção cultural

23 Actividades de acção cultural (animação sociocultural) desenvolvidas pela sua Biblioteca (*pode assinalar mais de uma opção*):

- | | |
|--|--|
| a. Hora do conto () | g. Encontros com escritores / Apresentação de livros () |
| b. Clubes de leitura / Comunidades de leitores () | h. Exposições sobre livros e autores () |
| c. Exposições de artes plásticas () | i. Conferências / Palestras () |
| d. Ateliers / Oficinas de promoção da leitura () | j. Concursos/Prémios () |
| e. Curso breve de Literatura () | k. Outra (s) () |
| f. Visitas a equipamentos culturais () | |

(**especifique e, se possível, anexe imagens, fotos, relatórios**.....)
)

24 Periodicidade das actividades:

Periodicidade	Qual/quais?
a. Diariamente ()	
b. Semanalmente ()	
c. Quinzenalmente ()	
d. Mensalmente ()	
e. Semestralmente ()	
f. Anualmente ()	
g. Apenas uma vez ()	
h. Sem periodicidade ()	
i. Outra (s) ()	

25 Interacção dos utilizadores nas actividades:

Existente () (identifique
.....)

Não existente ()

26 Modelos de inspiração das Bibliotecas para realização dessas actividades:

Existentes () (identifique
.....)

Não existentes ()

27 Dificuldades específicas enfrentadas na concretização das actividades de acção cultural
(pode assinalar mais de uma opção):

a. Recursos financeiros ()

f. Pessoal ()

b. Formação e/ou competências em animação
sociocultural ()

g. Parceiros e/ou apoios ()

c. Locais ou espaços adequados ()

h. Orientações de políticas culturais (ou sua
ausência) ()

d. Número reduzido de participantes ()

i. Distância (localização geográfica) ()

e. Outra (s) ()

(especifique.....
.....)

Parte VI – Informações gerais

28 Avaliação do impacto dos projectos/actividades para a sociedade por parte da
Biblioteca:

Existentes () (identifique quais
.....)

Não existentes ()

29 Sugestões que pense que possam contribuir para a melhoria da prestação de serviços de
promoção da cultura na sua biblioteca.

.....
.....
.....

30 Sugestões/observações que entenda que possam ser importantes e que queira partilhar,
tanto para esta investigação, como para a melhoria da qualidade dos serviços das Bibliotecas
Públicas de Moçambique.

.....
.....
.....

31 Anexe, se possível, eventuais documentos que possa estar a usar para normalização das
actividades/serviços da sua Biblioteca.

FIM

**Anexo 5: Nota informativa sobre o prazo de envio do Inquérito -
Director da Biblioteca Nacional de Moçambique**

Exmo. Senhor

Dr. Jorge Fernando Jairoce

Director da Biblioteca Nacional de Moçambique

LISBOA

20 de Março de 2015

Lembramos que o prazo para preenchimento do Inquérito sobre *Acção Cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique* termina no próximo dia 27, sexta-feira.

Se por acaso já iniciou o preenchimento relembramos que deverá proceder ao seu envio para o seguinte e-mail: henrimola@yahoo.com.br. Se ainda não iniciou, por favor, queira fazê-lo quanto antes.

A sua colaboração no preenchimento do Inquérito e coordenação da respectiva aplicação junto das Bibliotecas Públicas Provinciais é muito importante.

Agradeço de novo a atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional que considere necessário.

Com os meus melhores cumprimentos,

A proponente da dissertação,

(Henriqueta Durão Mola)

Anexo 6: Nota informativa sobre o prazo de envio do Inquérito - Directores das Bibliotecas Públicas Provinciais

Exmo (a) Senhor(a)

Responsável pela Biblioteca Provincial

LISBOA

20 de Março de 2015

Lembramos que o prazo para preenchimento do Inquérito sobre *Acção Cultural nas Bibliotecas Públicas Provinciais em Moçambique* termina no próximo dia **27, sexta-feira**.

Se por acaso já iniciou o preenchimento lembramos que deverá proceder ao seu envio para o seguinte e-mail: henrimola@yahoo.com.br. Se ainda não iniciou, por favor, queira fazê-lo quanto antes.

A sua colaboração no preenchimento do Inquérito é muito importante.

Agradeço de novo a atenção e fico disponível para qualquer esclarecimento ou informação adicional que considere necessário.

Com os meus melhores cumprimentos,

A proponente da dissertação,

(Henriqueta Durão Mola)

Anexo 7: Guiões de Entrevistas

Guião de entrevista 1

Bibliotecária Dra. Wanda do Amaral

Data

Entrevistada – nota biográfica

Bibliotecária de formação.

Ex-Directora dos serviços de Documentação da Universidade Eduardo Mondlane.

Ex-Directora do Instituto Médio de Ciências Documentais (CIDOC).

Ex-Técnica e gestora de projectos no Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa.

Tem-se destacado, na sua acção profissional, pelo desenho e execução de projectos de apoio a bibliotecas (BNM, BPP e BPD), organização de seminários e de encontros profissionais, tendo ainda diversas publicações.

Introdução

1. Agradecimento antecipado por aceder à entrevista.
2. Apresentação pessoal da entrevistadora, local de trabalho.
3. Identificação da investigação em curso e respectivos objectivos.
4. Entrevista.
 - a. Tempo previsto.
 - b. Indicação de liberdade do entrevistado para eventualmente não responder a alguma das questões, se assim o entender.
 - c. Solicitação de autorização de gravação.

Parte I – Bibliotecas Públicas

1. O que entende por Bibliotecas Públicas.
2. Qual a importância das Bibliotecas Públicas em Moçambique.
3. Qual a importância do desempenho do bibliotecário nas Bibliotecas Públicas.
 - 3.1 Que habilidades e competências considera mais importantes nestes bibliotecários/agentes culturais.
4. Papel/importância do desempenho dos profissionais das Bibliotecas Públicas na formação de leitores.
5. A Biblioteca Pública pode, ou não, ser considerada o centro de informação da comunidade.
 - 5.1 Quais as acções a implementar, no contexto Moçambicano, para que as Bibliotecas Públicas sejam sentidas como sistemas necessários nas respectivas comunidades.
6. As Bibliotecas Públicas estão ou empenhadas no combate à iliteracia. Argumente.

7. Como caracteriza a situação das Bibliotecas Públicas Moçambicanas face a:
- 7.1. Formação de recursos humanos.
 - 7.2. Desenvolvimento de serviços.
 - 7.3. Cooperação com outros tipos de bibliotecas na promoção da acção cultural.

8. O que pensa, em breves palavras, sobre:

8.1 A política cultural nacional sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas.
É objectiva?

8.2 O público –alvo privilegiado das acções culturais.
É a população social e economicamente mais desfavorecida?

8.3 As iniciativas de animação sociocultural desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas.
São suficientes?

8.4 Divulgação das actividades das Bibliotecas Públicas.
Que meios é que são utilizados?

Parte II – Cooperação inter-institucional e coordenação

9. Importância das Bibliotecas Públicas trabalharem de forma cooperativa, entre si, e com outras bibliotecas e instituições.

9.1 O que falta para a efectiva criação/implementação de uma rede de Bibliotecas Públicas.

10. Avaliação do papel da Biblioteca Nacional de Moçambique na coordenação das Bibliotecas Públicas.

11. Perspectivas das Bibliotecas Públicas de Moçambique para os próximos anos.

Parte III – Políticas culturais

12. Estarão ou não as políticas culturais do governo orientadas para acção cultural, especificamente para o incentivo à leitura.

12.1 Em caso afirmativo, de que modo estão a alcançar os seus objectivos.

12.2. Quais as medidas necessárias para que tais políticas beneficiem, de facto, os cidadãos.

Guião de entrevista 2

Ex-Presidente do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, e Reitor da Universidade Politécnica Professor Doutor Lourenço do Rosário

Data

FBLP – nota

Pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira.

Principais objectivos:

(i) Promover o uso e domínio da língua portuguesa; (ii) incentivar o gosto pela leitura; (iii) promover uma maior disponibilidade de acesso ao livro; (iv) contribuir para a reestruturação e reactivação de bibliotecas e da actividade dos editores e livreiros.

Entrevistado – nota biográfica

Lourenço Joaquim da Costa Rosário é Reitor da Universidade Politécnica de Moçambique, Ex-Presidente do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa-FBLP, Presidente da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Presidente do Mecanismo Africano de Revisão de Pares- MARP. Professor Titular da Universidade Eduardo Mondlane -UEM, Presidente do Conselho de Administração do IPS Lda, Presidente do Conselho de Administração da Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação. É Professor Convidado de diversas Universidades da Europa, África e Américas.

É licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Doutoramento em Letras - Literatura Africana de Língua Portuguesa, também pela Universidade de Coimbra.

Introdução

1. Agradecimento antecipado por aceder à entrevista.
2. Apresentação pessoal da entrevistadora, local de trabalho.
3. Identificação da investigação em curso e respectivos objectivos.
4. Entrevista.
 - a. Tempo previsto.
 - b. Indicação de liberdade do entrevistado para eventualmente não responder a alguma das questões, se assim o entender.
 - c. Solicitação de autorização de gravação.

Parte I – Bibliotecas Públicas

1. O que entende por Bibliotecas Públicas.
2. Qual a importância das Bibliotecas Públicas em Moçambique.
3. Como vê a relação entre o consumo cultural e a formação dos públicos das Bibliotecas Públicas.
4. O que pensa das estratégias de comunicação das Bibliotecas Públicas com o sector da educação.
5. O que pensa, em breves palavras, sobre:

5.1. Os recursos- técnicos, humanos e financeiros - disponibilizados para as Bibliotecas Públicas.

São adequados?

5.2. A política cultural nacional sobre a intervenção das Bibliotecas Públicas.

É precisa/objectiva?

5.3. A intervenção das Bibliotecas públicas na Educação.

É impactante?

5.4. As iniciativas de animação sociocultural desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas.

São suficientes?

5.5. O impacto que as Bibliotecas Públicas apresentam no desenvolvimento humano e cultural da sociedade.

É notório?

5.6. A criação um Plano Nacional de Leitura em Moçambique.

De que necessita?

Parte II – Bibliotecas Públicas, FBLP e BNM

6. Trabalho realizado e a realizar pelo FBLP no apoio às Bibliotecas Públicas em termos de promoção da acção cultural.

7. Avaliação do papel da Biblioteca Nacional de Moçambique na coordenação das Bibliotecas Públicas.

8. Perspectivas das Bibliotecas Públicas de Moçambique para os próximos anos.

Parte III – Políticas culturais

9. Políticas culturais em Moçambique.

9.1. Definição e elaboração.

9.2. Articulação.

9.3. Implementação.

9.4. Divulgação.

10. Importância da realização de pesquisas sócio-económicas e mapeamentos sobre a produção e recepção na área da cultura.

10.1. Modo como tais pesquisas podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas na área.

11. Relação entre Estado e cultura.

11.1. Obrigações e limites de acção do poder público.

12. A cultura como estratégia para o desenvolvimento urbano e regional.

12.1. Modo como estão estruturadas as políticas públicas culturais em Moçambique, a fim de permitirem o desenvolvimento a nível nacional e local.

13. Como avalia a actual política de financiamento para a cultura.

Parte IV – Desenvolvimento humano e cultural

14. Qual o impacto das actividades de acção cultural das Bibliotecas Públicas no desenvolvimento Humano e Cultural dos indivíduos nelas envolvidas.

Parte IV - Entrevistado

15. Maiores desafios enfrentados na coordenação dos projectos de apoio as Bibliotecas.

16. Projectos que coordenou relativamente ao desenvolvimento autónomo das políticas culturais em Moçambique.

Guião de entrevista 3

Escritor Mia Couto

Data

Entrevistado – nota biográfica

Foi jornalista e professor e é actualmente biólogo e escritor.

Está publicado em mais de 20 países. É, hoje, o autor moçambicano mais traduzido - diferentes línguas – e mais divulgado no estrangeiro e um dos autores estrangeiros mais vendido em Portugal.

Recebeu numerosos prémios literários, destacando-se o Prémio Camões (2013) – o mais prestigiado da língua portuguesa - e o Neustadt Prize (2014).

Introdução

1. Agradecimento antecipado por aceder à entrevista.
2. Apresentação pessoal da entrevistadora, local de trabalho.
3. Identificação da investigação em curso e respectivos objectivos.
4. Entrevista.
 - a. Tempo previsto.
 - b. Indicação de liberdade do entrevistado para eventualmente não responder a alguma das questões, se assim o entender.
 - c. Solicitação de autorização de gravação.

Parte I – Bibliotecas Públicas

1. O que entende por Bibliotecas Públicas.
2. Qual a importância das Bibliotecas Públicas em Moçambique.
3. Como é a história da sua relação - e da sua família - com as Bibliotecas.
4. Participação em eventos culturais em Bibliotecas Públicas Moçambicanas e noutros países e continentes.
 - 4.1. Impressões sobre a acção cultural das Bibliotecas Públicas Moçambicanas, actualmente.
 - 4.1.1 Especificidades / Identidade.
 - 4.1.2 O que faz falta e deve ser feito.
 - 4.2. O que tem observado nas suas andanças e que considera que poderia ser interessante implementar também em Moçambique.
5. As Bibliotecas Moçambicanas contêm ainda poucos autores moçambicanos representados nos seus fundos documentais sendo, conseqüentemente, pouco divulgados.
 - 5.1 Como vê esta situação, sendo um autor muito conhecido e divulgado em Moçambique?

Parte II – Acção cultural

6. Como avalia o consumo cultural em Moçambique, face às suas políticas.
7. Como vê o aproveitamento dos espaços físicos para a acção cultural.

Parte III – Desenvolvimento humano e cultural

8. Qual o impacto das actividades de acção cultural das Bibliotecas Públicas no desenvolvimento Humano e Cultural dos indivíduos nelas envolvidas.

Parte IV – Políticas culturais

9. Como considera que deve ser a relação entre Estado e cultura.
 - 9.1 Quais as obrigações dos poderes públicos?
10. Estarão ou não as políticas culturais do Governo orientadas para o incentivo à leitura.
 - 10.1 Em caso afirmativo, de que modo estão a alcançar os seus objectivos.
 - 10.2 Eventuais desvios/desafios.
 - 10.3 Quais as medidas necessárias para que tais políticas beneficiem, de facto, os cidadãos.

Guião de entrevista 4

Dra. Susana Damasceno
AIDGLOBAL

AIDGLOBAL - nota

A AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global foi fundada em 2005 após uma experiência de voluntariado da sua fundadora, Susana Damasceno, em Moçambique. Sonha que todas as crianças tenham acesso à Educação e aos livros, tendo assim iniciado o programa “Passaporte para a Leitura”, de apoio integrado às bibliotecas municipais e escolares na Província de Gaza (Moçambique).

“Visão [...]: Ambicionamos um mundo mais justo, igualitário e sustentável com elevados níveis de literacia e educação, inerentes a uma cidadania activa.

Missão [...]: Identificar, desenhar e implementar estratégias e acções que contribuam para eliminar as dificuldades de acesso à educação, combater a iliteracia e promover o exercício de uma cidadania activa na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cooperando com as populações e autoridades locais.”

A sede da AIDGLOBAL localiza-se em Lisboa-Oriente, mas tem escritórios em Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Para Moçambique desenhou vários programas, nomeadamente: “Passaporte para a Leitura” de apoio integrado às bibliotecas municipais e escolares, “ Rede de Bibliotecas Escolares”, na Província de Gaza, em Moçambique.

Entrevistada – nota biográfica

Directora Executiva e uma das fundadoras da AIDGLOBAL.

Professora de Português e Inglês do 2.º ciclo.

Trabalhou como voluntária no orfanato da Divina Providência de Conhane, em Chokwé (Moçambique), dinamizou uma pequena ludoteca e promoveu actividades de apoio ao estudo, leitura, jogos tradicionais e ateliers para construção de instrumentos musicais.

Introdução

1. Agradecimento antecipado por aceder à entrevista.
2. Apresentação pessoal de entrevistadora, local de trabalho.
3. Identificação da investigação em curso e respectivos objectivos.
4. Entrevista.
 - a. Tempo previsto.
 - b. Indicação de liberdade da entrevistada para eventualmente não responder a alguma das questões, se assim o entender.
 - c. Solicitação de autorização de gravação.

Parte I – Bibliotecas Escolares

1. Um dos projectos que a AIDGLOBAL tem levado a cabo em Moçambique é o projecto Rede de Bibliotecas Escolares.

1.1. O que a motivou a trabalhar em Bibliotecas Escolares em Moçambique?

1.2. Quais as principais conquistas obtidas com este projecto.

2. As Bibliotecas Escolares estão ou não preparadas para responder às necessidades dos seus utilizadores.

3. As Bibliotecas Escolares têm ou não contribuído para o combate à iliteracia em Moçambique.

4. O que pensa que possa estar a faltar para concretizar a criação/implementação da uma rede de Bibliotecas Escolares a nível nacional.

4.1. Argumente de que forma.

5. Quais considera serem as maiores dificuldades enfrentadas pelas Bibliotecas Escolares e pelas bibliotecas em geral para cumprir os seus papéis junto das respectivas comunidades.

6. Quais são as suas perspectivas para o futuro das Bibliotecas Escolares em Moçambique.

Parte II – Bibliotecas Públicas

7. Qual a importância das Bibliotecas Públicas em Moçambique.

8. Qual o papel/importância do desempenho dos profissionais das Bibliotecas Públicas:

8.1 Na formação de leitores.

8.2 Na articulação com as Bibliotecas Escolares e respectivos profissionais.

9. Qual o tipo de cooperação existente entre Bibliotecas Escolares e Bibliotecas Públicas e de acordo com as propostas do Manifesto da IFLA sobre Bibliotecas Escolares (2013):

9.1 Partilha de recursos.

9.2 Organização conjunta de acções de formação de pessoal.

9.3 Desenvolvimento de colecções.

9.4 Programas de animação.

9.5 Serviços electrónicos e de redes.

9.6 Desenvolvimento de instrumentos de aprendizagem.

9.7 Visitas guiadas de turmas à Biblioteca Pública.

9.8 Programação conjunta de leitura e de literacia.

9.9 Programas de introdução à Internet para crianças.

9.10 Partilha de infra-estruturas de telecomunicações e de redes.

9.11 Organização conjunta de encontros com escritores.

Parte III – Desenvolvimento humano e cultural

10. Qual o impacto das actividades de acção cultural das Bibliotecas Públicas no desenvolvimento Humano e Cultural dos indivíduos nelas envolvidas.

Parte IV – Políticas culturais

11. Opinião sobre as políticas culturais do governo relativamente ao incentivo à leitura.

11.1 Quais as medidas necessárias para que tais políticas beneficiem, de facto, os cidadãos.